



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARIA IVANDA DA SILVA

**“A QUEM MAIOR DER, ASSIM SE CUMpra”: A EXPERIÊNCIA DE CRIANÇAS
ÓRFÃS E POBRES NO CARIRI CEARENSE (SEC. XIX)**

FORTALEZA

2021

MARIA IVANDA DA SILVA

**“A QUEM MAIOR DER, ASSIM SE CUMpra”: A EXPERIÊNCIA DE CRIANÇAS
ÓRFÃS E POBRES NO CARIRI CEARENSE (SEC. XIX)**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S581q Silva, Maria Ivanda da.
“A quem maior der, assim se cumpra”: a experiência de crianças órfãs e pobres no Cariri Cearense (séc. XIX) / Maria Ivanda da Silva. – 2021.
110 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Frederico de Castro Neves.

1. Contrato de Soldada. 2. Crianças. 3. Orfandade. 4. Trabalho Infantil. I. Título.

CDD 900

MARIA IVANDA DA SILVA

“A QUEM MAIOR DER, ASSIM SE CUMpra”: A EXPERIÊNCIA DE CRIANÇAS
ÓRFÃS E POBRES NO CARIRI CEARENSE (SEC. XIX)

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em 29/04/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Frederico de Castros Neves (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Darlan de Oliveira Reis Junior (Examinador Externo)
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Profa. Dra. Ana Cristina Pereira Lima (Examinadora Externo)
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

*Aos meus avós, Seu Valdemar e Dona Terezinha (in
memoriam) que não estão mais aqui em matéria, mas
permanecem me acompanhando na minha jornada.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer aos meus ancestrais que me guiaram até aqui e me fortaleceram quando eu acreditava que não me restava mais forças. Aos espíritos das florestas e aos encantados pela luz nessa jornada, pois nos momentos de escuridão, foi na mata que encontrei meu refúgio. Foi a terra que consolou meu coração sob o balançar do maracá. Agradecer ao universo e ao grande espírito por dar-me sabedoria nesse momento tão delicado e por curar minhas angústias com as medicinas da floresta.

Sou grata a minha família, em especial aos meus avós que não estão mais em matéria aqui, mas estão comigo juntamente com seus ensinamentos e amor. À Mainha por ter sido tão paciente em momentos que somente o choro ecoava em mim, e por ter sido tão prestativa nos momentos que tive que me dedicar efetivamente a essa pesquisa, e, mesmo sem entender por completo o que era uma pesquisa de mestrado, me apoiou. Obrigada por ter escolhido ser minha mãe e me adotado, acredito que sua escolha afetou a forma como eu escrevi e desenvolvi essa dissertação, que nem sei se você se instigará para lê-la, mas quero deixar registrado meu carinho aqui. Ao meu irmão, que mesmo quilômetros de distância com suas palavras conseguia me trazer pro centro, que acreditou em mim quando me sentia desmotivada, e que sempre tinha as palavras certas nos momentos certos.

Ao meu orientador Frederico de Castro Neves, que dei um pouco de trabalho nessa pesquisa, devido às várias razões que me provocaram desestabilidade, mas ele sempre paciente e afetuoso tratou com cuidado essas questões. Sou imensamente grata ao senhor por orientar essa pesquisa e por me dar a honra de aprender mais. Te admiro demais enquanto professor, historiador e ser humano e tenho plena consciência que essa pesquisa só está sendo concluída pelo seu incentivo, apoio e claro, correções.

Ao meu primeiro orientador Darlan de Oliveira Reis Junior, professor que irá compor essa banca de defesa. Se não fosse ele, provavelmente essa pesquisa não teria sido iniciada. Foi a partir do encontro com as fontes no Centro de Documentação do Cariri – CEDOCC, do qual Darlan estava sob a coordenação, e eu como uma das bolsistas que essa pesquisa começou. Sou extremamente grata a você por me acompanhar toda a graduação, processo de seleção de mestrado e o mestrado. Aprendi muito contigo em sala de aula e também fora, e só me resta saudades de vasculhar os documentos e encontrar esses tesouros históricos que são aquelas fontes.

Aos meus dois grandes amigos Johnnys e Hugo que partilhamos congressos, aprendizados, cervejas, viagens e perrengues juntos. Vocês dois são dois grandes historiadores que me inspiram demais, e quando crescer quero ser que nem vocês. Vocês dois não fazem ideia do quão importante são na minha vida e apesar de não estarmos presentes como antigamente, carrego as lembranças, as risadas e vocês no meu coração. E o sentimento que nutro por vocês desde nosso primeiro encontro nos corredores do CEDOCC e nossos cafés diários no Saraiva, nossos estudos, nossas militâncias. Tudo isso me tornou a mulher que sou hoje, e vocês dois têm uma influência imensa sobre isso. Obrigada Johnnys por ter me acompanhado no processo de seleção do mestrado, assim como tu Hugolino, mas obrigada Hugo por ter partilhado uma parte desse mestrado comigo. Agradeço ao universo por termos dividido uma casa e mesmo que poucas vezes debatêssemos história ou historiografia, sempre era um aprendizado. E muito, muito obrigado pelo incentivo de vocês dois, amo vocês demasiadamente.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter me ofertado a bolsa onde pude me financiar essa pesquisa pelos dois anos vigentes de bolsa. Aos professores do Programa de Pós-Graduação que me nortearam, muitas vezes, principalmente quando me sentia insegura em relação a minha bagagem teórica e em especial aos professores Franck Ribard e Regis Lopes que me fizeram enxergar algumas perspectivas na pesquisa que até então eu não tinha percebido. Aos meus professores da Urca, que me formaram enquanto a historiadora que me construo a cada dia. Foram alguns de vocês, como os professores Ana Isabel, Josinete Lopes, Telvira da Conceição e Fábio José, que me ensinaram sobre o ofício do historiador.

A minha amiga Carol Rodrigues, que esteve presente comigo todo o mestrado, chorando, dançando, sorrindo, reclamando, jogando, cantando RBD... Era a pessoa que eu ligava quando eu me perdia nas loucas ruas de Fortaleza ou quando eu acreditava que não ia mais suportar. Você foi e é uma grande amiga e não vejo a hora de te rever sem essa ansiedade do fim do mestrado e essa pandemia. Muito obrigada por estender seus braços quando eu precisei de colo, e por me acalmar quando eu sentia ausência de casa e estava deslocada numa nova cidade com poucos amigos.

Ao Diego Cavalcante e ao Venâncio de Oliveira que estiveram presentes durante esses quase 3 anos de mestrado, que me ajudaram muito com projeto, com comida e café, e que fizeram a minha estadia em Fortaleza mais leve. Obrigada pelos momentos e por estarem presentes.

Ao Grupo de Estudos GT Seca, Cultura e Movimentos Sociais, no qual eu aprofundi em conceito, estudei, li e escrevi. Foram nossas reuniões e debates que auxiliaram muito dessa pesquisa. À secretária do Programa de Pós-graduação, que sempre me recebeu bem e me ajudou nas questões burocráticas do mestrado. A minha turma 2018.1 que apesar de não sermos tão próximos foram as discussões, as aulas, os apontamentos de projeto que ergueram e estruturaram a pesquisa. Todo sucesso do mundo à cada um de vocês e me sinto honrada de ser colega de historiadores tão brilhantes, cada um do seu modo. Ao Centro Acadêmico do qual estive presente na gestão, obrigada por me desfocar um pouco da pós-graduação e trazer um pouco a leveza, e fortalecer minha militância. Aprendi demais com cada um de vocês. Muito obrigada pelo acolhimento Ideoclecio, Bianca, Adriano, Sy, Ana Ester, Nayane, Isabella, Cabral, Natana, Taci, Pedro Mota, Felipe doido, Pedro Cerqueira, vocês são incríveis.

As minhas três grandes amigas: primeiramente Ana Kelly que sempre escutou minhas lamúrias e sempre revisou meus resumos e textos em inglês. Que de forma solícita me ajudava apontando visões que outrora eu não enxergava. À Lidyane, uma das pessoas mais importantes da minha vida, que está comigo há anos nessa jornada, e que mesmo depois da minha mudança, continuou comigo e sempre está comigo de uma forma ou de outra. Sou grata por ter paciência e me dar colo quando eu me senti fragilizada, por me acompanhar nas minhas caminhadas com carinho e atenção. E Daíse que mesmo sem nos comunicarmos com frequência, esteve comigo durante toda a minha graduação, muitas vezes me abraçando e partilhando momentos incríveis como agora, e no início e fim desse ciclo que é o mestrado, eu amo vocês.

À Vanessa e Lucas Sievers que escutaram meus resumos, minhas introduções, que acreditaram que eu poderia submeter resumos nos congressos no exterior. Que depositaram fé na minha capacidade enquanto cientista e pesquisadora. Vocês não imaginam quão grata sou por ter convivido com vocês e aprendido. Muito obrigada Vanessa por revisar meus textos, questionar pontos, apontar direcionamentos, indicar leituras sobre infância, estudar Walter Benjamin comigo e por ser essa professora e mulher incrível que você é. A cada dia só aprendo mais como ser uma professora contigo. Ao Lucas, obrigada pela paciência e por partilhar os momentos e me abraçar quando tudo estava caótico. Só tenho a agradecer por essa fase da minha vida que eu pude compartilhar um pouco com você.

Ao Levi, que o universo me apresentou no final dessa jornada para me mostrar que as coisas podem ser leves. Que eu posso concluir um mestrado e a noite observar o céu estrelado e sentir o vento e perceber que vivenciar as pequenas coisas são extremamente importantes para não cair na armadilha egóica da academia. A cada dia, eu aprendo mais contigo sobre mim, e

sobre se fazer presente aqui nessa existência. Agradeço pelos sopros de rapé que me trouxeram aterramento, direcionamento e me ajudaram em decisões sobre meu futuro e sobre minha vida acadêmica. Pelos rezo, pelas medicinas, pela energia e pela partilha desse sentir. Ahô!

RESUMO

Esta dissertação trata das condições de vida e trabalho de crianças submetidas a contratos de soldada, nos anos finais do século XIX na região do Cariri Cearense. Para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizadas fontes como os processos civis de tutela e arrematação de soldada, jornais, assentos de batismo e óbitos e processos crimes, que através do entrecruzamento das fontes foi possível desenvolver esse estudo. A segunda metade do século XIX é marcada por uma inserção considerável de crianças em processos de tutela e contratos de soldada, o que aponta uma organização social para trabalho, dado que as primeiras leis abolicionistas começam a ser implementadas no Brasil, e a região do Cariri vive de um crescimento econômico que provoca a intensificação desses processos, como formas de manutenção da criadagem e obtenção de mão de obra barata. Por fim, os contratos de soldada, assim como as tutelas se constituíram como inserção de diversas crianças no mercado de trabalho.

Palavras-chave: orfandade; contrato de soldada; infância.

ABSTRACT

This dissertation deals with the life and work conditions of children submitted to soldada contract, in the final years of the XIX century in the region of Cariri, Ceará. For the development of this research were used sources such as civil processes of guardianship and soldada contract, newspapers, baptism and death registers and criminal processes, which through the crossing of sources was possible to develop this study. The second half of the nineteenth century is marked by a considerable insertion of children in guardianship processes and soldada contract, which points to a social organization for work, given that the first abolitionist laws begin to be implemented in Brazil, and the Cariri region experiences an economic growth that causes the intensification of these processes, as ways of maintaining the breeding and obtaining cheap labor. Finally, the soldada contract as well as the guardianships, were constituted as an insertion of several children in the labor market.

Keywords: orphanhood; soldada contract; childhood.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 “QUANDO A CRIANÇA ERA CRIANÇA, NÃO SABIA QUE ERA CRIANÇA”: REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS INFANTIS | 24 |
| 2.1. “Dice saber de voz publica”: Tibúrcio é um assassino! | 26 |
| 2.2. “É como se a infância não fosse um tempo...” | 37 |
| 2.3. Entre o pão e a arapuca vive a meninice | 44 |
| 3 “O SERVIÇO DO DITO ÓRFFÃO”: REFLEXÕES SOBRE TRABALHO INFANTIL | 50 |
| 3.1. Ser criança e o trabalho | 51 |
| 3.2. Proteção à infância | 63 |
| 4 “E SE ACHÃO NAS CIRSCUNSTANCIAS DE SEREM DADAS A SOLDADA.” | 70 |
| 4.1. Ordenações Filipinas: “a soldada na forma da ley;” | 70 |
| 4.1.2. A orfandade e os Juízes de Órfãos | 79 |
| 4.2. “Benvenuto faliceo devido presente defloração” | 82 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 100 |
| REFERÊNCIAS | 105 |
| APÊNDICE A – FONTES | 110 |

1 INTRODUÇÃO

Talvez a jornada não seja sobre se tornar mestre, mas sim, sobre deixar o ego de lado, e se entregar a aprender com todas as tempestades, tornados e inconsistências da vida adulta. O caminhar é sobre o sentir, ver, voar, escrever, imaginar. Hoje percebo que ser historiadora não é simplesmente ministrar aulas ou conhecer a história do meu país, por exemplo, mas sim, ser responsável por contar as narrativas das vidas daqueles que foram esquecidos, abandonados e/ou ignorados. É sentir a necessidade de cantar e/ou contar as pequenas histórias que se perdem na vastidão do universo.

Então quando me percebo nesses processos de escritas, sempre me recordo do Thoreau: “Se és escritor, escreve como se tivesses os dias contados, porque, na verdade, eles estão-no quase todos.” Essa frase me provocou tantas reflexões nos meus processos de escrita dessa dissertação, que agora essas palavras se transmutam nessa introdução. Me perdi, rodopiei, voltei ao início, me questionei, me perdi em várias estradas, sempre procurando meu caminho, mas mal sabia eu que meu caminho era exatamente esse. E que, apesar das lágrimas, muitas vezes, se tornarem minha companhia nesse processo, eu segui.

Lembrei de todos os ensinamentos dos meus avós, da força do grande espírito e da imensidão do universo, e continuei, apesar da epidemia que assombra o mundo. Foi difícil. Na verdade, está sendo difícil, mas com esperança e muita força estou conseguindo concluir esse ciclo e apresentar a vocês a minha pesquisa, que sim, foi afetada por conta da pandemia, não somente o meu psicológico, mas o acesso a algumas fontes, a possibilidade de aprofundar algumas coisas, mas acredito que o resultado será satisfatório.

Quando escrevi as páginas que se seguem, carregava em meu peito uma imensidão de dúvidas, sentimentos e a obrigação de concluir um curso que havia iniciado, e precisaria pra obter o tão almejado diploma, escrever uma história. Uma história... Eu possuía as fontes necessárias, mas não tive a inspiração pra escrever, pois distintos questionamentos rodopiavam na minha cabeça.

Eu sei que esse aqui é um texto acadêmico, e provavelmente a banca, que irá avaliá-lo, poderá fazer ressalvas a respeito do que venho escrever aqui. Mas se não escrevesse com o coração e com verdade, a escrita não me faria tanto sentido. Estaria colaborando a manutenção de uma escrita que muitas vezes, se torna apenas obrigatória e não feita com o coração. Sim, caros leitores, essa introdução vai levantar alguns questionamentos, pois não posso

simplesmente deixar as palavras esvanecerem no ar. Eu sou assim, e se a universidade não aceita a beleza com a qual seus escritores tecem suas narrativas, então ela só existe pra enaltecer os egos e de nada nos serve.

As histórias que se seguirão nessa dissertação, elas me moviam para todas as direções, me arremessavam no espaço, e lá eu estava imersa na minha solidão, observando por um caleidoscópio de sentimentos as narrativas de pessoas que nunca puderam fazer parte da História. Afinal, os pobres têm direito de escrever sua história? Por tantos anos de nossas vidas escolares, escutamos sobre as conquistas de Napoleão, sobre a queda de Roma, mas não escutamos sobre o Tibúrcio, o Chico, a Maria. Por anos, se não, por séculos, a história contada, aliás, reverenciada era de homens que fundaram as cidades, que conquistaram territórios, ou travaram guerras. Nunca as pequenas mãos que estavam dispostas no meio disso tudo. E eu sinto muito. Muitas vezes não escutamos as histórias dos nossos avós. Muitas vezes, não ligamos pra histórias. São apenas histórias...

Nas minhas andanças na tentativa de construir uma narrativa, que até hoje ainda tem uma lacuna na historiografia, eu me perguntava todo dia: “Pra quem isso aqui servirá?” “Estaria eu alimentando a hidra de várias cabeças?” “Onde estaria o Hércules?”. Se eu for colocar todos os questionamentos que me seguiram, não restaria espaço para as outras coisas que venho a dizer.

Me lembro de uma vez que, reunida com mais alguns historiadores amigos, um deles questionou: “O que vocês aprenderam em teoria da História?” Nossas respostas seguiam a mesma direção. Ficamos confusos e a nada conseguimos chegar. Não culpo os professores que se dispuseram a tratar desses assuntos, a História é uma ciência fascinante para aqueles que tem o prazer de se debruçar sobre ela. Contudo, compreender determinados conceitos e aprendizados durante a vida requer uma maturidade que se constrói com o tempo. E hoje, consigo compreender que essa escrita que se segue é o resultado do que aprendi em Teoria da História.

Ingressamos na universidade com tanto vigor acreditando que vamos mudar o mundo. Mas se não conseguimos modificar a forma como o academicismo nos maltrata, não poderíamos conseguir salvar ninguém. Talvez nem nós mesmos. Talvez... a forma como tudo isso tem que seguir um modelo padrão, uma letra padrão. Padronizamos nossas ideias, nossos sentimentos, nós mesmos. Já não basta nossos corpos, nossas vidas, agora nossas ideias têm que seguir o padrão. Nosso sonho de mudar o mundo cai por terra. Enquanto resta-nos força,

devemos resistir até nas nossas palavras. Devemos permanecer com nossos sonhos. Sim, a História é capaz de mudar o mundo. A Educação é capaz de mudar o mundo, mas antes disso tudo, se não quebramos a roda de Samsara, que coloco aqui como os padrões que devemos seguir na academia, não conseguiremos quebrar as correntes, não conseguiremos acabar com os açoites, não acabaremos com o nosso próprio sofrimento e mais uma vez, vamos propagar esse idealismo de produção científica doentia.

Pra que falar disso tudo, caros amigos? Acredito que meu orientador, ao ler essas palavras, vai desejar conversar comigo sobre essa escrita, e eu agora estou com um sorriso pensando sobre a probabilidade de isso acontecer. Sorriso. Acho que poucas vezes nessa escrita, eu sorri. Chorei. Como derramei minhas lágrimas sobre essa máquina. Eis a doença do academicismo que tentei explanar acima, e que não posso entrar em muitos detalhes, pois eles podem ser considerados incoerentes para a escrita. Mas, mais uma vez eu questiono: Escrevemos pra quem? Se nem podemos ser nós mesmos. Intensos. Fracos ou fortes. Românticos. Niilistas. E vários outros adjetivos que poderia expor aqui.

Esse momento. O fim desse ciclo. Deveria ser suave, mas o caminho é torturante. Como espinhos cravados em minhas unhas em cada letra que digito aqui. Lembro-me de vários autores que manifestaram seu âmago com tanta força e intensidade. Que me questionei mais uma vez: Porque eu não? Se vocês pretendem ler essa dissertação, ela será assim, ou pelo menos tentarei. Mas, pararei por enquanto de criticar o modelo padrão de academicismo e contarei uma história para vocês. Vou tentar colocar minhas melhores palavras com o vocabulário habitual que possuo. Espero que vocês não se cansem dessa escrita, ou não me reprovem por não seguir os critérios obrigatórios.

Eis Terezinha...

Aos três anos de idade, Terezinha, menina dos cabelos escuros e lisos, com seu sorriso de dente de leite, teve um novo lar. Ou achou que aquele lugar poderia ser seu lar. Um lugar onde teria uma nova amiga que tinha a mesma idade que a sua, mas que seus trajes eram de um algodão requintado, enquanto ela, sem entender a diferença dos tecidos, estava sorrindo. Ela era uma criança.

A sua nova casa possuía um jardim enorme com várias rosas na varanda. Diferente do pequeno espaço que morara antes com sua família. O seu novo lar era uma fazenda. Fazenda Sinhá. Com um terreiro enorme pra brincar. Bonecas de pano ao invés de meros sabugos de milho. A primavera parecia aflorar aquele lugar, e as luzes do pôr do sol encantavam a pobre

criança que, sem entender a passagem dos dias, perguntava sobre sua mãe, seus irmãos, sua casa. A resposta dada era que seu novo lar era ali. Lá ela seria feliz com trajes de um algodão requintado. Um terreiro em que poderia ralar seus joelhos e bonecas que outrora não foram seu alimento.

A história de Terezinha se dá no início do século XX, lá por 1937. O mundo se encontrava inquieto por guerras. E ela se encontrava segura na cozinha ouvindo a missa pelo rádio, pois ainda não chegara o domingo. E nos jardins verdes após as chuvas do início de ano, ela brincava com a outra criança, que por ironia do destino possuía o mesmo nome que o dela, e a mesma cor de cabelo, mas, mesmo sem entender o porquê, ela sabia que elas eram diferentes.

Levada de casa para um novo lar com portas de madeira resistentes e cores além do branco da cal ou do reboco marrom da terra. Agora, aos três anos de idade, Terezinha tinha uma responsabilidade. Fazer companhia a outra criança com o mesmo nome e a mesma idade. Tudo bem. A sua única responsabilidade era brincar. Coisa que ela não fazia na outra casa, já que ela tinha que ajudar os pais, ou seria o trabalho de debulhar feijão uma brincadeira também? Colher o alimento também se tornara uma brincadeira? Nenhuma dessas perguntas serão respondidas de fato aqui.

Anoitecia naquela quinta feira em que seus joelhos se dobravam para rezar pelos seus pais, que apesar de estarem na mesma cidade, ela não os via a alguns dias. O tempo foi passando. As tardes com seus crepúsculos mudavam os tons dos céus. E a vida da pequena garota mudava também.

Agora com força suficiente para segurar uma vassoura, ela seguia na sua brincadeira de limpar todo terreiro de não sei quantos metros por não sei quantos metros. Seus cabelos cresciam, mas não podiam crescer demais. De onde já se viu os cabelos mais bonitos serem da criada não da jovem filha daquelas terras? As suas unhas, muitas vezes, minavam sangue quando cortadas. E a dor. Quem se importa se aquela criança sentia dor.

Ela já tinha um belo lar. Aprendera a ler. A cozinhar. Os pássaros estavam felizes com a nova vida que a criança tomara. Ela admirava os pássaros, pois eles voavam na direção que desejavam. Enquanto os seus domingos se seguiam nos passeios na liteira a caminho da missa de domingo. Rezar o terço era uma esperança para tudo aquilo que ela não entendia. E, ora, ela não poderia deixar a moça das bochechas rosadas sozinha. Afinal, era sua responsabilidade fazer companhia a ela.

Pilar arroz, catar mangas, carregar água, limpar o sitio. Tudo isso tinha que ser rápido e efetivo. Outras tarefas iam aparecer e ela precisava estar disponível assim como o cinturão que lhe aguardava, ou os grãos de milhos espalhados no salão, onde uma vez ou outra, seus joelhos se dobravam por horas como numa comunhão com Deus, ou a palmatória ia lhe alertar de suas desobediências.

Enquanto seus dentes de leite iam caindo, seu corpo tomando forma, e finalmente tinha virado moça, todos os cuidados eram redobrados. Sua responsabilidade de ser uma amiga com honra tinha que ser verdadeira. Nada de namoros ou encontros. Apenas mais trabalho, agora sim, podemos chamar de trabalho. O cansaço chegava, e muitas vezes a solução era dormir na cadeira já que seu tempo era cronometrado nas diversas atividades que tinha que executar, se não a criada da Velha Sinhá vinha para lhe maltratar.

Delmira batia. A vida batia em Terezinha e ela resistia mesmo sem esperanças e com os travesseiros, muitas vezes, banhados de lágrimas. Como disse, ela tinha que agradecer à Deus a vida maravilhosa que tinha naquele casarão na beira do rio. Entretanto, certo dia, num domingo. Mais uma vez, ela segue na liteira para a missa com sua melhor amiga, sua irmã. E claro, com seus trajes simples, ela não podia chamar atenção de pretendentes.

Mesmo assim, ela chamou. Os olhos de um rapaz voltaram-se para ela durante a missa. E, no final, ele foi ao seu encontro. Eles já se conheciam de outrora. Eram da mesma família. Cidades pequenas. Terezinha, com medo das represálias ao chegar em casa. Evitou a conversa, os olhares. Olhara pra baixo enquanto o rapaz conversava com ela e com a sua amiga.

Dias se passaram, o trabalho permaneceu o mesmo. Os açoites também, e nada pudera fazer. A desesperança coloria seus olhos castanhos. O medo sussurrava em seus ouvidos. A sua pele tremia a cada chicotada que recebera por sua rebeldia. Mas que rebeldia? A jovem olhava pela janela da cozinha em que fazia a comida a vida passar, e o único refúgio que imaginava pra aqueles castigos seria o casamento.

E assim, se foi. Aos 18 anos, ela casou. Claro, com a permissão daquele que assumira o papel paterno em sua vida, depois de corajosamente o jovem Valdemar insistir na mão daquela moça que vira no domingo na missa. Um pouco quebrada. Um pouco nova. O que chamaremos aqui de amor surgira para retirá-la daquela miséria chamada de lar.

Contos de fadas não existem. Muito menos finais felizes. Assim ela seguia. Numa nova prisão. Prisioneira de outra pessoa com outras novas responsabilidades e outros tipos de açoites.

Perder a juventude assim é um açoite. Porém, finalmente, ela estava em outras terras, mas seus medos permaneciam. E os meses passavam, e agora novas incumbências assumira. Seria mãe. Mais uma prisão, se assim podemos chamar a maternidade aqui. Não vou me inclinar ao que vocês acreditam ser prisões ou não. E sim, para o que a nossa personagem enxergou como prisão. E como sabemos, muitas mulheres, para fugir de diversas situações de criadagem tiveram e tem que se submeter ao casamento, a um novo “senhor”. Esse era dono de sua honra, de seu sobrenome e de sua vida.

A narrativa da vida de Terezinha vem aqui como proposta de elucidar a história dos vencidos, como pontua Benjamin. A história vista de baixo que Thompson tanto elucidou. Daqueles que nem sequer são lembrados por sua contribuição na historiografia tradicional, seja lá qual for. Muitas Terezinhas passaram por esse estudo. Serão crianças que, assim como ela, tiveram que se despedir daquilo que chamaram de lar, e foram acolhidas por vários motivos, por distintas pessoas, mas todas seguiam o mesmo discurso de benfeitoria, seja no século XIX ou XX, e principalmente agora.

A história de Terezinha é contada aqui por mim com lágrimas nos olhos. Por ter percebido só agora que a vida da minha avó era mais parecida com a vida dos Joaquins e Franciscos que eu lograra imaginar. Me aperta o peito perceber que essas crianças muitas vezes não encontraram ou encontram espaço na historiografia. Fico sem folego ao ver a esperança dos pequenos sendo vendida como mercadoria qualquer sob os discursos mais desgraçados possíveis.

Ainda pra continuar a minha introdução, creio que será um pouco longa, e espero que não se cansem, todavia não tenho como fugir das atribuições que confio como essencial para a reflexão acerca da infância, ainda mais na conjuntura que nos encontramos.

Sabemos que nossa história é marcada pela exploração de mão de obra infantil. Por séculos, crianças são inseridas de diversas maneiras nas relações de trabalho. A historiografia aponta que, quando escravas, elas iniciam sua rotina de trabalho paulatinamente a partir dos 3 anos de idade no seio da família senhorial com pequenos afazeres. No caso das crianças pobres e órfãs, elas “eram recrutadas para o trabalho nas fazendas e nas casas dos ‘senhores’, onde eram exploradas e até abusadas”¹

¹ GRUNSPUN, Haim. **O trabalho das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTr, 2000, p. 160.

Nada tão diferente dos dias de hoje, em que as discussões circundam sob a problematização do trabalho infantil no Brasil. Um país que, de

“Acordo com o Observatório da Criança e do Adolescente, da Fundação Abrinq, quase 6,4% das crianças brasileiras entre 5 e 17 anos de idade trabalhavam em 2016. O cenário piora com os dados do IBGE daquele ano, que apontam que, entre as crianças e jovens de 5 a 17 anos que trabalham, cerca de 21% estavam fora da escola.”²

Ainda segundo o IBGE, em 2019, cerca de 1,8 milhão de crianças e jovens se encontravam submetidas a distintas situações de trabalho, em jornadas que variam entre oito a 28,4 horas semanais, dependendo da idade. Dentre esses dados, 1 milhão de crianças e adolescentes se enquadram em situações ilegais de trabalho.

Vivemos um momento em que as sombras dos discursos retrógrafos tomam corpo e assombram nossa infância. Crianças estão expostas a distintas formas de trabalho compulsório, seja na extração de carnaúba, castanha de caju, ou nas ruas, tornando-se um grande problema social contemporâneo. E, para agravar a situação, o trabalho infantil começa a ser defendido pelo próprio presidente. Em uma conjuntura em que a pobreza do país cresceu absurdamente no último ano, atingindo 21% da população,³ e as demandas imposta pelo mundo do trabalho se intensificaram, estão as crianças, que historicamente sempre foram exploradas, tendo sua infância negada e sendo colocadas em questão os valores que as defendem ou protegem.

Infância conjugada ao discurso enobrecedor do trabalho, mesmo falatório utilizado pelo Presidente da Província do Ceará à Assembleia Provincial em 1874:

Recolher um órfão desamparado, educar-lhe o espírito e coração, dar-lhe uma profissão honesta e útil, são os mesmo tempo actos de beneficência, dignos de um paiz civilizado, e precisamos de garantias contra os perigos que a miséria e ignorância expõe entre essas tenras vergôntes da nova geração.⁴

Acolher e cuidar se tornaram incumbências da sociedade, assim como a educação. Entretanto, “nem sempre os sentimentos de piedade e caridade foram os únicos a nortear as

² Carta Capital, 05/06/2019 in.: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/qual-e-a-realidade-do-trabalho-infantil-defendido-por-bolsonaro/>

³ Dados do Relatório do Banco Mundial intitulado: *Efeitos dos ciclos econômicos nos indicadores sociais da América Latina: quando os sonhos encontram a realidade*, 2019. in.: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2019/04/04/social-safety-nets-key-to-protecting-poor-and-fighting-poverty-during-economic-slowdowns>

⁴ Falla com que o excellentissimo senhor barão de Ibiapaba abriu a 1.a sessão da 22.a legislatura da Assembléa Provincial do Ceará no dia 1 de julho de 1874. Fortaleza, Typographia Constitucional, 1874.

práticas assistenciais dirigidas a essas crianças”.⁵ O receio e a exploração acompanhavam o amparo à infância desvalida.

Nos discursos contemporâneos, o trabalho infantil volta a ser pauta constantemente nas redes midiáticas. Verbos como “enobrecer” se atrelam às frases, encorajando o trabalho desde cedo, em um momento que a Assembleia Geral da ONU visa erradicar o trabalho infantil até o ano de 2021 em todo mundo, e várias campanhas são efetivadas em prol de uma infância livre, em que a educação seja de acesso de todos, e o brincar faça parte da infância.

Toda essa contextualização se faz necessária dada a nossa conjuntura e as verossimilhanças de como se constituíam as relações para com a infância no século XIX e hoje, e como o trabalho infantil está sendo debatido diante desses retrocessos. Estudar a infância em um momento político em que defender a maioria penal é sinônimo de proteger o país, em que a pobreza, como já foi mencionado, alcança diversas crianças pelo país, tornando-as invisíveis dentro desse sistema opressor, é refletir enquanto professora/educadora sobre nossa função social, é questionar enquanto historiadora as rupturas e permanências desse projeto de sociedade e enxergar os discursos ocultos que desenham o cuidar e proteger dessas crianças, seja na mídia de hoje ou na documentação do século XIX.

Por fim, aprofundando o debate, essa pesquisa propõe analisar as experiências das crianças órfãs na segunda metade do século XIX no Cariri Cearense, região situada no sul da Província do Ceará, e as diferentes formas de exploração a que tais crianças órfãs e pobres eram submetidas por meio da arrematação de soldada. Percebe-se que o contrato de soldada aponta para mais uma das metodologias utilizadas na assistência às crianças “desvalidas”, visto que a orfandade e o abandono vinham a constituir um problema a ser resolvido pelo poder judiciário, assim como um mecanismo utilizado pela classe senhorial para a manutenção da criadagem.

A pesquisa tenta compreender o universo em que elas estavam inseridas, como o entendimento de infância se dava dentro dessa territorialidade e temporalidade, analisando a institucionalização do trabalho infantil por meio da soldada, bem como a sistematização das relações sociais, a condição material das famílias inseridas nesses processos e as diferentes formas de exploração a que estas crianças estavam submetidas.

⁵ SOUZA, Josinete Lopes de. **Da infância “desvalida” à infância “delinquente”**: Fortaleza (1865-1928) Dissertação (Mestrado em História Social) São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999, p. 27 - 28.

Serão utilizadas diversas fontes para a construção dessa pesquisa, distribuídas no acervo do Centro de Documentação do Cariri (CEDOCC), vinculado ao Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Por exemplo, os inventários *post-mortem*, os contratos de arrematação de soldada e de tutela, *autoamentos* de contas, processos crimes, e os periódicos *O Araripe* e *A Voz da Religião*, que fazem parte da coleção digital do CEDOCC.

Do acervo da Cúria Diocesana Bom Pastor, serão utilizados os assentos de batismos e óbitos disponibilizados no sitio eletrônico.⁶ Também em meios digitais será utilizada a documentação referente às Ordenações Filipinas: Livro IV,⁷ e os Relatórios do Presidente da Província do Ceará.⁸ Por fim, duas obras: o *Diário de Viagem*, de Freire Alemão, e a obra *Folgedos Infantis*, de J. Figueiredo Filho.

Ao definir a pesquisa, é necessário mapear as fontes e investigar as pistas dispostas para compreender os enredos em que essas crianças e suas famílias eram lançadas, suas particularidades, e para isso precisamos destacar a leitura a contrapelo, como sugere Walter Benjamim, uma análise para além da escrita oficial, entre as entrelinhas dos documentos, partindo do pressuposto de formulações de hipóteses com base em leituras historiográficas acerca da temática e das problemáticas levantadas pelo objeto de pesquisa.

Como recurso metodológico, viso o entrecruzamento das fontes, como por exemplo: os assentos de batismo e óbito com os contratos de soldada, para averiguar as respectivas particularidades das crianças, suas famílias, o lugar onde nasceram, para esboçar uma cartografia social de suas trajetórias de vida, suas idades, para assimilar a forma como foram avaliadas durante o processo, e sua cor, visto que, na região do Cariri Cearense, poderia se encontrar a escravidão pela cor, e os contratos podem surgir como mecanismos para facilitar esses processos.

Juntamente com inventários *post-mortem* e *autoamentos* de contas, venho com a proposta de compreender a experiência dessas crianças órfãs no mundo do trabalho, assim como as suas condições materiais e de seus pais, bem como os tutores ou lançadores que tutelavam esses órfãos. A ausência de fontes produzidas por esses sujeitos torna-se um desafio encorajador, e tal metodologia será utilizada para desvendar a trajetória dessas crianças, os

⁶ <https://www.familysearch.org/search/collection/2175764>

⁷ <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4ind.htm>

⁸ <https://www.crl.edu/>

folgedos, o trabalho, e todas as relações sociais em que estavam inseridas, partindo da visão da história vista de baixo, podendo dar voz a esses sujeitos outrora ausentes na historiografia tradicional.

Os caminhos que me trouxeram a essa pesquisa iniciaram no Centro de Documentação do Cariri – URCA, quando, enquanto estagiária do laboratório, tive a tarefa de limpar uma determinada caixa. Ao abrir para fazer o trabalho de limpeza, leitura e catalogação, me deparei com os documentos dos processos de soldada. Na época, como estava no início do curso, não compreendia o que eram aqueles documentos. Só depois de algumas leituras comecei a compreender do que se tratavam e de como importante para a historiografia seria essa pesquisa, visto que as pesquisas correlacionadas à infância se deram massivamente a partir do século passado, já que as questões relacionadas a infância desvalida se tornaram pertinentes para o Estado.

A caixa dos contratos de soldada, ou arrematação de soldada, como consta no catálogo digital do CEDOCC, é uma caixa com cerca de 14 pasta de contratos de soldadas de crianças em variadas idades na região do Cariri Cearense. A maioria dos documentos se encontra em ótimo estado de conservação, com poucas rasuras. São processos que nos proporcionam refletir sobre a infância em situação de orfandade e pobreza.

Pensar infância dentro de um sistema escravista que se dirige para perpetuar a criadagem, em que as crianças são um instrumento maleável, provoca várias inquietações sobre o que é ser criança, o que é o trabalho, como se configuravam as relações sociais nesse momento, etc. São muitas inquietações que serão levantadas ao longo desse texto, não só em relação ao período analisado.

Esta dissertação está dividida em 4 capítulos. O primeiro é a introdução que aqui já está prestes a acabar, em que apresento a história da minha avó que, apesar de ter acontecido no século XX, me lembra bastante a forma como as tutelas e assentos se moldavam e depois como esses acolhimentos de crianças pobres, não somente órfãs, foram influenciados por esses moldes assistencialistas de trabalho compulsório.

A seguir, no capítulo intitulado “*Quando a criança era criança, não sabia que era criança*”: *reflexões sobre as experiências infantis*, trago para leitura primeiramente a vida de Tibúrcio, uma criança pobre que foi submetida à escravidão mesmo com sua condição jurídica dizendo o contrário. Tibúrcio proporciona vários sentimentos e questionamentos sobre as violências a que as crianças estavam sujeitas, a negligência da percepção de infância, além de,

em outro momento, trazer, além dos açoites sofridos por essas crianças, os folguedos, os jogos que se fizeram presente na nossa infância e na infância de outros sujeitos.

No capítulo seguinte, intitulado “*O serviço do dito órfão*”: *reflexões sobre trabalho infantil*, trago a discussão sobre a conceituação de infância e as relações de trabalho doméstico, trabalho agrícola e formação para o trabalho, além de discutir as proteções sugeridas à infância pobre, assim como esse assistencialismo se aplicou na construção da Casa de Caridade Padre Ibiapina, que acolhia meninas órfãs, ensinando-lhes em resumo como se portar enquanto uma esposa e se distanciar do perigo de perder a honra.

Por fim, no último capítulo, intitulado “*E se achão nas circunstances de serem dadas a soldada*”, apresento os contratos de soldada, primeiramente numa perspectiva histórica do Direito, como essas leis foram implementadas e por quê. Em seguida, discuto sobre os Juízes de Órfãos e as relações que desenvolviam nos processos e, para finalizar, exponho os processos de arrematação de soldada, primeiramente por um estudo de caso de dois irmãos, e depois estendendo-se para outras crianças, debatendo aqui as possíveis causas do aumento de solicitação de processos de tutela e soldada.

2 “QUANDO A CRIANÇA ERA CRIANÇA, NÃO SABIA QUE ERA CRIANÇA”⁹: REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS INFANTIS

“O verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida.”

Carlo Ginzburg

Talvez os personagens que vou apresentar no decorrer dessa dissertação me provocaram essa escrita tão audaciosa, principalmente nesse capítulo em que todas as vezes que me submetia a escrevê-lo era tomada por diversas emoções e incertezas. Acho incrível como transcendemos nesses processos angustiantes da escrita. E foi pensando nesses sentimentos que decidi escrevê-lo com leveza e uma narrativa um pouco diferente da “tradicional”. Não acredito que mudar a forma da escrita vá mudar os resultados obtidos de uma pesquisa árdua, apenas vai torná-la mais leve e talvez consiga captar o leitor de outra forma.

Essa dissertação apresentará um corpus um pouco diferente do que tradicionalmente estamos acostumados. Tentarei em forma de narrativa contar a história dos personagens que vão aparecendo como os sujeitos que me dispus a analisar. No mais, espero que a leitura seja inquietante e confortável ao mesmo tempo, que os olhos arregalem para o sentimentalismo que vou digitando nesse texto.

Este capítulo tem como proposta discutir sobre a infância e suas experiências, não somente relacionadas ao mundo do trabalho, mas também os brinquedos, arapucas e ferimentos. Dividindo-se em três tópicos, trago a proposta de, num primeiro momento, apresentar a infância incriminada, partindo do personagem Tiburcio, que assume responsabilidade diante de um processo judicial, entrecruzando os documentos e narrativas para compreender o conceito de infância apresentado nas fontes. Aqui arrolarei também sobre as vulnerabilidades da condição de criança escrava. No segundo momento, pretendo investigar as experiências infantis utilizando a ideia de consubstancialidade:

A ideia de consubstancialidade, como espero ter mostrado, não implica que tudo está vinculado a tudo; implica apenas uma *forma de leitura da realidade social*. É o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca. Como disse Roland Pfefferkorn, “essas

⁹ Ver “Canção da infância” – Peter Handke.

relações estão envolvidas intrinsecamente umas com as outras. Elas interagem e estruturam, assim, a totalidade do campo social”.¹⁰

Concebendo aqui o conceito de classe por meio da experiência e entrecruzado o conjunto de relações sociais de classe, raça, gênero, cor e etnia, viso averiguar sobre as múltiplas experiências vivenciadas por essas crianças. Sendo que no segundo tópico apresento a infância permeada pela violência, provocando inquietações sobre as marcas deixada, muitas vezes, nos corpos infantis. E por fim, o último tópico traz os folguedos infantis, tanto nas brincadeiras, jogos, travessuras das crianças e como o brincar pode ser associado ao trabalho desempenhado por essas crianças.

As fontes utilizadas nesse capítulo foram assentos de batismo e óbito, processos-crime, as anotações de Freire Alemão e o Jornal O Araripe. Usando como metodologia o entrecruzamento das fontes e a leitura das entrelinhas, visto que “todos os grupos subordinados criam, a partir de suas experiências de sofrimento, um discurso oculto, que representa uma crítica ao poder, expressa nas costas dos dominadores”.¹¹ Serão utilizados, como fundamentação teórica, pensadores como Walter Benjamin, E. P. Thompson, Danièle Kergoat, Philippe Ariès, Carlo Ginzburg, Paul Ricoeur, James Scott, Sidney Chalhoub para refletir sobre esses sujeitos e “escovar a história a contrapelo”.¹² Por fim,

O historiador é, por definição, um investigador para quem as experiências, no sentido rigoroso, estão vendadas. Reproduzir uma revolução é impossível, não somente na prática como em princípio, para uma disciplina que estuda fenômenos temporalmente irreversíveis enquanto tais.¹³

Não se trata de reproduzir os acontecimentos históricos, mas trazê-los em pequenas apresentações com recursos da ficção, fazendo-se necessário o descarte da frieza e da imparcialidade para “*escovar a história a contrapelo*”¹⁴, ou seja, enxergar pela perspectiva “*dos vencidos*” visto que “enquanto os sofrimentos de um único ser humano forem esquecidos, não haverá libertação.”¹⁵

Utilizando a narrativa como ferramenta, já que “ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na

¹⁰KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. In.: Novos estud. CEBRAP n.86, São Paulo, 2010, p. 100.

¹¹ SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Ed. Letra Livre: Lisboa, 2013, p.19

¹² BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História** In: obras escolhidas I. São Paulo: Braziliense, 2012.

¹³ GINZBURG, Carlo. **História noturna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 180

¹⁴ Walter Benjamin em Tese VII em as “Teses da História” - Sobre o conceito de História.

¹⁵ LÖWY, Michael. **Alarme de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de História**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 54

vida do narrador para em seguida retirá-la dele.”¹⁶ Quando acontece o envolvimento do historiador com o objeto de pesquisa, em busca das fontes e na interpretação das mesmas, muitas vezes - e se não acontece, deveria acontecer -, ele mergulha nas histórias e narrativas das quais ele apresenta, transformando-se e transmutando as experiências que serão contadas, fazendo parte daquilo, sendo “comum a todos os grandes narradores é a facilidade que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como uma escada”.¹⁷

A narração contribui e enriquece, torna-se aliada das fontes, e com ela, a história dos esquecidos outrora pode se tornar poesia. Por fim, “o caráter "único" dos eventos históricos, a necessidade do historiador de misturar relato e explicação fizeram da história um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência”.¹⁸

O fazer histórico não é apenas uma ciência, é poesia, é narração, é arte, e nós historiadores somos os artesãos desse tear de tramas e sujeitos, que se encontram e desencontram nesse tear pente liço e o fazer histórico é a tecelagem e o historiador o artesão ou as próprias Moiras gregas. Diferentemente das “Fiandeiras dos destinos”, somos as “Fiandeiras do passado.” Ao enrolarmos, nos teares, os fios, que são as fontes, vamos percorrendo e construindo uma narrativa histórica. Fiar e tecer o passado é pura magia, e estão presente nos primórdios da civilização, assim como a própria História.

E, assim como Penelope à espera de seu amor, Ulisses, sigo tecendo todos os dias a tela e desmanchando o tear todas as noites, sendo essa pesquisa a “Tela de Penelope”, pois é um trabalho que nunca se encerra, sempre aparecerão novos fios, novas cores e novos artesão que vão sentar e compor a tela da História.

2.1. “Dice saber de voz publica”: Tibúrcio é um assassino!

O acidente se deu numa tarde no quintal da casa de Dona Izabel, enquanto o senhor moço da casa o infernizava.¹⁹ Tomava-lhe o “dicumer” e qualquer momento de paz que pudera ter. Já enfezado com o menino, ele se distancia. Não contente, o senhor moço atira-lhe uma,

¹⁶ BENJAMIN, Walter. **O narrador**. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 205

¹⁷ BENJAMIN, Op. Cit., p. 215

¹⁸ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 13.

¹⁹ Na documentação não consta o nome da referida criança. A mesma é referida como Senhor Moço, o que me leva a acreditar que ele seja filho de Dona Izabel, certamente pela forma que o processo foi conduzido.

duas pedras a fim de atingi-lo e uma delas o acerta. Aborrecido com a atitude do menino, Tiburcio corre atrás dele. E, como num pega-pega, os dois correm pelo quintal.

Tiburcio, buscando sua vingança infantil, enquanto o outro menino se esgueira. No meio da baderna das crianças, Henrique surge para defender o senhor moço, abrindo-lhe os braços, enquanto o menino se esconde. Na impulsão do momento, Tiburcio acerta-lhe com a faca que carregava nas mãos. Então o sangue começa a escorrer pelo braço de Henrique e a assustar as crianças.

O sangue se misturava com as terras barrentas do terreiro juntamente com as lamúrias do jovem Henrique. O desespero e o medo paralisaram Tiburcio, que, com a mão trêmula e ensanguentada, se depara com aquela situação. Sabia ele que estava encrencado. Balbuciando, ele tenta encontrar as palavras certas para explicar aquela cena; entretanto, diante da urgência de cuidar do ferimento de Henrique, suas desculpas, momentaneamente, são esquecidas.

Sem voz, condenado ao desalento e aos açoites por sua rebeldia, ele segue seus dias sendo julgado diariamente por aqueles que vão visitar a casa de Dona Izabel, e sem ao menos ter o direito de retrucar, se não o chicote mais uma vez tatuaria sua pele. Os dias vão passando. Henrique continua acamado, enquanto Tiburcio executa seus afazeres.

A febre aquece o corpo de Henrique dia após dia. O sangue mais uma vez vem colorir de vermelho aquela casa. Com as cobertas de um tom carmim, Henrique em melancolia vai esvanecendo. Sua respiração silencia e, finalmente, ele descansa. Foram dias cansativos e dolorosos. Agora, o conforto chegou em seus olhos e fez morada. Para Tibúrcio, o sossego não chegou; pelo contrário, seus dias, a partir de então, se tornaram uma tortura. Porém, familiarizado com a dor, em quaisquer instâncias que possamos imaginar, ele segue para a sua audiência. Mas quem julgaria uma pobre criança de uma infelicidade dessas?

Todo o aparato judicial fora montado para que Tiburcio fosse sentenciado. Mas já não era ele condenado a servidão? Já não fora açoitado, acorrentado e trancafiado por anos de sua infância? Aquele teatro montado na sala do Juiz era uma celebração dos homens e suas leis. As mesmas leis que retiraram os brinquedos de Tiburcio e o dispuseram à escravidão esculpam aquele julgamento.

Várias testemunhas despontaram naquele salão. Conhecidos ou não de Tiburcio, estavam ali para manifestar as possíveis razões do crime. A brincadeira daquela tarde de abril que se tornara um acidente, agora tornava-se um homicídio. E aqueles olhos sedentos já

preparavam a sentença. Não haveria meios termos, nem meias palavras para sua defesa, apenas a verdade que “ouviram dizer”. As primeiras testemunhas proclamam a maldade intentada no jovem Tiburcio. O mesmo seria responsável de causar a morte de Henrique. E, digo mais, por motivos de egoísmo e inveja, a tragédia aconteceu. Um, dois, quatro, oito e mais algumas testemunhas recontaram suas versões da história de Tiburcio, mas o menino não podia exprimir nada. Ele agora era um réu.

E aquelas vozes bradavam numa mesma sintonia como um coral:

Disse que sabe por ter visto no braço de Henrique um carôço, i que Henrique ter sido uma faccada dada pelo Moleque, que querendo este dar em um seo senhor moço, e Henrique (rasurado) defender aeste, visto a ocasião recebeo dicta faccada, e depoiz elle testemunha vio Hnerique lavado em sangue por ter estourado dicto carôço , e que poco depoiz morreo.²⁰

E mais uma vez as palavras baleavam Tiburcio

Disse que sabe por ter visto no braço de Henrique um carôço, i que Henrique ter sido uma faccada dada pelo Moleque, que querendo este dar em um seo senhor moço, e Henrique (rasurado) defender aeste, visto a ocasião recebeo dicta faccada, e depoiz elle testemunha vio Hnerique lavado em sangue por ter estourado dicto carôço , e que poco depoiz morreo.²¹

Ouvindo mais uma vez, e mais uma vez a mesma melodia, finalmente o maestro interrompe a ópera e convoca a voz do Tiburcio ao centro, perguntando. Com as mãos frias e a voz trêmula, sem hesitar, ele segue a encenação.

Qual o seo nome?
 Respondeo chamar se Tiburcio.
 Perguntado de quem era filho?
 Respondeo que de escrava. Ta escravo de Dona Izabel da Silva Soarez.
 Que idade tinha?
 Respondeo que de quinze para dese seis anos.²²

Antes de me debruçar sobre o processo criminal de Tiburcio, é necessário atentar para a diversidade que essa fonte histórica vem a ser.

A história contida nos processos judiciais é a “pequena história, a história dos indivíduos” a qual vai alimentar a grande história, e que nesta contação de história que o processo traz, especificamente no Processo Penal, há um grande

²⁰ BR. CEDOCC, FHP Homicídio de Henrique Alves de Oliveira, Caixa III, Pasta 26. 1870, f.27.

²¹ BR. CEDOCC, FHP Homicídio, Caixa III, Pasta 26. 1870, f.27.

²² BR. CEDOCC, FHP Homicídio, Caixa III, Pasta 26. 1870, f.55

desafio, que é o de reconstituição do passado, já que os “rastros quem percorreu procura destruir”.²³

Tiburcio, aqui, é um personagem desse tópico. Ele era uma criança escrava, parda, julgada por um homicídio durante o século XIX. Apesar de ser uma criança de 15 anos, ele assumiria agora a responsabilidade de um processo criminal em andamento. O fato de Tiburcio ir a julgamento aponta para as várias dimensões da infância. A criança aqui está assumindo a postura de um adulto, se assim posso dizer, e era assim que ela era vista. Katia Mattoso afirma que “a criança escrava presta serviços desde os 7-8 anos”²⁴ e além disso

[...] desde pequenas, [as crianças escravas] eram obrigadas a acompanharem suas mães ao campo e com elas compartilhavam vários trabalhos agrícolas: tiravam ervas daninhas, semeavam frutas, cuidavam dos animais domésticos.²⁵

Crianças escravas como Tiburcio faziam parte da manutenção do sistema escravista. Em algumas situações, cresciam junto com os filhos dos senhores para criar uma espécie de proximidade entre ambos, para que o escravo não atentasse para a rebeldia na maioridade, e sim a submissão. A criança escrava estava exposta a uma gama de possibilidades, todas elas, obviamente, ligadas ao trabalho.

Segundo Ana Sara Cortez:

No Cariri, outras fontes também levam a crer que a idade de trabalho do cativo – que chamamos de Escravo Padrão – começava aos onze ou doze anos, posto que frequentemente são encontradas crianças com essa idade e já valendo o preço de um escravo adulto, o que quer dizer, na sua faixa etária mais produtiva. Nessa fase de sua vida – hoje conhecida como adolescência – a criança já era considerada como apta a quaisquer serviços e não mais apenas os leves.²⁶

²³ CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. Tradução Ricardo de Rodrigues Gama. 1 ed., São Paulo: Russel, 2013, p. 41-43

²⁴ MATTOSO, Kátia de Queiroz. **O filho da escrava**. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, p. 129

²⁵ MOTT, Maria Lúcia Barros. **Ser mãe: a escrava em face do aborto e do infanticídio**. *Revista de História*, São Paulo, n. 120, p.85-96, jul., 1989. p.88

²⁶ CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri Cearense (1850 - 1884)**, Fortaleza, 2008, p. 80.

Tavares (2013), em sua dissertação, analisou listas e certidões de matrículas de escravizados no período de 1872 a 1884, no Crato, destacando as habilidades laborais e pontuando a imersão das crianças nas referidas fontes, sendo que dos

120 foram matriculados como sendo “capaz de qualquer serviço” ou “capaz de serviço leve”, indício de que a mão de obra de muitas crianças foi empregada em diversas atividades econômicas. Sabino, com apenas nove anos em 1872, foi matriculado como “capaz de qualquer serviço”. Raimunda, em 1872, com então doze anos e Francisca, com quatorze, foram registradas, respectivamente, como “capaz de qualquer serviço” e “capaz de qualquer serviço doméstico”. Os cratenses Pedro, Miguel e Benedicto, de dez, oito e sete anos, respectivamente, quando das suas matrículas em 1872, foram registrados, cada um, como “capaz de serviço leve”. Benedicto e José, com apenas dois anos ao serem matriculados em 1872, já foram apontados como sendo capazes de serviço leve!²⁷

A criança escrava estava disposta ao trabalho a partir do momento que seus pés se “firmavam” no chão. Isso seria o suficiente para executar algumas atividades. De acordo com seu crescimento, novas tarefas eram atribuídas, muitas vezes ignorando a formação corpórea da criança. Freire Alemão, em suas anotações, presenciou a atividade de crianças.

O engenho estava moendo (...) movidos por dois vagarosos bois que se alternam, e mudam quando se mostram cansados. Um molequinho de oito a dez anos agarrado à almajarra como um macaco tocava os bois, um preto velho media a cana a dois neguinhos, para menos de doze anos vestido só de camisola, tiravam para fora o bagoço.²⁸

Pouco se sabe sobre as tarefas que o nosso personagem executava ou sua condição física. Devido às limitações existentes em torno da documentação de Tiburcio, a sua história não poderá ser contada com todos os detalhes; entretanto, após esmiuçar os assentos de batismo, eis Tiburcio.

Tiburcio pardo filho natural de Joanna Maria do Rozario nasceu vinte de ags. do anno de mil oito centos e cincoenta e seis e foi batizado com os Santos oleos nessa matris de Crato por mim Paroco abaixo assignado em trinta de dezembro do mesmo anno e foram padrinhos João Damasceno Barros de Araujo e Joaquina de Lavor Paz Barreto do que para constar mandei fazer este ascento emque eu assigno.²⁹

²⁷ TAVARES, Iris Mariano. **Entre a sacramentalização católica e outros arranjos parentais:** a vida familiar dos escravizados do Crato – CE (1871-1884). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2013, p. 86

²⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. **Os manuscritos.** Anais da Biblioteca Nacional. Catalogo e Transcrição de Darcy Damasceno e Valdir da Cunha. Vol. 81, 1961-1964, pp. 198-201, 199. Apud IRFFI, Ana Sara Parente Cortez, 2008, p. 79.

²⁹ Assento de Batismo, Livro XIIa, f. 174 (1802-1971) Crato, Ceará, Brasil Registros, 04/08/2018

Algumas problemáticas vão envolver o personagem; porém, a ausência de informações detalhadas no assento de batismo me provoca a refletir ainda mais sobre Tiburcio. A falta de informação acerca da condição jurídica aponta o processo de escravização de crianças livres, como visto em outras fontes. Por exemplo, um relato em um comunicado do Jornal *O Araripe*:

Em 1845 foi ter á casa de Joaquim Gomes da Rocha, agora Subdelegado de policia interino desta Villa, mas sendo sapateiro residente no Riacho do Meio, sitio deste termo, uma desgraçada minina, cujos miseráveis paes a abandonarão pela miseria. Em quanto Joaquim da Rocha continuava a residir ali foi a minina passando por uma retirante, mas sahindo do Riacho do meio para o Buriti, onde'se a fasel -a passar por sua escrava, assoital-a e fasel-a chamar senhor: por ultimo ja se atrevia a fallar por toda parte na sua escrava, quando morreo a infelis no captveiro, deixando um filhinho gosando de tal nome. O Sr Rocha, como hoje se chama, vendo que não havia quem se atrevesse a descobrir—lhe a velhacada procurou vender essa criança, tendo o descaramento de ofecel-a a um comprador de escravos, e a teria de facto vendido, se um seo conhecido do Riacho do meio, horrorisado desta perversidade, não corresse-a casa do negociante para revellar lhe a velhacada, pedindo-lhe todavia segrêdo. O Sr Rocha, que nunca teve escravo, continua pois com esse na cosinha e a diser que é o dote de sua filha. e até se diz, que fez baptisar o minino por seo escravo: o certo é que lá existe com o titulo de escravo e sob o rigoroso bacalháo do ex—sapateiro Rocha a infelis criança e será vendida ou convertida em dote de sua filha. Este crime é sabido aqui de muita gente, mas sendo este homem da protecção do Antonio Joaquim ninguem houve ainda que quisesse bulir com este negocio, apenas falou—se que tinha sido levada esta historia à presença do ex delegado Sr, Pacifer.

Em face disto pelo interesse, que me inspira a sorte desse infeliz menino tenho de rogar ao Exm. Sr. Presidente da provincia se digne a providenciar, para que seja elle tomado e se faça culpa a esse reductor á escravidão; encubido disto não ao actual delegado e juis municipal, seo proctetor, compadre e amigo, porem a uma authority que não tenha, como o Sr Antonio Joaquim de Sant' Anna tão estreitas relações com o criminoso.

Barbalha 16 de Março de 1857

Um inimigo da escravidão.³⁰

Ao pensar sobre essas crianças, temos que levar em consideração a existência de uma linha tênue entre “pardo” e “escravo”, entre a pobreza e a escravização, principalmente quando os sujeitos são as crianças, que eram mais passíveis de protagonizarem, digamos assim, esses processos de escravização ilegal, visto que não existia um proteção de fato sobre os órfãos

³⁰ Jornal *O Araripe*, 16 de março de 1857, f. 3

pobres, e todas as leis que os envolviam, determinavam a servidão como atividade a ser realizada pelas mesmas para acolher e cuidar de sua orfandade.

Não obstante, não podemos deixar de perceber as relações de poder, como relatado na fonte. O Sr. Rocha é subdelegado da vila, que, ao ver uma criança, provavelmente órfã da seca de 1845, que, apesar de ter durado apenas um ano, provocou uma grande migração para a capital cearense. De acordo com Theophilo, “a seca de 1845 deslocara a população do interior, atirara nas ruas da capital mendigos de todas as classes, ceifara milhares de victimas”.³¹ Sabemos das diversas secas enfrentadas no século XIX, que provocaram a orfandade de várias crianças migrantes, assim como condicionaram a criadagem ou a escravização ilegal, como o caso da criança “acolhida” pelo Sr. Rocha.

Essa criança deve ter passado por distintas violências, visto que “a vida na rua e a exploração sexual fizeram parte do cotidiano de criança órfãs e pobres”.³² Podemos imaginar a dimensão das diversas violências que essa menina sofreu, sendo possível, inclusive que seu filho seja daquele homem que a tutelou. Além disso, os abusos continuaram com seu filho, juridicamente livre, contudo, agora, escravizado e colocado como dote de um casamento.

Pedroza (2013), em sua dissertação, investiga a vida de Hipolyta, uma mulher que luta pela sua liberdade no Cariri ao longo da segunda metade do século XIX. Hipolyta nasceu livre, filha de mãe liberta e pai livre, mas ao decorrer de sua vida fora escravizada, assim como seus filhos. Lutou de várias formas, inclusive judicialmente, pela liberdade. Além disso, Pedroza salienta:

(...) a instabilidade vivida pelas pessoas de cor, sempre ameaçadas pela real possibilidade de serem escravizadas. Também sugerem o quanto era frágil a condição social dessas pessoas e a necessidade e dificuldade constante da manutenção da liberdade, não apenas por parte dos libertos, mas também dos livres de cor, como Hipolyta.³³

Dias após a circulação do comunicado, o jornal publica outro que indica de forma mais nítida a fragilidade da liberdade para as crianças pobres e de cor, que o historiador Sidney

³¹ Theophilo, Rodolfo, História da secca no Ceará (1877-1880), p. 71 *in.*: NEVES, Frederico de Castro. **Currais de bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)**. Revista Brasileira de História, v. 15, n 29, 1995, p.102,

³² SOUSA, José Weyne de Freitas. **Artificios, criadas e chicos: as experiências urbanas de crianças órfãs e pobres em fortaleza (1877-1915)**. São Paulo: Pontifica Universidade Católica de São Paulo, 2004, p. 27/28.

³³ PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. **Desventuras de Hypolyta: luta contra a escravidão ilegal no sertão (Crato e Exu, século XIX)**. Natal: EDUFRN, 2013, p. 84

Chalhoub³⁴ chama de “vida de peteca”, que seria a transitoriedade entre a liberdade e a escravização ou reescravização.

Barbalha 19 de Abril de 1857

Contarao-me que indo certa caveira á casa do Subdelegado ex-sapateiro Rocha, aquelle, de quem se diz, ter por captivo o menino Ricarte; olhando para essa criança, perguntára a pessoa de casa: que menino é este? Ao que lhe fora respondido: este é o molequinho do Conxa.

Consigne esta historia em suas paginas para orientar a justiça no enredo deste negocio. Posso-lhe afirmar que é muito seria a pessoa que me contou, e não menos serio é o que assigna.

DE V S. Amigo e leitor.

Cujus Nomen Necio.³⁵

Encontrar esse documento foi um rebuliço de emoções, pois posso apresentar de um outro ponto de vista um pouco a respeito dessas crianças escravas. Del Priore³⁶ argumenta que as práticas sexuais entre senhores e escravas eram comuns, apesar de serem consideradas imorais, pois feriam a moral da família e do casamento, e muitas dessas relações, consensuais ou não, resultavam em filhos ilegítimos, que comumente eram abandonados, ou submetidos a escravidão, como o caso de Ricarte.

Felicia, menina, mulher, mãe preta, foi submetida à escravidão assim como Tiburcio. Foi açoitada, provavelmente estuprada, e teve um filho que foi colocado como mercadoria para um dote logo após sua morte. Como diria o poeta Baudelaire, “É a morte que consola e que nos faz viver! É o motivo da vida, é a única esperança. (...) É o albergue famoso inscrito no livro, em que vamos comer, dormir e estar seguros”.³⁷

Enquanto isso, Ricarte ficou coberto pelo véu daquele que a violentou e atentou contra a sua liberdade. Agora ele teria sua vida vendida a outra pessoa em troca de um dote para o seu dono. Vasculhando a documentação de assentos de batismo encontrei Ricarte

Aos dezes seis de maio de mil oitocentos e quarenta e um baptizei e fis nos Santos Olleos o pardo Ricarte filho legitimo de Joaquim (ilegível) e Felicia Maria pardo e negra (ilegível)³⁸

³⁴ CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 102-122.

³⁵ Jornal *O Araripe*, 19 de abril de 1857, f. 2

³⁶ Ver DEL PRIORI, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999

³⁷ Ver *A Morte dos Pobres* de Charles Baudelaire.

³⁸ Assento de Batismo, Livro IV, f. 31 (1802-1971) *in.*: Crato, Ceará, Brasil Registros

Assim como sua mãe, o pequeno Ricarte se encontrara à mercê, tendo sua infância permeada por várias fragilidades e violências, tendo sua liberdade ameaçada e sua vida comprometida com a servidão compulsória ilegal. A não menção à escravidão no assento de batismo de Tiburcio me leva a acreditar na escravização após o nascimento ou no decorrer de sua vida, como aconteceu com Felicia, seja por orfandade, abandono ou pela pobreza. Tiburcio, agora, é apresentado como uma criança escrava que cometeu um homicídio em 1870.

Dice, que sabe por ser voz publica, que estando um minino comendo o escravo Tiburcio quis tomar o comer, e o minino vingando se a dar deulhe uma pedrada, pelo o que voltando-ce – Tiburcio a dar (...) foi encontrando a Henrique indefeza deste, e querendo o ebarar recebio no braço uma faccada por uma facca que o escravo levava na mão.³⁹

A ideia de infância que estava presente no Ceará no século XIX estava intimamente ligada ao sertanejo e a seca, não compreendendo, como podemos observar, a ideia de infância atual, visto que uma criança de 15 anos é colocada em um tribunal para responder por um homicídio. O mais inquietante no processo criminal de Tibúrcio é a quantidade de testemunhas que afirmam, com todo fervor, que ele estava predisposto a machucar Henrique, ressonando a ideia de marginalidade da criança escrava ou pobre que estava presente. Outro ponto surpreendente do processo criminal de Tiburcio é a forma como as testemunhas assumiam uma postura de culpabilizar pelo ocorrido. Todavia, apenas uma entre as tantas testemunhas apresentou um posicionamento que fugia do padrão:

Dice que sabe por ser voz publica, que querendo Tiburcio dar num minino, este correo, e pega-se com Henrique, e Teburcio seguindo o minino com o fim de dar-lhe, Henrique querendo esbarrara – Tiburcio – com as mãos nesta acção recebeo uma faccada em um braço, cuja facca trasia – Tiburcio na mão, e que não sabia se foi de propósito ou acazo.⁴⁰

“Não sabia se foi de propósito ou acaso”. Dá para imaginar num rol de cerca de 12 testemunhas, apenas uma cogita a probabilidade do acontecimento ter sido um acidente, enquanto todos os outros apontam para um homicídio? Os demais seguem dentro do mesmo padrão:

Dice que sabe por lhe digo, por ter visto a Henrique com uma faccada num braço, disendo este que tinha recebido aquella faccada de um moleque, em

³⁹ BR. CEDOCC, FHP; Homicídio, Caixa III, Pasta 26. 1870, f.17.

⁴⁰ BR. CEDOCC, FHP Homicídio, Caixa III, Pasta 26. 1870, f.20.

ocasião que este hia dar em um seo senhor moço e elle testemunha vio Henrique morrer esvaído em sangue, isto já com muitos dias.⁴¹

O processo criminal de Tiburcio seguiu adiante, apesar de sua idade, porque a percepção do sentido de infância era inexistente. Segundo Ariès, “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representa-la [...] É provável que não houvesse lugar para infância nesse mundo”.⁴² Isso significa que a imagem da infância era desconhecida: “a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida”.⁴³

Segundo Postman (1999), “depois dos séculos dezesseis e dezessete reconheceu-se que a infância existia, que era uma característica da ordem natural das coisas”.⁴⁴ A partir de então um novo conceito de infância fora instalado no final do século XVII e início do XVIII, passando a ser vista como uma fase transitória repleta de inocência e vulnerabilidade. De acordo com Del Priore,⁴⁵ nos primeiros anos de colonização, no Brasil, assim como na Europa Medieval, não existia a ideia da particularidade infantil. A criança não era vista desta forma e sim como um pequeno adulto, ou seja, a infância era um período neutro e frágil, inclusive às bruxarias.

É notável um olhar ambíguo em relação a infância. Ela “passa a ser visível quando o trabalho deixa de ser domiciliar e as famílias, ao se deslocarem e dispersarem, não conseguem mais administrar o desenvolvimento dos filhos pequenos”.⁴⁶ A partir desse momento, as crianças tornam-se preocupações e inquietações, principalmente as desvalidas, abandonadas, escravas ou paupérrimas.

Tiburcio seguiu em seu julgamento. Com as mãos atadas, as costas açoitadas e os dentes cerrados, ele escuta os estrondos daquelas vozes que parecem atacá-lo. Assustado, ele se apega ao pouco que lhe resta, uma ligeira esperança. Para ser liberto daquela condição com a pena de morte? Ou rezaria ele pela vida? Afinal, seria ele sentenciado à prisão desconhecida, de paredes escuras, ou seria ele inocentado e voltaria para a prisão familiar, ou teria a morte como consolo?

⁴¹ BR. CEDOCC, FHP Homicídio, Caixa III, Pasta 26. 1870, f.25/26.

⁴² ARIÈS, Phillipe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 49

⁴³ ARIÈS, Op. Cit., p. 50

⁴⁴ POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999 p. 51

⁴⁵ DEL PRIORE, Mary. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 54

⁴⁶ LEITE, Miriam Moreira. **A infância no século XIX segundo memórias dos livros de viagem**. in.: Freitas, Marcos Cezar de. *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1997, p. 18

O reo Tiburcio, escravo de Izabel da Silva Soares não fez no offendido o ferimento constante do corpo de delicto. (...) Em conformidade da decisão do jury que considera ao réo Tiburcio, sem culpa o absolvo da acuação contra o mesmo intentada; pagos os custos pela camara municipal.⁴⁷

A história de Tiburcio, até onde consegui alcançar, teve um “final feliz” e até o momento não consegui encontrar outro processo que buscasse contestar a absolvição de Tiburcio. Por fim, Tiburcio, assim como Maria e Ricarte, estiveram nas mãos de outras pessoas que assumiram a postura de seus senhores. Estabeleceram tarefas, açoites e violações em várias esferas possíveis. Por meio da documentação apresentada, posso indicar que a infância escrava no Cariri Cearense não se deu apenas para aqueles nascidos cativos, ou filhos de escravo. Se deu por uma condição de classe e raça. Ignorava-se assim a liberdade que teoricamente a criança livre deveria usufruir.

2.2. “É como se a infância não fosse um tempo...”⁴⁸

Assim mesmo hiamos vivendo até que chegou o anno de 1845 quando tendo fugido um escravinho de Rocha chamado João, (sem duvida por não poder suportar o mau tratamento porque passava) e tendo depois de dias apparecido o infelis João, foi por Rocha atado com cordas, ficando a victima suspensa de uma Aroeira, de sorte que apenas tocava com as pontas dos pés no chão e nessa posição lamentavel recebeo tao barbaro castigo de açoites fulminados pelas proprias maos de Rocha; que quando a victima foi socorrida pela may do monstro, poucos minutos sobreviveu aos tormentos, unicos que puderão sacciar o praser satanico desse Rocha canibal. Se qualquer um que possuísse um coração bem formado, visse como eu vi o infelis João com o corpo retalbado pelo açorrague do monstro, clamando por socorro, invocando pelos sagrados nomes de Deos de Nossa Senhora e pelos Céos, para acalmar o furor de seu barbaro senhor, e só tendo por deferimento à suas compungidas supplicas mato-te diabo hoje não ha quem te acuda!⁴⁹

A fonte apresentada é uma denúncia presente no jornal O Araripe que relata a violência que o escravo João sofrera de seu Senhor, chamado Rocha, em 1845, após tentar fugir dos açoites de Rocha. Na edição de 24 de agosto de 1857 do Jornal *O Araripe*, a denúncia que relatava um caso de violência contra crianças escravas me seduziu, afinal historiadores tem um

⁴⁷ BR. CEDOCC, FHP Homicídio, Caixa III, Pasta 26. 1870, f.70.

⁴⁸ Ver o poema “É como se a infância não fosse um tempo...” – Ana Martins Marques

⁴⁹ Jornal *O Araripe*, 24 de agosto de 1857. 00117

apreço descomunal, até diria assim, por estudar as desgraças alheias. Após discutir no capítulo anterior as fragilidades da vida de Tiburcio, Ricarte e Felicia enquanto crianças escravas – ambas outrora livres, que tiveram a sua liberdade tomada – agora aspiro germinar o debate sobre as experiências infantis a partir dos vários lugares que ocupavam na sociedade dentro das condições de gênero, raça, etnia, classe e condição jurídica. Que lugares ocupam as crianças escravas, pobres, as meninas, as nativas, as pardas? Assim como a denunciante se revolta, espero que o sentimento de revolta perpassasse essas palavras

Não poderia ao certo deixar de revoltar-se contra Rocha, como eu, que posto fosse inda criança, não pude deicar de enxer-me de horror e indignação contra esse monstro da especie humana. Entretanto, Sr. Redactor, Rocha soube ocultar este crime, e pode passar até 1854 sem soffrer o mais leve encommodo pela barbaridade praticado, pelo que julgando-se invuneravel a ação da justiça como Achilles era á das armas, barbaramente espancou a um outro infelis de nome Felipe, e tentou logo depois contra a existencia de um outro seo infelis escravo de nome Manoel. Na quella epocha pois, não podendo mais soffrer seos desatino um seo cunhado que era Inspector deu parte de seus crimes ao Delegado de policia e Juis municipal do termo de S Joao do Principe o Dr. José Fernandes Vieira Bastos, e este fes instaurar um processo emqual não produzio effeito algum porque Rocha tendo ganho com sua requintada avaresa alguns bens da fortuna poude facilmente comprar aos miseros que forao chamados para depórem nesse processo, resultando desse arranjo imoral, nada diserem taes testemunhas contra o monstro, de maneira que o Juis viu-se na colisão de julgar improcedente o processo, posto que da parte da justiça não se tomarão providencias para a verificação dos factos pelos quaes era acusado Rocha. Vendo Rocha que nada soffria por ter-se tornado espadanxum e assassino julgou que nada mais soffreria se se tornasse Cavaleiro de industria, e (ilegivel) explorando este terreno!⁵⁰

A denúncia a Rocha se estende por mais páginas do Jornal. Sempre apontada como um ato extremamente brutal. Sim, o acontecimento com a criança chamada João de fato foi horrível, porém quando lemos toda a denúncia no Jornal o Araripe, conseguimos enxergar os porquês que essa denúncia foi realizada.

Possuindo rocha uma escrava de nome Victorina na qual eu tambem tinha noventa mil reis de posse, deu essa escrava duas crias no tempo dessa comminhão, e depois vendendo eu a Rocha a parte que tinha na escrava do que lhe passei papel, elle buscou falcificando o papel apossar-se unicamente das escravinhas, e excudou-se em uma dusia de pataca que a troco de infamias ha adquerido quis mover-se uma questão para a poderar-se da parte que eu defendia naquellas escravinhas, e depois de soffrer eu grandes encommodos e despezas pude afinal chegar a um acordo com Rocha dando-me este cento e oitenta mil reis pela parte das escravinhas, e memo afim apoio a isto por

⁵⁰ Jornal *O Araripe*, 24 de agosto de 1857. 00117

intermedio dos Srs, Dr João Fernandes Vieira, e Ten. Leandro Custodio de Oliveira Castro Jucá.

A denúncia feita ao jornal sobre a violência que João sofreu surge de um interesse entre a denunciante, que foi lesada pelo seu cunhado Rocha. No relato que tenta provocar a comoção dos leitores, ela enfatiza a crueldade de Rocha com João, contudo prestemos atenção nas entrelinhas do discurso de proteção da mesma.

Eis pois, Sr, Redactor, um espadaxim, um assassino, um ladrão que vagueia impunemente por ter sabido viver no retiro sob a capa da hipocrisia, e sob a proteção daquelles que sem o conhecerem de perto, julgão-no por suas palavras, sem entrarem na analyse de seos actos. Em nome da humanidade, rogamos ao Suia Exc. Para recommende a seos agentes policiaes a captura d'esse perverso, que eu expontaneamente offereõ-me a provar unicamente por amor da justiça o que levo dito com o testemunho de pessoas concideraveis, em enjo numero entrão alguas que se conciderão com quase senhorio nesse assassino convicto, porque elle descende de escravo. Queira Sr, Redactor enserir em seo conceituado jornal estas toscas linhas pelo que lhe será obrigado seo patricio attento e criado. Povoação do Poço da Pedra, 24 de Agosto de 1857. Benedicto Rodrigues Lima ⁵¹

A situação toda se dá para que a mesma consiga os direitos sobre a escrava que tinham compartilhado. A narração parte do rapto de sua irmã e um crime de defloramento, que submeteu a mesma ao matrimônio. Logo mais, as cenas de violência “extrema” começam a ser narradas. Dá pra perceber pelo relato que os abusos eram comuns às crianças escravas, o grande problema então, é que Rocha exagerou em seus castigos, provocando a morte daquela criança ou seria outro interesse? Quantas crianças Rocha não assassinou em seus jardins? Quantas meninas não violentou e ficou impune? Estamos falando de um único caso, de uma única fonte, e podemos imaginar o tanto de violência que as crianças que moraram/trabalharam nessa casa sofriam. Agora, imaginem o tanto de Joãos esquecidos, abandonados e mortos...

Para compreendermos melhor a situação da denúncia, exponho aqui outro trecho da fonte

Para Sua Exc. Ver

Com quanto não desconheça, Sr. Redactor do Araripe, que a escrituação destas linhas vou desafiar as iras de um homem que tendo nascido na crapula, criando-se na ignorancia e vevido até agora inteiramente desconhecido, por ter escolhido morar um lugarejo sombrio e retirado das vias de comunicações para poder dár pasto a seo genio infernal, sua avaresa descomedida, e a sua perversidade requintada com tudo eu não recuo na tarefa que porgatei, visto

⁵¹ Jornal *O Araripe*, 24 de agosto de 1857. 00117

que julgo que em levar ao conhecimento do publico e do Exm. Sr. Presidente desta provincia os crimes atrosos que impunemente ha perpetrado este homem ferós de quem tenho de fallar; presto um serviõ a meu pais, a causa da justiça e da humanidade em geral: por tanto despresando conciderações terrestres, despresando os laços forçados que por uma fatalidade me ligão a esse homem degenerado, por haver elle por um rapto conseguido casar se com uma minha mana, despresando enfim o risco imminente em que vou pô minha vida por denunciar os crimes d'esse Mestre Escola de quem nos falla Eugenio Sue, eu vou tornal o conhecido do publico ilustrado a quem me derijo, eu vou denuncial-o por que de seo conceituado jornal, Sr Redactor, ao Governo da provincia para ver, se assim esse flagello da humanidade incontra a punição de seos crimes, e não zomba mais das leis divinas e humanas nao escarnece da justiça escarrando-lhe na face quando se apresenta na Villa de Sçao João do Principe, já como Jurado quando só o devêsse alli apresentar-se como réo... Corria o anno de 1845, quando Thomé Vieira da Rocha, tentou raptar uma minha mana, porem pressintido, e sendo tao traidor como covarde pode escapar-se, correndo, de responder as interrogações de um pai honrado q'se achava subjetamente resentido. Este factu vulgarisando-se, e entao achando-se meo pai entre os deveres de pai, e os, sentimentos de honra, consultou um amigo a respeito, o qual fez ver-lhe que com quanto não fosse Rocha de qualidade de minha mana, todavia a vista do factu dado ella devia casar com elle ao que meu pai resignou se forçadamente por força da circumstancia. Casando se pois esse homem com minha mana, eu tive por amor a elle de frequentar por vezes a casa d'elle a onde por vezes tambem indignei-se a vista do mau tratamento que elle lhe dava.⁵²

O desentendimento de Benedicto com Rocha começa com o relacionamento entre Rocha e sua irmã, que segundo o mesmo, sua irmã teve que casar com Rocha pois o mesmo tentou rapta-la. Após o casamento o referido relator estabeleceu “negócios” com o cunhado envolvendo uma mulher escravizada grávida, da qual ele tinha “parte” dos lucros e Rocha não quis dar. Então como forma de expor tudo, ele narra o acontecimento a criança João, que fora açoitada. João foi açoitado até a morte por seu Senhor, após ter fugido do cativeiro, como castigo a vida de João foi tirada. E as outras crianças que ali moravam continuaram sofrendo os abusos de seu Senhor. Importante perceber que segundo Reis Junior

A classe senhorial fazia a distinção entre o bom trabalhador, obediente, solícito, agradecido pelos anos de relação e o mau trabalhador, o delinquente ou dissoluto capaz de enveredar pelo caminho da criminalidade. Esperava um comportamento de fidelidade, obediência, deferência e gratidão, por permitir que, em seus domínios, morassem e trabalhassem. Nessa ótica, se cada um se comportasse conforme o esperado, a sociedade poderia viver em paz e harmonia. Aos demais, um sistema de vigilância mais detalhado, punições, trabalhos forçados e castigos.⁵³

⁵² Jornal *O Araripe*, 24 de agosto de 1857. 00117

⁵³ REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: terra, trabalho e conflitos** na segunda metade do século XIX. UFC: Fortaleza, 2014, p. 185

Isso se aplicava às crianças também, visto que, como falei anteriormente, não existia a noção de particularidade infantil. Ainda mais “[...] o filho da escrava devia cedo aprender as duras leis da escravidão, devia trabalhar para existir e para ser reconhecido como bom escravo, obediente e eficaz. Para os seus senhores, somente sua força de trabalho os distinguiu do resto da escravaria adulta.”⁵⁴

As práticas punitivas para as crianças escravas existiam juntamente com a dos adultos escravos. E não obstante, as fugas de crianças escravas, como João, também ocorriam. Como podemos ver a seguir

José, cabra, de idade de 17 annos, alto e secco do corpo, cabeça regular, cabellos crespos, rosto comprido, com uma marca na testa de um talho que levou um pouco abaixo dos cabellos, os olhos pretos e vivos, rosto descarnado, tem junto de um peito um signal, um dedo do pé grosso por causa de ter cortado a cabeça do dedo com um talho de enxada: fugiu em deis de Março proximo passado, apparecendo noticia de ter sido encontrado na estrada do Posso de pàus; quem dito escravo pegar e o conduzir a esta cidade a ser entregue a seo senhor que é o abaixo assignado receberá todo o trabalho, e despesas feitas com o dito escravo.

Crato, 1 de Abril de 1856. Bento Alves Pedra-lina⁵⁵

O anúncio do jornal deixa expostas as características de José e, com elas, as cicatrizes e mazelas que adquiriu ao longo de sua pouca vida. Parafraseando Cortez, “Qualquer descuido durante o serviço podia custar-lhes muito, ou deixar-lhes cicatriz. Por essa razão nas fugas, os senhores frequentemente caracterizam o escravo com marcas de acidentes de trabalho.”⁵⁶

Dezessete anos, pouco mais velho que Tibúrcio, José fugiu do cativo em que foi mantido desde criança, onde foi subordinado desde cedo ao trabalho. Se é que não era mais uma das crianças libertas a que fora imposta a escravidão. Agora, suas dores, as marcas deixadas em seu corpo servem para auxiliar na sua identificação, dificultando assim sua fuga, que na maioria dos casos, poderia se estender por anos, visto que “a fuga não garantia o fim do cativo”.⁵⁷

Assim como Calisto

⁵⁴ MATTOSO, Op. Cit., 1991, p. 93

⁵⁵ Jornal *O Araripe*, edição 1 de abril de 1856, f. 4

⁵⁶ CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no cariri cearense (1850-1884)**. UFC: Fortaleza, 2008, p.68

⁵⁷ *Ibidem*, p. 89

Calisto, preto, pequeno de altura, cabellos emroscados, dentes perfeitos, com um braço secco até apá, de idade de 15 annos. (...) Fugirão no dia 13 do corrente di Sítio Taboleiro branco dstricto do Brejo grande. Quem pegar ditos escravos e os levar ao seu Senhor João Paulo da Silva Correia, morador na quelle Sítio, e nesta cidade a Antonio Raimundo Brigido dos Santos, será generosamente pago.⁵⁸

Diferentemente de José, Calisto fugiu acompanhado de outra escrava de seu senhor, alguns anos mais velha, talvez sua irmã ou alguma companheira, já que comumente aconteciam as fugas de casais escravos ou famílias. Calisto é uma criança magra, que encontrou na fuga a possibilidade de recomeçar, seja lá como for ou onde for, mas longe dos açoites, dos abusos, da fome. Contudo,

No que se refere à família escrava, as fugas demonstram como esta instituição era parte importante na vida dos cativos, tanto que se arriscavam numa tentativa de reaver a convivência interrompida pela venda, pela concessão de herança, ou qualquer outra coisa.⁵⁹

Cortez deixa evidente que os senhores compreendiam como a família assumia um lugar de importância na vida dos cativos. Claro que sob fortes instabilidades, principalmente por conta do comércio de escravos. A permanência dessas famílias unidas se dava por meio da relação escravo-senhor. O desenrolar das histórias dessas crianças não consegui acompanhar, devido a limitação das fontes, mas

Creio que o acúmulo do conhecimento sempre ocorre assim: por linhas quebradas em vez de contínuas; por meio de falsas largadas, correções, esquecimentos, redescobertas; graças a filtros e esquemas que ofuscam e fazem ver ao mesmo tempo. Neste sentido, o episódio interpretativo que reconstituí com minúcia talvez excessiva pode ser considerado quase banal: não a exceção, mas a regra.⁶⁰

Pois a escrita da História se dá de distintas formas; aqui as fontes, de alguma forma, constituíram a bússola que me guiou ao norte, a uma parte da história de algumas crianças. E como um animal farejando sua presa, assim é o historiador, que com as pegadas, os fios e os rastros vão caminhando em direção ao seu objeto de pesquisa, talvez esse sentimento de procura/caça seja um processo instintivo por natureza, já que compomos a mesma natureza dos outros animais. Podendo nesse processo se perder no meio do caminho, pois nos encontramos

⁵⁸ Jornal *O Araripe*, edição 19 de julho de 1856, f. 4

⁵⁹ CORTEZ, Op. Cit., p. 130

⁶⁰ GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 111

num *labirinto de muitas histórias*, cabendo ao historiador o exercício de usar a imaginação juntamente com as possibilidades e fontes para assim criar uma narrativa, sendo que “os historiadores têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo”.⁶¹

Decidi aqui apresentar esses dois anúncios de fuga para que possamos perceber que, mesmo que de forma silenciosa, as crianças resistiam, mesmo sendo violentadas, silenciadas, separadas de seus familiares, marcadas por açoites ou mortes. Segundo Sousa, “as fugas estavam relacionadas a luta contra a escravidão e eram uma forma recorrente das meninas resistirem às obrigações domésticas a que eram submetidas”.⁶²

Estejamos cientes que nem somente as meninas fugiam como foi apresentado nas respectivas fontes, como também, as fugas não estavam relacionadas somente a resistência aos trabalhos domésticos, mas também à resistência contra as diversas violências e abusos. As crianças sempre estiveram à margem da sociedade, e no século XIX passaram por um processo mais intenso de marginalização.

A infância, então, foi repensada e os sujeitos infantis empobrecidos e posto à margem das noções de civilidade em vigor naquela época foram logo apreendidos como sujeitos do trabalho. Nessa conjuntura, se gestava uma nova sensibilidade com relação as crianças e seu desenvolvimento espiritual. Porém, de nenhuma forma, essas alterações no jeito de perceber as idades físicas e emocionais da infância estiveram apartadas das condições de classe. O olhar sobre a família e a criança pobre, muitas vezes, se voltou à afirmação do trabalho formal como solução para o “desgoverno” dos miseráveis, como gostavam de dizer os Presidentes da Província.⁶³

Se formos repensar na relação de violência sofrida pelas crianças ao longo da História do mundo, podemos partir de relatos como o da Bíblia com seus sacrifícios⁶⁴, as punições feitas às crianças, até o próprio infanticídio. A violência sempre esteve e está presente na vida das crianças, principalmente aquelas que não tem o amparo dos pais, e se encontram à mercê de uma roda de relações que as explora constantemente.

Todavia, no século XIX, o sentimento de cautela surgia juntamente com a subordinação ao trabalho, visto que, segundo a classe senhorial, “a pobreza seria gerada a

⁶¹ *Ibidem.*, p. 14

⁶² SOUSA, José Weyne de Freitas. **Artificios, criadas e chicos**: as experiências urbanas de crianças órfãs e pobres em fortaleza (1877-1915). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004, p. 106

⁶³ LIMA, Ana Cristina Ferreira. **Infância e recolhimento**: a educação profissional em Fortaleza na segunda metade do século XIX. Fortaleza: UFC, 2019, p. 22

⁶⁴ Ver Gênesis 22, sacrifício de Isaque, filho de Abraão.

propensão à vadiagem e à ociosidade por parte dos trabalhadores”.⁶⁵ Compreendamos aqui essa abordagem de classe a partir de E. P. Thompson, enfatizando que

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.⁶⁶

A experiência aqui tem uma importância significativa à compreensão do conceito de classe, sendo está determinada pelas relações de produção e sociais. É dentro dessa engrenagem teórica que vamos refletir acerca do universo dessas crianças pobres, marginalizadas e violentadas, já que são essas relações de classe que expuseram a infância pobre a exploração e maus tratos.

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.⁶⁷

A luta de classe é primacial na formação da consciência de classe, não esquecendo a importância da experiência de determinadas situações. A compreensão desses conceitos é essencial para o entendimento desse processo em que as crianças estavam, já que a violência instaurada é a engrenagem de um sistema opressor que se reinventou de várias maneiras para continuar a violação da infância.

Essas crianças pobres em cujo universo não conseguimos penetrar, assim como os órfãos dos quais conseguimos lobrigar alguma coisa, têm a vida dura, nascem e crescem tendo o sofrimento como companheiro, são carentes de

⁶⁵ REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Uma história rural: riqueza, pobreza e injustiça social nos sertões do Ceará** (segunda metade do século XIX). Seminário Nacional de História, 2015, p. 6

⁶⁶ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa 1: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10.

⁶⁷ THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 274

amor e carinho, sem os cuidados maternos, sendo para elas inatingível o universo de outras crianças, que são preparadas para o que aquela sociedade pode oferecer de bom. Para crianças pobres, a mesma sociedade reserva o mundo do trabalho, que se inicia em plena infância, o mundo da disciplina e da submissão que se tornam mais onerosas porque são compassadas pela fome, pelo frio, pelas privações de toda a ordem que compõem o território para elas reservado.⁶⁸

A vida dura dessas crianças permeadas por açoites, fome, abusos, sem ter onde se amparar, quando pegas em situação de fuga como aconteceu com João, podiam ter como punição a morte. No entanto as aventuras e tragédias dessas crianças não são tão distantes das crianças pobres dos nossos cotidianos, transitando entre a mendicância e o “amparo” social de famílias abastadas, contudo permanentes no silenciamento.

2.3. Entre o pião e a arapuca vive a meninice

CRIANÇA DESORDEIRA. Toda pedra que ela encontra, toda flor colhida e toda borboleta capturada já é pra ela o começo de uma coleção e tudo aquilo que possui constitui para ela uma única coleção. Na criança, essa paixão revela seu verdadeiro rosto, o severo olhar de índio que continua a arder nos antiquários, pesquisadores e bibliômanos, porém com um aspecto turvado e maníaco. Mal ela entra na vida e já é caçador. Caça os espíritos cujos vestígios fareja nas coisas; entre espíritos e coisas transcorrem-lhe anos, durante os quais o seu campo visual permanece livre de seres humanos. Sucede-lhe como em sonhos: ela não conhece nada permanente; tudo lhe acontece, pensa ela, vem ao seu encontro, se passa com ela. Os seus anos de nômade são horas passadas nas florestas dos sonhos. De lá ela arrasta a presa para casa, para limpá-la, consolidá-la desenfeitiçá-la. Suas gavetas precisam transformar-se em arsenal e zoológico, museu policial e cripta. “Pôr em ordem” significaria aniquilar uma obra repleta de castanhas espinhosas, que são as clavas medievais, papéis de estanho, uma mina de prata, blocos de madeira, os ataúdes, cactos, árvores totêmicas e moedas de cobre, que são os escudos. A criança já ajuda a muito tempo no armário de roupas da mãe, na biblioteca do pai, enquanto que no seu próprio território continua sendo o hóspede mais instável e belicoso.⁶⁹

Refletir sobre a criança e o brincar provoca distintos questionamentos e curiosidades. De uma perspectiva histórica, as brincadeiras e jogos tradicionais não tem como ter sua origem

⁶⁸ LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos:** contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Editora da Unicamp e Editora da USP, 2008, p. 98.

⁶⁹ BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação.** São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009, p. 107

datada, “pois estiveram presentes em diversas sociedades de épocas bem distintas, nas quais através de suas dinâmicas sociais e históricas deixaram marcas em seus praticantes”⁷⁰. Existem registros que apontam a existência de jogos e brincadeiras em antigas civilizações, como os egípcios, fenícios, gregos e chineses, por exemplo, que até os dias atuais estão presente no cotidiano de algumas crianças.

Não se conhece a origem desses jogos. Seus criadores são anônimos. Sabe-se, apenas, que são provenientes de práticas abandonadas por adultos, de fragmentos de romances, poesias, mitos e rituais religiosos. A tradicionalidade e universalidade dos jogos assentam-se no fato de que povos distintos e antigos como os da Grécia e do Oriente brincaram de amarelinha, empinar papagaios, jogar pedrinhas e até hoje as crianças o fazem quase da mesma forma. Tais brincadeiras foram transmitidas de geração em geração através dos conhecimentos empíricos e permanecem na memória infantil. Muitas brincadeiras preservam sua estrutura inicial, outros modificam-se, recebendo novos conteúdos. A força de tais jogos explica-se pelo poder da expressão oral. Enquanto manifestações espontâneas da cultura popular, as brincadeiras tradicionais tem a função de perpetuar a cultura infantil e desenvolver formas de convivência social e permitir o prazer de brincar.⁷¹

O brincar ou jogar sempre esteve no cotidiano infantil, e o ser criança sempre teve a imaginação como sua companheira e amiga no seu fazer brincar. Basta apenas refletirmos um pouco acerca de nossas infâncias e perceberemos como o sentir brincar se compôs em nossas vivências e como muitas vezes, esses jogos eram repassados fluidamente de criança para criança, de rua em rua. Assim como qualquer objeto ou atividade se tornara um brincar. Segundo Walter Benjamin, “não há dúvida que brincar significa sempre libertação. Rodeadas por um mundo de gigantes, as crianças criam para si um pequeno mundo próprio...”⁷²

Pedras se transformavam num jogo mágico, enquanto cordas nos faziam alcançar o céu. Pequenas coisas se transmutavam em grandes coleções. Os olhos de criança se faziam como um caleidoscópio que buscavam nas pequenas coisas várias cores e sensações. O enxergar, caminhar, pular, cheirar, sentir tinham um sentido único e com a chegada das primaveras ia moldando-se e permanecendo apenas na memória. Brincadeiras como:

amarelinha, pião, papagaio, barra-manteiga, esconde-esconde e inúmeras outras brincadeiras estão hoje presentes na [atividade] lúdica, muitas vezes sob uma outra forma ou com outra denominação. Mas o conteúdo continua sendo o mesmo.⁷³

⁷⁰ KISHIMOTO, T. M. (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

⁷¹ KISHIMOTO, Op. Cit., p. 38-39

⁷² BENJAMIN, Op. Cit., 2009, P. 85

⁷³ FRIEDMANN, A. Jogos Tradicionais. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_07_p054-061_c.pdf 2015, p. 55

As brincadeiras são uma importante ferramenta em que podemos analisar a cultura, visto que elas, de alguma forma, estão presentes em todos os meios sociais e classes sociais, provocando o conhecer e estimulando o cérebro das crianças, além da construção das relações sociais. Não podemos falar de brincadeira sem mencionar os brinquedos. Segundo Walter Benjamin

Originalmente os brinquedos de todos os povos descendem da indústria doméstica. A primitiva riqueza de formas do povo baixo, camponeses e artesãos, constitui até os dias de hoje uma base segura para o desenvolvimento do brinquedo infantil. Não há nada de extraordinário nisso. O espírito do qual descendem os produtos, o processo total de sua produção, e não apenas o seu resultado, está sempre presente para a criança no brinquedo, e é natural que ela compreenda muito melhor um objeto produzido por técnicas primitivas do que um outro que se origina de um método industrial complicado.⁷⁴

Os brinquedos surgem em distintos espaços e momentos e constituem importante instrumento da cultura. É a forma como as crianças constroem e desconstróem as coisas, reinventando seu mundo e tudo ao seu redor. A fórmula mágica de interagirem no mundo dos adultos dando asas à imaginação, e se libertando utilizando o imaginar. Sendo que

Madeira, ossos, tecidos, argila, representam nesse microcosmo os materiais mais importantes, e todos eles já eram utilizados em tempos patriarcais, quando o brinquedo era ainda a peça do processo de produção que ligava pais e filhos. Mais tarde vieram os metais, vidro, papel e até mesmo o alabastro. (...) Conhecemos muito bem alguns instrumentos de brincar arcaicos, que desprezam toda máscara imaginária (possivelmente ligados na época a rituais): bola, arco, roda de penas, pipa – autênticos brinquedos, "tanto mais autênticos quanto menos o parecem ao adulto". Pois quanto mais atraentes, no sentido corrente, são os brinquedos, mais se distanciam dos instrumentos de brincar; quanto mais ilimitadamente a imitação se manifesta neles, tanto mais se desviam da brincadeira viva.⁷⁵

Qualquer artefato pode vir a se tornar um brinquedo para as crianças, que transformam muitas vezes o lixo em brincar, reconfigurando algo inútil e tornando-o útil. Contudo com o processo de industrialização, os brinquedos são incorporados na dinâmica industrial, em que a relação doméstica e artesanal com o brinquedo se perde, assim como o interesse das crianças vai se moldando. Benjamin afirma que

Quando no decorrer do século XVIII, afloraram os impulsos iniciais de uma fabricação especializada, as oficinas chocaram-se por toda parte contra as restrições corporativas. Estas proibiam o marceneiro de ele mesmo pintar as suas bonequinhas; para a produção de brinquedos de diferentes materiais

⁷⁴ BENJAMIN, Op. Cit., p. 127.

⁷⁵ *Idem*, p. 92/93

obrigavam várias manufaturas a dividir entre si os trabalhos mais simples, o que encarecia sobremaneira a mercadoria.⁷⁶

Assim como em todos os setores, os brinquedos também foram incorporados dentro da lógica capitalista, sendo a produção artesanal ignorada para que a dinâmica do capital assumisse a produção e transformasse o fazer artesanal em larga escala, onde os antigos marceneiros foram proibidos de fabricar brinquedos e as vendas dos mesmos ficaram sob a responsabilidade de vendedores “especializados”, que vendiam brinquedos especializados, muitas vezes perdendo toda a essência, visto que o fabricar o brinquedo se tornara uma forma de brincar também, que foi apropriada para novos fins.

Percebendo que o brincar ou fazer brincar da criança perpassa desde o construir, coletar, pintar aquilo que seria seu brinquedo. De acordo com Borba (2007), “a experiência do brincar cruza diferentes tempos e lugares, passados, presentes e futuros, sendo marcada ao mesmo tempo pela continuidade e pela mudança. Mas essa experiência não é simplesmente reproduzida, e sim recriada a partir do que a criança traz de novo, com seu poder de imaginar, criar, reinventar e produzir cultura.”⁷⁷

No Cariri Cearense, as fontes apontam algumas formas de brincar que ainda resistem e estão presente na vida de algumas crianças, principalmente na zona rural de alguns municípios. Brincadeiras como pipa (papagaio), caça, brigas de rua, pião, entre outras.

As brigas em criança é um passatempo. Não se escandalizem as mães e educadoras como exemplo do cinema. Tôda a vida, no tempo e espaço, os meninos lutaram entre si. (...) Todos nós brigávamos, em conjunto ou isolados, nos quintais, nas ruas, beiras de rio, mato e na própria casa, às ventas dos pais, dos tios e dos avós. Isso faz parte da natureza humana.⁷⁸

A fonte acima se refere aos folguedos infantis narrados por J. de Figueredo, um dos intelectuais caririenses do início do século XX, que narra algumas das diversas brincadeiras comuns na região, e que nos auxilia a pontuar o brincar, e como esse brincar se entrelaça com a cultura regional e se mistura com outros fazeres e sentireis.

Além das brigas de rua, havia a montaria, em que meninos fingiam montar grandes cavalos em seus cavalos de pau, normalmente “confeccionado de madeiras de múltiplas

⁷⁶ *Iidem*, p. 90

⁷⁷ BORBA, 2007, p. 45

⁷⁸ FILHO, J. de Figueredo. **Folguedos infantis caririenses**. Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 15/16.

qualidades. O talo da carnaúba ou do coqueiro da praia adapta-se muito bem a montaria infantil. A folha, em sua base, na parte que se liga ao estipe, é bem larga e curva. Imita, mais ou menos, a cabeça de um corcel.”⁷⁹ E logo depois de um tempo, as crianças deixavam a montaria em cavalos de pau e iniciavam sua vida de montaria com pequenos animais.

Enquanto os meninos estavam inseridos numa lógica de brincar interligada ao campo, às armas ou à caça, as meninas tinham como seus brinquedos as bonecas (da qual eram incentivadas em seu instinto maternal), o bordar e ou costurar, ou seja, as atividades domésticas do lar acabavam se transformando no brincar.

Como já foi mencionado, a brincadeira é uma maneira de socialização e interação das crianças com outras crianças, o meio que estão inseridas e com os adultos. Sendo que “a brincadeira assume importância fundamental como forma de participação social e como atividade que possibilita a apropriação, a ressignificação e a reelaboração da cultura pelas crianças”.⁸⁰ No mais

(...) a brincadeira é um fenômeno da cultura, uma vez que se configura como um conjunto de práticas, conhecimentos e artefatos construídos e acumulados pelos sujeitos nos contextos históricos e sociais em que se inserem. Representa, dessa forma, um acervo comum sobre o qual os sujeitos desenvolvem atividades conjuntas. Por outro lado, o brincar é um dos pilares da constituição de culturas da infância, compreendidas como significações e formas de ação social específicas que estruturam as relações das crianças entre si, bem como os modos pelos quais interpretam, representam e agem sobre o mundo.⁸¹

Compreendendo o conceito de experiência, observo o brincar como uma experiência da cultura, e de modo que é o primeiro contato da criança com a cultura da qual está inserida. Brincar é se conectar num primeiro momento consigo, depois com outras crianças e objetos, dos quais definimos como brinquedos, e com os adultos.

Dentro das brincadeiras, a criança se apropria de elementos e os transmuta, dando-lhes novos significados, como por exemplo, o trabalho, que muitas vezes, poderia se transformar num brincar, visto que a percepção da criança que aquela atividade que desenvolvia era uma exploração ou trabalho. Atividades como colher, limpar, ou até mesmo brincar com os filhos do seu senhor (mais recorrente no caso das crianças escravas) era, na realidade, um trabalho em

⁷⁹ FILHO, Op. Cit., p.35/36

⁸⁰ BORBA, Op. Cit, p. 12

⁸¹ BORBA, Op. Cit., p. 39

que dispunha o pequeno escravo para brincar e crescer com o filho do senhor e assim poder gerar uma relação de submissão e respeito na vida adulta.

Apesar de a criança estar brincando, isso não deixava de ser um trabalho. O brincar como trabalho e o trabalho enquanto brincar. Era dentro dessa síntese que as crianças pobres estavam inseridas, visto que desde pequenas desenvolvem atividades motoras para o trabalho, e que de forma lúdica transformam o carregar, tear, plantar, arar como um vislumbre de uma brincadeira de adulto. Não normalizando o trabalho infantil, estou pontuando dentro de um tempo histórico remontado ao século XIX, em que a divisão de trabalho e a exploração infantil estavam dentro da normalidade.

3 “O SERVIÇO DO DITO ÓRFFÃO”: REFLEXÕES SOBRE TRABALHO INFANTIL

*Você já passou por mim, e nem olhou pra mim.
 Você já passou por mim, e nem olhou pra mim.
 Acha que eu não chamo atenção (acha).
 Engana o seu coração, acha que eu não chamo atenção.*

As discussões sobre trabalho infantil são uma das grandes pautas da contemporaneidade, contudo a exploração aponta desde da antiguidade. Crianças são inseridas em contextos de exploração e trabalho há muito tempo, ignorando-o as capacidades físicas e motoras das mesmas. Não obstante a construção do discurso enobrecedor do trabalho ainda se faz presente nos dias de hoje, sendo pautado pelo atual desgoverno como algo bom.

O processo histórico permite alcançar alguns registros dessa exploração ao longo da História, visto que a infância só veio ser percebida em meados do século XIX e discutida pela historiografia no século passado. Esse capítulo vem discutir sobre o conceito de criança e infância, e como essas crianças eram incorporadas nas relações de trabalho. Sendo que

(...) primeiro, vendo a criança como um adulto em miniatura; depois, concebendo-a como um ser essencialmente diferente do adulto, depois ...Fomos acreditando sucessivamente que a criança é a *tabula rasa* onde se pode inscrever qualquer coisa, ou que seu modo de ser adulto é predeterminado pela sua carga genética, ou ainda que as crianças do sexo feminino já nascem carentes do pênis que não têm, ou então tudo isso, ou nada disso, ou então ou então ou então.⁸²

Perceber como as crianças eram compreendidas nos auxilia a entender a contextualização das relações sociais de trabalho e os discursos implementados. Além disso discutiremos aqui as proteções implementadas principalmente no século XIX, advindas de uma preocupação com a infância marginalizada e pobre que se tornaria um problema se não fosse corrigida imediatamente.

⁸² LAJOLO, Marisa. “**Infância de papel e tinta**” In FREITAS, Marcos César. (org.) História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997, p.228

3.1. Ser criança e o trabalho

Primeiramente, para pensarmos como as relações de trabalho se organizavam, é necessário pensar sobre infância ou como esse conceito era compreendido. O estudo clássico de Ariès constata a inexistência do sentido de infância como estágios para a vida adulta, durante a Idade Média: “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la [...] É provável que não houvesse lugar para infância nesse mundo”.⁸³

Isso significa que a imagem da infância não atraía determinado interesse. Logo mais, ele afirma que “a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida”.⁸⁴ Esse é o segundo momento de abordagem do autor, que permite a percepção de um novo conceito de infância, instalado no final do século XVII e início do XVIII. A partir de então, ela era vista como uma fase transitória repleta de inocência e vulnerabilidade. Foi possível, portanto, recuperar o surgimento da ideia de infância durante o processo de composição da sociedade moderna no Ocidente. A partir de Ariès, compreende-se como se constituíram as idades da vida, assim como os primeiros anos ganhavam atenção e, por fim, a relação adulto-criança. Contudo

É preciso considerar a infância como uma condição da criança. O conjunto das experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação dos adultos sobre essa fase da vida. É preciso conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las como produtoras da história⁸⁵ (p.30).

Contrariando Ariès, Kuhlmann aponta que é necessário enxergar as multiplicidades da infância em seus recortes temporais e sociais e não ignorar que a produção sobre a infância pé feita por adultos.

Segundo Del Priore,⁸⁶ nos primeiros anos de colonização o Brasil, assim como na Europa Medieval, não existia a ideia da particularidade infantil. Todavia, a criança era vista como um pequeno adulto, que deveria adentrar o mundo do trabalho o mais rápido possível. Sendo assim, a infância era um período neutro e frágil, inclusive face às bruxarias.

⁸³ ARIÈS, Phelippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 49

⁸⁴ ARIÈS, Op. Cit., p. 50

⁸⁵ KUHLMANN, Jr. Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010, p. 20

⁸⁶ DEL PRIORE, Mary. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

Ou seja, é notável um olhar ambíguo em relação a infância. Todavia, ela “passa a ser visível quando o trabalho deixa de ser domiciliar e as famílias, ao se deslocarem e dispersarem, não conseguem mais administrar o desenvolvimento dos filhos pequenos”.⁸⁷ A partir desse momento, as crianças transformaram-se em preocupações e inquietações, principalmente as desvalidas, abandonadas, escravas ou paupérrimas, para os distintos segmentos da sociedade. É necessário ressaltar que, durante o século XIX, o termo criança “era uma derivação das que eram criadas pelos que lhe deram origem. Eram o que se chamava de “crias” da casa, de responsabilidade (nem sempre assumida inteira ou parcialmente) da família consanguínea ou da vizinhança.”⁸⁸ Assim:

[...] de criancinha pequena, ela se transforma imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje.⁸⁹

Ariès aponta que, nos primeiros meses de vida da criança, ela passava por um momento de “paparicação”, demonstrando uma dedicação fraterna; todavia, a criança era equiparada a animais de estimação, devido sua inocência e ingenuidade, e sua provável substituição. Assim como um animal de estimação, a importância da criança passava por um anonimato em relação aos sentimentos dos adultos, demonstrando uma posição secundária na sociedade.

No fim do século XVII, mediante variadas transformações, principalmente econômicas, e com o estabelecimento da nova ordem social e a instauração do modo de vida burguês, a infância assume um papel de importância, e com ela o sentimento de preocupação.

Entre elas estão as 23 transformações na evolução da estrutura familiar e, portanto, na relação entre pais e filhos, no que diz respeito à privatização dos costumes, laços afetivos e condições de vida. Estas mudanças ocorreram ao mesmo tempo e articuladas a outras, como a organização do Estado Moderno — fazendo com que a infância se tornasse também responsabilidade do Estado; a decadência do parentesco e da clientela, bem como a consolidação da família do tipo nuclear — tirando da comunidade a responsabilidade pela educação da criança (fenômeno que ocorreu principalmente na Inglaterra e na França); e a difusão dos princípios da Reforma e Contra-Reforma — provocando a expansão e difusão da moral cristã, especialmente junto às famílias burguesas. No contexto destas mudanças, dois fenômenos são perceptíveis no que tange à infância. O primeiro deles refere-se ao processo de escolarização. A escola passou, gradativamente, a substituir a família como lugar de aprendizagem. Por meio da educação escolar, a criança se separou do

⁸⁷ LEITE, Miriam Moreira. **A infância no século XIX segundo memórias dos livros de viagem**. In.: Freitas, Marcos Cezar de. História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 1997, p. 18

⁸⁸ *Idem*, p. 18

⁸⁹ ARIÈS, Op. Cit., 1986, p. 10.

núcleo familiar privado e iniciou o seu processo de socialização. O segundo relaciona-se ao lugar que a criança assumiu no interior mesmo da família, que passou a se organizar em torno de sua criação, constituindo uma verdadeira revolução educacional e sentimental.⁹⁰

A escola assumira a responsabilidade da aprendizagem, distanciando as crianças da família. Um novo sentimento de cumplicidade e afeição se constrói no interior das famílias, segundo Ariès:

A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como os loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estende até nossos dias e ao qual se dá o nome de escolarização.⁹¹

A preocupação com a educação se manifestara nesse momento, inclusive em relação a educação sexual. Cria-se uma espécie de inocência infantil, atrelada na arte da época, que esboçava anjos e os associava com as crianças, até mesmo em aspectos ligados à uma sexualidade neutra ou indiferente. A partir de então, a infância associava-se à inocência, pureza, a uma fragilidade que precisava de atenção e cuidados da sociedade. Os cuidados iam desde não deixar sozinha até a educação formal, constituindo nessa ação uma forma de amparo e amor pra consequentemente moldar seu comportamento.

Durante o Brasil Colônia, devido a numerosa quantidade de crianças abandonadas e órfãs, em 1551, foi ordenada a criação de duas Casas de Recolhimento, distintas pelo sexo das crianças atendidas, que tinham com o objetivo a catequização dos indígenas, oferecendo uma educação moral e cristã. A Companhia de Jesus incumbiu-se do assistencialismo a infância no Brasil por cerca de duzentos anos. Assim, “em 1585 já havia 03 Colégios (Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco) e 05 Casas de Recolhimento (Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo) instaladas na Colônia, responsáveis pelo acolhimento dessas crianças.

Com o intuito de amparar o grande número de órfãos e abandonados nos principais centros urbanos da Colônia da época, em 1693 o governador da capitania do Rio de Janeiro, Paes de Sande, endereçou pedido ao Rei de Portugal para que fizesse uma intervenção no sentido de evitar ou reduzir o número de mortes de crianças expostas e abandonadas.⁹²

⁹⁰ SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira Dos Santos. **Infância**: sol do mundo a primeira conferência nacional de educação e a construção da infância brasileira. Curitiba: UFP, 1997, p. 23

⁹¹ ARIÈS, Op. Cit., 1986, p.11

⁹² ARANTES, 2011, p. 167

Em reposta ficou determinado, através de uma Carta Régia, que as Câmaras Municipais assumiriam a responsabilidade de tutelar essas crianças. As Câmaras promoveriam formas de assistência independentes da Igreja; todavia, isso não se efetivou, e as crianças acabaram sendo encaminhadas para a Casa de Misericórdia, e logo mais submetidas à *Roda dos Expostos*.⁹³ A Roda funcionava assim:

A criança, depositada na Roda, era encaminhada, o mais cedo possível, a uma ama-de-leite, que, em geral, era uma mulher em condição econômica e socialmente desfavorecida, que se submetia ao recebimento de ínfima quantia, paga pelas Câmaras, para manter consigo a criança entregue pela Roda, até que a mesma atingisse a idade de três anos.⁹⁴

A Roda dos Expostos foi um mecanismo que abrigava bebês doentes, mortos, frutos de relacionamentos proibidos, gravidez indesejada, enfim, e possuindo assim um papel moral na sociedade, visto que a identidade era preservada e os despejos aconteciam nas madrugadas. Vigora até a metade do século XX, apesar de ter sido extinta pelo Código de Menores⁹⁵ de 1927. A partir de então “todo aquele que encontrasse um recém-nascido na rua ou que o recebesse diretamente dos respectivos pais deveria recolher a criança e batizá-la.”⁹⁶

No início do século XIX, a questão da infância começa a ser enfatizada, principalmente dentro da legislação, focando em um discurso de viés educativo, dentro da lógica médico-higienista, enraizada numa ideia que oscilava entre o sentimento de caridade e o temor pela vagabundagem da criança, quando diversas demarcações acerca da infância se instituíram, em

⁹³ A Roda dos Expostos foi um artefato de madeira, localizado nas paredes ou muros da Santa Casa de Misericórdia que permitia o depósito de crianças enjeitadas pelas mães, frutos de diversos relacionamentos. Foi trazida de Portugal em 1726 para a cidade de Salvador, e logo mais outras Províncias, vigorando até o século XX. Sendo Salvador, a primeira capital a ter o mecanismo, seguido logo mais de outras 15 Províncias. Segundo Neto “As demais Rodas foram instaladas no Rio de Janeiro (1738), em Recife (1789), e nas cidades de São Paulo, Porto Alegre - RS, Rio Grande - RS, Pelotas-RS, Cachoeira-BA, Olinda - PE, Campos - RJ, Desterro- SC, Vitória - ES, Cuiabá - MT, São João del-Rei-MG e São Luís - MA durante a primeira metade do século XIX (VASCONCELOS, *op. cit.*).

⁹⁴ VASCONCELOS, Rejane Batista. **A política de assistência à criança e ao adolescente promovida pela Fundação do bem estar do menor no Ceará: passaporte para a cidadania ou dispositivo disciplinar?** Fortaleza: UECE, 2003, p. 87.

⁹⁵ Ou *Código Mello Mattos*, que foi o primeiro Código idealizado para o controle das crianças abandonadas e marginalizados, elaborado em 1864 pelo jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, primeiro juiz de Menores do Brasil.

⁹⁶ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX.** Campinas: Papirus, 1999, p. 190.

“algumas cartas régias onde se demonstrava preocupação com a situação de abandono e indigência das crianças e pequenas dotações às instituições caritativas”.⁹⁷

Já na educação, seja ela familiar ou escolar, pairava uma inquietude acerca da decência, sendo determinado pelos adultos o que a criança poderia ler ou ver nos espetáculos, como também nas vestimentas, no linguajar e em toda vida cotidiana, construindo em cima desse sentimento de cautela, uma moralização da infância. Em contrapartida, castigos, açoites, obediência eram pregados nessa sociedade moderna, visto que a criança deveria se submeter aos seus superiores, no caso, os adultos. Todo esse discurso de conformidade parte da ideia de subordinação à superioridade.

Contudo,

A análise da produção existente sobre a história da infância permite afirmar que a preocupação com a criança encontra-se presente somente a partir do século XIX, tanto no Brasil como em outros lugares do mundo. No entanto, mesmo a infância constituindo-se um problema social desde do século XIX, ainda não foi suficiente para torna-la um problema de investigação científica.⁹⁸

Assim, pode-se perceber que esta falta de uma história da infância e seu registro historiográfico tardio são um indicio da incapacidade por parte do adulto de ver a criança em sua perspectiva histórica.⁹⁹ Em contrapartida “No tocante à história da infância, o Oitocentos é o período no qual a criança adquire nas sociedades ocidentais, de modo geral, centralidade nos discursos de médicos, políticos, intelectuais, pedagogos e da própria família.”¹⁰⁰

É o momento em que as crianças são inseridas dentro dos contextos gerais, digamos é o momento em que a infância é enxergada e vista em suas particularidades, sendo conseqüentemente inseridas nos discursos de proteção, educação, saúde e etc. de forma geral, Peter Stearns considera que a sociedade ocidental do século XIX “acompanhou a criação do moderno modelo de infância com uma série de adornos que ao mesmo tempo colocavam

⁹⁷ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene E PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**, 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 181

⁹⁸NASCIMENTO, Cláudia Terra de. BRANCHER, Vantoir Roberto. OLIVEIRA, Valeska Fontes de. **A construção social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica**. SC: linha v.9, n.1, p. 4, 2008, p.5

⁹⁹ NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, Op. Cit., p. 6

¹⁰⁰ ANJOS, Juarez José Tuchinski Dos. **Infância e modernidade no século XIX: o olhar de Charles Baudelaire**. Rev. dimensões v. 30, 2013, p. 289-314, 2013, p. 291.

expectativas quase impossíveis e geravam uma série de novas restrições e constrangimentos.¹⁰¹”

Para se aprofundarmos na discussão é necessário ressaltar que durante o século XIX, o termo criança, “era uma derivação das que eram criadas pelos que lhe deram origem. Eram o que se chamava de “crias” da casa, de responsabilidade (nem sempre assumida inteira ou parcialmente) da família consanguínea ou da vizinhança.¹⁰²” Sendo necessário compreender a etimologia da palavra infância, esta mesma que é:

Oriunda do latim *infantia*, significa incapacidade de falar. Considerava-se que a criança antes dos sete anos de idade não tinha condição de falar, de expressar seus pensamentos, seus sentimentos. Desde a sua gênese, a palavra infância carregava consigo o estigma da incapacidade, da incompletude perante os mais experientes, regulando-lhes uma condição subalterna diante dos membros adultos. Era um ser anônimo, sem um espaço determinado na sociedade.¹⁰³

Segundo Pilotti, é necessário distinguir os conceitos de *infância* e *criança*, principalmente quando se tornam objeto de pesquisa. Tendo a necessidade desta distinção, visto que

(...) o último se refere à dinâmica do desenvolvimento da criança individual, através do qual, eventualmente, chegará à condição de adulto. Em oposição, o conceito de infância se localiza na dinâmica do desenvolvimento social e corresponde a uma estrutura social permanente, embora se caracterize pelo fato de que os autores que a integram o fazem transitoriamente num processo de permanente substituição. Por meio do conceito infância é possível transcender o detalhe da situação individual de uma criança, para remontar-se à análise das mudanças históricas e culturais que caracterizaram a construção social da posição da infância na sociedade.¹⁰⁴

Perceber a diferenciação dos conceitos de infância e criança é possível entender de uma forma geral como tais sujeitos, no caso as crianças estavam atreladas a uma percepção individual de sujeito, tal qual que alcaçaria a vida adulta passando por as etapas que o Àries discorre. Enquanto infância aborda o individual, compreendendo o coletivo, dentro da perspectiva histórico-social. No mais,

¹⁰¹ STEARNS, Peter N. **A infância**. Tradução: Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006, p. 103

¹⁰² LEITE, Op. Cit., 1997, p. 18

¹⁰³ CORDEIRO, Sandro da Silva; COELHO, Maria das Graças Pinto. **Descortinando o conceito de infância na história: do passado à contemporaneidade**. 2007, p. 884.

¹⁰⁴ PILOTTI, Francisco. **Crise e perspectivas da assistência à infância na América Latina**. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais da legislação da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais, 1995, p. 25

(...) enquanto objeto de estudo, a infância é sempre um outro em relação àquele que a nomeia e a estuda. As palavras infante, infância e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à idéia de ausência de fala. Esta noção de infância como qualidade ou estado do infante, isto é, daquele que não fala, constrói-se a partir dos prefixos e radicais lingüísticos que compõe a palavra: in = prefixo que indica negação; fante = presente do verbo latino fari, que significa falar, dizer. [...] Assim, por não falar, a infância não se fala e, não se falando, não ocupa a primeira pessoa nos discursos que dela se ocupam. E, por não ocupar esta primeira pessoa, isto é, por não dizer eu, por jamais assumir o lugar de sujeito do discurso e, conseqüentemente, por consistir sempre um ele/ela nos discursos alheios, a infância é sempre definida de fora.¹⁰⁵

A ideia de infância é um fato histórico, entretanto institui-se como fenômeno simbólico e social. Contudo são as sociedades que moldam o conceito configurando-o de acordo com suas culturas. Dado que “A cultura é um conjunto de tradições, inventadas ou não, que envolve —conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”¹⁰⁶ permanecendo no grupo social.

Compreendendo essas crianças estão inseridas dentro de uma cultura de silenciamento,¹⁰⁷ visto que, no âmbito acadêmico, “as pesquisas na área da infância ilegítima e a infância abandonada, do concubinato e da família, multiplicaram-se na década de 1980 e, particularmente, na atual”.¹⁰⁸ Logo mais, pode-se perceber que esta ausência de uma História da infância e seu registro historiográfico tardio são um indício da incapacidade por parte do adulto de ver a criança em sua perspectiva histórica.¹⁰⁹

Contudo,

A análise da produção existente sobre a história da infância permite afirmar que a preocupação com a criança encontra-se presente somente a partir do século XIX, tanto no Brasil como em outros lugares do mundo. No entanto, mesmo a infância constituindo-se um problema social desde do século XIX, ainda não foi suficiente para torna-la um problema de investigação científica.¹¹⁰

¹⁰⁵ LAJOLO, Marisa. **Infância de papel e tinta**. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997

¹⁰⁶ LARAIA, 2006, p. 25

¹⁰⁷ Este silêncio, definido primeiramente como mutismo, caracteriza-se notadamente pela ocorrência de uma resposta que falece de criticidade. A cultura do silêncio é própria de sociedades às quais são negados a comunicação e o diálogo, substituídos pelo que Freire denomina de *comunicados*.

¹⁰⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998, p. 127

¹⁰⁹ NASCIMENTO, Cláudia Terra de. BRANCHER, Vantoir Roberto. OLIVEIRA, Valeska Fontes de. **A construção social do conceito de infância**: uma tentativa de reconstrução historiográfica. SC: linha v.9, n.1, p. 4, 2008.

¹¹⁰ NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA. Op. Cit., p. 5

A percepção da infância se deu a partir do século XIX em todo mundo, momento em que a infância se apresentou como um problema a ser resolvido pelo Estado, e foram ingressas na logística capitalista, inseridas nas fábricas e na dinâmica adulta de trabalho. Enquanto a historiografia só veio debater, ou melhor, constituir uma História da Infância no século XX, sendo esse campo da História bastante recente, e com poucas discussões. Segundo Certeau (1982), a historiografia

transforma o espaço do outro num campo de expansão para um sistema de produção. A partir de um corte entre um sujeito e um objeto de operação, entre um querer escrever e um corpo escrito (ou a escrever) fabrica a história ocidental. A escrita da história é o estudo da escrita como prática histórica.¹¹¹

Prosseguindo dentro do pensamento de Certeau, ao conceituar historiografia afirma que,

a historiografia (quer dizer “história” e “escrita”) traz inscrito no próprio nome o paradoxo—e quase o oxímoro—do relacionamento de dois termos antimônios: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer como se os articulasse.¹¹²

Escrever a História dos subalternos, aqueles que estão à mercê é um exercício de enxergar dentro de um discurso hegemônico, as entrelinhas visto que “todos os grupos subordinados criam, a partir de suas experiências de sofrimento, um discurso oculto, que representa uma crítica ao poder, expressa nas costas dos dominadores”.¹¹³ E que se faz necessário ao historiador a delicadeza e atenção principalmente tratando-se de fontes oficiais que não compreendiam a infância e suas particularidades.

A criança foi inserida de forma abrupta a um sistema que condicionou a sua exploração sendo que

De criancinha pequena, ela se transforma imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje.¹¹⁴

¹¹¹ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.10

¹¹² CERTEAU, Op. Cit., p.11

¹¹³ SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Ed: Letra Livre, Lisboa, 2013, p.19

¹¹⁴ ARIÈS, Op. Cit., 1986, p. 10.

A preocupação com a educação se manifestara nesse momento, inclusive em relação a educação sexual. Criando uma espécie de inocência infantil, atrelada inclusivamente na arte da época, que esboçava anjos e os associava as crianças, bem como a sua sexualidade, tomada como indiferente e comparada a um anjo. A partir de então, a infância associava-se a inocência, pureza, a uma fragilidade que precisava de atenção e cuidados da sociedade. Os cuidados iam desde não a deixar sozinha, constituindo nessa ação uma forma de amparo e amor pra consequentemente moldar seu comportamento.

Já na educação, seja ela familiar ou escolar, pairava uma inquietude acerca da decência, sendo determinado pelos adultos o que a criança poderia ler ou ver nos espetáculos, como também nas vestimentas, no linguajar e em toda vida cotidiana, construindo em cima desse sentimento de cautela, uma moralização da infância. Porém, castigos, açoites, obediência eram pregados nessa sociedade moderna, visto que a criança deveria se submeter aos seus superiores, no caso, os adultos. Todo esse discurso de conformidade parte da ideia de subordinação à superioridade. É um discurso explicitamente burguês. Sendo absorvido pela sociedade.

A partir do século XVIII e XIX, com a culminância da Revolução Industrial, um novo vislumbre foi direcionado para com as crianças. Estas, agora, consistiam num valor econômico que deveria ser explorado exacerbadamente. Em meio aos problemas de mão de obra e sua urgência, a escola era excluída dos direitos da criança, restando-lhe como aprendizagem o trabalho. Segundo Hobsbawn

Nas fábricas onde a disciplina do operariado era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis (e mais baratas) mulheres e crianças: de todos os trabalhadores nos engenhos de algodão ingleses em 1834-47, cerca de um-quarto eram homens adultos, mais da metade era de mulheres e meninas, e o restante de rapazes abaixo dos 18 anos.¹¹⁵

Mulheres e crianças saíam por preços mais baixos para contratação, ainda mais as crianças eram extremamente exploradas em maquinarias que só poderiam ser manuseadas por mãos pequenas como as delas. Nesse período, ser criança é se encontrar submetida aos moldes criados pela burguesia para a preparação de seu futuro adulto, tudo isso por meio do trabalho.

Dentro do mundo do trabalho, a criança era tida como a probabilidade de um futuro satisfatório, e a partir dessa percepção, a mesma deveria ser cuidada, preservada de todos os

¹¹⁵ HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009, p. 58.

males, como a miséria, os maus costumes, os vícios da rua e o abandono. E para isso, o trabalho tornou-se uma forma de corrigi-las e transformá-las em riquezas.

Para compreensão de fato destas questões, volta-se para análises clássicas como Marx, na tentativa de melhor discernimento da história da infância e conseqüentemente a exploração advinda com ela. Assimilando a exploração do trabalho infantil é possível a compreensão acerca da infância de forma mais nítida. Primeiramente, segundo Marx, a família se configurou como a primeira forma de propriedade, sendo esposas e filhos, os escravos do homem. E seguindo ainda sua perspectiva, ele afirma que um dos efeitos causados pelo capitalismo fora a força de exploração da força de trabalho de mulheres e crianças. Visto que:

A divisão do trabalho na sociedade e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares se desenvolve, como a divisão do trabalho na manufatura, a partir de pontos opostos. Numa família ou, com o desenvolvimento ulterior, numa tribo, surge uma divisão natural-espontânea do trabalho fundada nas diferenças de sexo e de idade, portanto, sobre uma base puramente fisiológica, que amplia seu material com a expansão da comunidade, com o aumento da população e, especialmente, com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo por outra.¹¹⁶

Com a ascensão do capitalismo, e a introdução da maquinaria e grandes indústrias, foi possibilitado a divisão manufatureira do trabalho. Sendo que a força de trabalho fora “ajustando as operações específicas aos diversos graus de maturidade, força e desenvolvimento dos seus órgãos vivos de trabalho – e assim induzindo à exploração produtiva de mulheres e crianças”¹¹⁷ Provocando uma classificação sobre o operariado em “qualificados” e “não qualificados”. Devido ao emprego das máquinas, e a subtração da força física, propiciou o aumento dos assalariados, causando a submissão de todos os membros da família ao trabalho, incluindo as mulheres e crianças. Demonstrando que o proletariado, além de vender sua força de trabalho também estava vendendo a força de sua esposa e seus filhos. Provocando, conseqüentemente a decomposição da vida familiar, e a alta taxa de mortalidade das crianças.

As mulheres e crianças eram um bom investimento para os empresários capitalistas, seus custos eram mais baixos, sendo mais maleáveis também. Todavia, apesar do aumento das maquinarias, o número de crianças operárias nas fabricas também aumentara em contraposição

¹¹⁶ MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I - O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 1973, p. 529

¹¹⁷ MARX, Op. Cit., 1973, p. 546.

dos operários adultos que diminuía. Marx também pontua algumas características desse trabalho infantil e suas consequências, incluindo testemunhos de algumas dessas crianças. Cito:

“I run moulds and turn jigger” (giro a roda). “Chego às 6, às vezes às 4 horas da manhã. Trabalhei esta noite inteira, até as 6 horas da manhã de hoje. Não dormi desde a última noite. Além de mim, outros 8 ou 9 meninos trabalharam a noite inteira sem parar. Todos, com exceção de um, voltaram ao trabalho nesta manhã. Recebo 3 xelins e 6 pence” (1 táler e 5 centavos) “por semana. Quando trabalho a noite inteira, não recebo nada a mais por isso. Na última semana, trabalhei duas noites sem parar.” Fernyhough, um menino de 10 anos: “Nem sempre tenho 1 hora inteira para o almoço; com frequência, apenas meia hora, às quintas, sextas e sábados.”¹¹⁸

Percebe-se por meio do relato de Fernyhough como ocorria o trabalho a quais as crianças eram submetidas. Outro ponto que ele levanta refere-se a divisão sexual do trabalho infantil, em que “A idade das crianças e jovens percorre todos os estágios intermediários desde 8 (em alguns casos, desde 6) até 18 anos”¹¹⁹ Sendo a jornada de trabalho entre 10 à 15 horas por dia. Por fim, vale ressaltar que Marx apresenta atribui a situação de crianças que estavam inseridas numa dinâmica operária durante a Revolução Industrial na Inglaterra no século XIX. Todavia, a percepção da criança inserida num contexto de trabalho urbano nos aponta a configuração que esses sujeitos assumiram.

Thompson pontua o aumento considerável da mão de obra infantil nas fábricas. Em que as crianças desempenhavam as mais complexas funções. Cito

(..) as evidências sugerem que essa espécie de trabalho infantil pesado se expandiu durante as primeiras décadas do século, na maioria das indústrias de trabalho externo, nas indústrias rurais (traçados de palha e rendas), e nos ofícios indignos. O crime do sistema fabril consistiu em herdar as piores feições do sistema doméstico, num contexto em que inexistiam as compensações do lar: “ele sistematizou o trabalho das crianças pobres e desocupadas, explorando-o com uma brutalidade tenaz... Em casa, as condições das crianças variavam de acordo com o temperamento dos pais ou do patrão, e, de certa forma, seu trabalho era graduado de acordo com suas habilidades. Na fábrica, a maquinaria ditava as condições, a disciplina, a velocidade e a regularidade da jornada de trabalho, tornando-as equivalentes para o mais delicado e o mais forte.”¹²⁰

A desumanidade em que as crianças foram impostas não diferiam de adultos, dado que a interpretação da infância nesse momento se conjuga como “pequenos adultos”, que estariam aptos ao trabalho braçal e árduo. Compreender um pouco como as crianças foram moldadas

¹¹⁸ MARX, Op. Cit., 1973, p. 405

¹¹⁹ MARX, Op. Cit., 1973, p. 419

¹²⁰ THOMPSON, Op. Cit., 2002, p. 207

para atender os parâmetros burgueses do trabalho, nos elucidada a compreender como as relações de trabalho se estabeleceram e foram socialmente construídas para atender as demandas de mão de obra, sendo utilizados diversos mecanismos e discursos que possibilitasse a inserção dessas crianças no modelo de trabalho.

No Brasil, a inserção de crianças no trabalho se dá a partir da chegada dos portugueses, que em suas embarcações já traziam crianças em situação de trabalho, em especial os grumetes e pajens que chegaram com as embarcações portuguesas na condição de trabalhadores.¹²¹ Os grumetes eram crianças que realizavam as tarefas mais perigosas e penosas, sendo submetidos a diversos castigos, bem como aos abusos sexuais de marujos, além da péssima alimentação que lhes era imposta e dos riscos percorridos em alto mar.¹²²

A legitimação do trabalho infantil já veio com a invasão dos portugueses ao Brasil, que foi fortalecido com os padres jesuítas “onde estes tinham a difícil “missão” de ensinar aos pequenos os cantos religiosos, ler e escrever, bem como o valor moralizador do ofício.”¹²³ Ou seja, os jesuítas inseriram uma ideia de que o trabalho salvaria aquelas crianças. Pois o labor tornava o homem em uma pessoa honesta, boa e obediente principalmente dentro dos preceitos cristãos.

Durante todo o processo de colonização do Brasil pelos portugueses, a exploração do trabalho infantil era algo comum, de modo que crianças negras e indígenas passaram a ser introduzidas principalmente ao trabalho doméstico e em plantações familiares para ajudar no sustento dos proprietários e da própria família.¹²⁴

Sendo as crianças coisificadas, principalmente as escravas, que “enquanto pequeninos, filhos de senhores e escravos compartilham os mesmos espaços privados: a sala e as camarinhas. A partir dos sete anos, os primeiros iam estudar e os segundos trabalhar¹²⁵”. Essa criação em conjunto partia de um pressuposto que o escravo ao atingir a idade adulta seria mais obediente ao seu senhor, pois criaram vínculos desde a infância.

E não diferentemente com a transição do trabalho escravo para o livre, o discurso sobre trabalho permaneceu de forma marcante. Portanto,

¹²¹ RAMOS, Fábio Pestana. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI.** In: PRIORE, Mary Del (org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999, p. 19.

¹²² CUSTÓDIO, Crislei de Oliveira. **A infância no espelho da pedagogia:** mundo infantil, regimes de temporalidade e individualização no discurso pedagógico Tese (Doutorado em Educação) USP: São Paulo, 2016, p. 17

¹²³ CHAMBOULEYRON, Rafael. **Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista.** In: PRIORE, Mary Del (org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999, p.55.

¹²⁴ WATFE, Cristina. **O trabalho infantil no Brasil.** 2004. Disponível em: Acesso em: 05/01/2021

¹²⁵ PRIORE, 1999, p. 101

a transição da escravidão para o trabalho livre não viria significar a abolição da exploração das crianças brasileiras no trabalho, mas substituir um sistema por outro considerado mais legítimo e adequado aos princípios norteadores da chamada modernidade industrial¹²⁶.

Inclusive durante esse processo de transição do trabalho escravocrata para o livre, as crianças foram enquadradas em outras formas de exploração como os processos de tutela e contratos de soldada que será discutido adiante. Por fim, segundo Alvim

Rompeu-se com uma tradição de trabalho, em que relações familiares, de vizinhança, eram a garantia de que as crianças, apesar de duramente utilizadas no trabalho em domicílios, tivessem suas capacidades físicas, relacionadas com idade e sexo, respeitadas. Gozavam também de espaços para brincadeiras e não permaneciam longas jornadas trabalhando em serviços inadequados, segundo a tradição, às suas forças¹²⁷

A inserção das crianças na dinâmica de trabalho compulsório ocorreu de forma abrupta, primeiramente desde a invasão com as crianças portuguesas sendo exploradas nos veleiros, logo depois com a chegada dos jesuítas e a implementação da escravidão no Brasil, onde o trabalho infantil se constituiu entre crianças indígenas e escravas, e em seguida as crianças ditas como abandonadas, menores, que com a necessidade de mão de obra barata foram ajustadas em processos legais, e muitas vezes ilegais, para servirem a lógica do trabalho infantil.

3.2. Proteção à infância

A Igreja foi a primeira instituição a trabalhar dentro de uma perspectiva assistencialista, e depois as Câmaras Municipais e o Estado. Em seguida as Santas Casas de Misericórdia, que realizaram diversos trabalhos pautados na orfandade e caridade, as Casas de Caridade e outros sistemas assistencialista presentes no século XIX proporcionaram a fomentação e auxílio a várias crianças.

Historicamente o trabalho foi atribuído as classes pobres como forma de corrigir e impedir os males de suas índoles vagabundas. Esse mesmo discurso era utilizado para as crianças, de que o trabalho seria a solução para vadiagem e orfandade, infundido com uma ideia

¹²⁶ PRIORE, Op. Cit., p. 91

¹²⁷ ALVIM, Rosilene. **Trabalho infantil: diversidade e exploração**. Encontro nacional de estudos do trabalho 4. Rio de Janeiro: ABET, 1997. p. 299-30.

de proteção à infância, principalmente a órfã, pobre e abandonada. Os mecanismos e entidades de proteção à infância foram instituídos no decorrer do século XX, onde foi compreendido uma idade mínima de trabalho e uma concepção sobre as crianças é utilizada.

As crianças agora se dividem em grupos entre crianças e adolescentes, onde a delimitação dessas etapas da vida é a puberdade, momento que marca a iniciação à vida adulta com as mudanças comportamentais e hormonais. Saliento que

A noção de adolescência está mais consolidada, clara e difundida na sociedade brasileira, contando com maior institucionalidade (da qual o marco legal, o ECA, e a existência de conselhos tutelares e de defesa em todos os níveis da federação são sua maior expressão), maior número de ações e atores comprometidos a sustentarem sua postulação. Para registro de tal noção, recolhemos a definição constante do Relatório da Situação da Adolescência Brasileira, elaborado e publicado pela UNICEF em 2002: logo no início do texto, toma-se como ponto de partida a noção de adolescência como uma “fase específica do desenvolvimento humano caracterizada por mudanças e transformações múltiplas e fundamentais para que o ser humano possa atingir a maturidade e se inserir na sociedade no papel de adulto”; acrescenta-se, logo em seguida, que é “muito mais que uma etapa de transição, contemplando uma população que apresenta especificidades, das quais decorrem uma riqueza e potencial únicos¹²⁸.”

Contudo, desde 1802 que o mundo começa a discutir a proteção à infância. A Inglaterra cria normas de cuidados para com as crianças nas fábricas, para que evitassem machucados durante o trabalho, mas “somente com a Organização Internacional do Trabalho – OIT em 1919, é que a preocupação com trabalho infantil se tornou prioridade e foi ampliada a discussão para todo o mundo”¹²⁹

A França, em 1813,

proibiu o trabalho de menores nas minas, proibiu também o trabalho de menores de 8 anos e fixou a jornada de trabalho para menores de 12 anos em oito horas diárias. Em 1869 foi a vez da Alemanha vedar o trabalho para os menores de 12 anos e logo após, em 1886, a Itália proibir o trabalho do menor de 9 anos.¹³⁰

De acordo com Nascimento:

¹²⁸ ABRAMO, H. W.; LÉON, D. O. **Juventude e adolescência**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005, p. 29

¹²⁹ SILVA, M. A. B. da. **Jovens adolescentes e a inserção ao mundo do trabalho**: influências e percepções. Osasco: Centro Universitário FIEO, 2009, p. 54

¹³⁰ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. São Paulo, Atlas, 2009, p. 87

Em 1802 foi criada na Inglaterra a primeira lei que reduziu a jornada de trabalho dos menores para 12 horas diárias e proibiu o trabalho aos menores de 9 anos. A França, em 1813, proibiu o trabalho dos menores em minas e vedou o trabalho aos menores de 8 anos, reduzindo a jornada para 8 horas aos menores de 12 anos e 12 horas para os menores de 16 anos. Na Alemanha, em 1839, foi proibido o trabalho dos menores de 9 anos e reduzida para 10 horas a diária dos trabalhadores menores de 16 anos. A Lei Industrial de 1869 fixou a idade mínima de admissão dos menores em 12 anos. Em 1886 na Itália foi aprovada a lei que fixou em 9 anos a idade mínima para o trabalho.¹³¹

Durante o século XIX, vários países procuravam formas de integrar as crianças às leis trabalhistas para redução de mortalidade e rendimento. Enquanto o Brasil introduzia de forma massiva as crianças em contextos de trabalhos urbanos, rurais, em oficinas, e/ou em casas de recolhimento e etc. Dado que as formas validadas de assistência à infância estavam relacionadas diretamente ao trabalho, sendo moldadas em um “sentimento de amor ao trabalho¹³²” O assistencialismo à essas crianças surgem dentro da percepção de trabalho, castigos e açoites.

Desde a invasão portuguesa, o uso da força fora utilizado com as crianças, primeiramente nas embarcações como já fora citado. E assim seguiu-se com a catequese quando existia a resistência à catequização dos jesuítas, os castigos e a violência se tornavam instrumentos de manipulação. As crianças escravas tinham suas vidas alheias, como pude apresentar nas fontes do capítulo segundo, sendo submetidas frequentemente a castigos e precariedade.

As Rodas dos Expostos se apresentaram como uma forma de assistencialismo às crianças abandonadas, porém na verdade, aponta a mortalidade e enfermidade de muitas crianças devido a alimentação, higiene e outros cuidados que os recém-nascidos necessitavam. Além disso, havia os recolhimentos, em que crianças eram destinadas a instituições que se encarregariam de cuidar e proteger.

Essas casas de recolhimento recebiam dezenas de crianças que eram educadas dentro de uma perspectiva cristã, muitas vezes sem ter acesso a higiene, em ambientes fechados e sem ventilação, além disso com má alimentação e submetidas as diversas punições, muitos casos sendo a fome e a sede como castigo.

O isolamento dos desajustados em espaços educativos e corretivos constituía estratégia segura para a manutenção ‘pacífica’ da parte sadia da sociedade. O propósito de classificar os diferentes e confiná-los em espaços de segregação

¹³¹ NASCIMENTO, Nilson de Oliveira. **Manual do trabalho do menor**. São Paulo: LTR, 2003, p. 40.

¹³² RIZZINI; PILOTTI, 1995, p. 74

e de isolamento afinava com a modernidade do país, que renegava seu passado escravista e trilhava o caminho da civilização pela negação permanente da barbárie que se apresentava sob a forma de diversidade irresponsável e caótica. Tratava-se, antes de tudo, de conferir ordem a uma população multifacetada e disforme¹³³

O isolamento era um mecanismo que surgiu durante a modernidade para cobrir a barbárie e monitorar a pobreza, vadiagem e aqueles que não se enquadravam no padrão ou melhor idealização dessa nova identidade que o país pretendia assumir. Segundo Lima

Uma das primeiras medidas adotadas pelas instituições de recolhimento da cidade no século XIX era limitar – ou mesmo impedir – o contato das crianças com seus familiares. Essa condição tinha uma finalidade política-pedagógica bastante evidente: romper as referências familiares significava construir e apresentar à criança outro aparato comportamental e de valores defendidos como ideais para aquele contexto. A violência dessa medida era sentida pelos garotos – que frequentemente retornavam fugidos para suas casas – e pelos familiares – que, a depender das oscilações financeiras, tentavam “resgatar” os meninos.¹³⁴

O recolhimento fora um mecanismo de controle e administração da pobreza, evitando a vadiagem e os distintos problemas que ela poderia acarretar a uma sociedade moderna. Também funcionava como uma maneira de construir o trabalhador ideal baseando-se numa estruturação religiosa cristã, porém a família, muitas vezes, atrapalhava o plano estabelecido, sendo conseqüentemente as crianças separadas de seus familiares. Diversas instituições de recolhimento foram fundadas no Brasil no decorrer do século XIX, buscando promover um ideal de civilidade, principalmente entre os pobres e órfãs, acolhendo e transmutando o vadio em um digno trabalhador.

Na Província do Ceará, foram construídas a Companhia de Aprendizes Marinheiros, o Colégio de Educandos Artífices e o Colégio da Imaculada Conceição, onde diversas crianças foram condicionadas a aprender um ofício sendo acolhidas pelo poder do Estado. Sob uma pedagogia hegemônica, as crianças eram educadas para o trabalho.

¹³³ ADORNO, S. **A gestão filantrópica da pobreza urbana**. São Paulo em perspectiva. SP, v. 4, n. 2, p. 9-17, 1990, p. 9

¹³⁴ LIMA, 2019, p. 50

Em 10 de março de 1857 é fundado o Colégio de Educandos Artífices (Casa de Órfãos), este que “seguiria o modelo das instituições filantrópicas identificadas com os ideais da medicina social e combate à “degeneração moral”¹³⁵. Que segundo Lima

O Colégio de Educandos foi apresentado pela própria administração provincial como “estabelecimento de educação e caridade que honra[va] a patriótica assembleia que o decretou”.⁷⁶ Mesmo a denominação “Casa dos órfãos”, que aparece até na documentação oficial, parecia corroborar essa ideia de abrigo, um tanto distante de escola de ofícios.¹³⁶

O Colégio dos Educandos foi abolido em 1866, depois de várias irregularidades e tensões políticas, direcionando as crianças internadas para diversos destinos, como para a companhia de suas famílias, outros foram assoldados ou tutelados e outros transferidos para Companhia de Aprendizes Marinheiros do Ceará (CAM-CE).

Enquanto na capital, as crianças órfãs eram direcionadas a essas instituições, na região do Cariri Cearense era fundada a Casa de Caridade do Padre Ibiapina. Na segunda metade do século XIX, foi fundada a Casa de Caridade do Padre Ibiapina na região do Cariri, que em resumo, buscava acolher meninas órfãs da região com o objetivo de orientar a moralização por meio do trabalho e difundir as noções de civilidade, utilidade social, educação doméstica e disciplina, debaixo do sentimentalismo patriarcal do cuidado com as meninas sob os moldes cristãos. Esse tópico visa compreender a fundação da Casa de Caridade do Padre Ibiapina como ferramenta do assistencialismo à orfandade feminina.

As casas destinavam-se a acolher as moças até atingirem a idade para casar. No tempo em que permaneciam nas casas, aprendiam as primeiras letras, bordados e cuidados domésticos. Eram instruídas para serem boas esposas, mulheres e mães. A análise da casa de caridade ajuda no entendimento do universo das crianças, aqui meninas, no decorrer do século XIX, e como as políticas assistencialistas iam sendo instauradas na sociedade.

Padre Ibiapina fundou 22 Casas de Caridade entre as Províncias do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, lugar onde as primeiras casas foram construídas. Todavia Bezerra, destaca que a preocupação em educar moças pobres e órfãs vinha

¹³⁵ LIMA, Op. Cit., p. 60

¹³⁶ LIMA, Op. Cit., p. 62

desde o século XVIII “com a criação de instituições voltadas para educação e proteção das mulheres a fim de evitar que estas buscassem meios de sobrevivência nas ruas”¹³⁷.

As Casas de Caridade optavam pelo acolhimento de meninas órfãs e pobres, mas muitas vezes, servindo de pensionamento para meninas de famílias abastadas. As meninas eram instruídas pelas beatas ou Irmãs da Caridade. Após o recolhimento, as meninas eram educadas para o casamento. Após atingirem a idade para casar, eram direcionadas por homens da elite a escolherem um rapaz bom, cristão, honesto e trabalhador. Após o rapaz ser escolhido, o casal era apresentado e se ambos fossem agrados, a instituição financiava o casamento. Sendo que

No período em que estavam no recolhimento as jovens recebiam ensinamentos de primeiras letras, flores, labirintos e bordados. Esse modelo de educação tinha a preocupação de prepará-las para desempenhar funções próprias do lar, adquirindo habilidades características ao modelo de mulher, esposa e mãe.¹³⁸

As Casas de Caridade seguiam o mesmo regimento implementado pelo Padre Ibiapina, em que oração, rotina, trabalho e lazer seguiam seus direcionamentos. A divisão de trabalho baseava-se na oração, fé e prática da caridade, além do respeito hierárquico das Casas. Os horários eram pré-estabelecidos para todas as atividades desde o acordar ao dormir, assim como as tarefas de estudos, as orações e trabalho.

A Casa de Caridade de Missão Velha foi fundada em 1865, sendo um espaço amplo, com uma roda para enjeitados. Três anos após, em 1868, o Padre Ibiapina fundou uma Casa de Caridade no Crato e em Barbalha, e em seguida em Milagres. “O Cariri regurgita de entusiasmo sob a energia renovadora do pregador. Constroem-se a Casa de Caridade de Crato, a capela e o açude de Caldas, Igreja em S. Bento e Brejo do Cuité.”¹³⁹

As Casas de Caridade exerceram importante função no acolhimento das meninas órfãs na região do Cariri, visto que para elas, diferentemente dos meninos nas fontes investigadas, não lhes davam a soldada, restando-lhe o acolhimento nas Casas ou algumas tutelas legais, ou ilegais, visto que a prática de criadagem e tutela de crianças, algumas vezes não passava pelo Poder Judiciário. A admiração ao trabalho executado pelo Padre na região, aparece em vários números do jornal *A Voz da Religião*, como por exemplo:

¹³⁷, BEZERRA, O. L. **Trabalho, pobreza e caridade:** as ações do Padre Ibiapina nos sertões do Nordeste Tese (Doutorado em Ciências Sociais) UFRN: Natal, 2010, p. 153

¹³⁸ PINHEIRO, R. S. L. **Sinhazinha Wanderley:** o cotidiano do Assú em prosa e verso (1876- 1954). Tese (Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1997, p. 98.

¹³⁹ BARROS, L. O. C. **Juazeiro do Padre Cícero:** A terra da mãe de Deus. Fortaleza: Editora IMEPH, 2008, p. 121

: “1.º/Oh, mandaime, Virgem Sancta,/Lindas flôres de virtude,/Para tecer uma corôa,/A qual jamais se desmude./7.º/Agora vou offerecer/Em signal de gratidão/Esta corôa tão singella,/Tecida por minha mão./8.º/A meu Pai Ibiapina/Caro pai Espiritual/Para que me alcance um cantinho/Na Patria Celestial. Amen./Seraphina”.¹⁴⁰

O trabalho de acolhimento de órfãs era visto como algo bonito e benfeitor, dado que o sentimento assistencialista de cuidado a orfandade era bastante presente, ainda mais se tratando de meninas órfãs e pobres que estavam sendo direcionadas ao caminho de honra e verdade. Sendo educadas para se tornarem boas esposas, aprendendo a costurar, cozinhar, limpar, e ter zelo por aquele que seria seu marido. O futuro para essas meninas era o casamento, onde poderiam ter um final feliz ou então um trágico fim como as outras crianças órfãs.

¹⁴⁰ Jornal “A Voz da Religião no Cariri”, Ano I, N. 33, domingo, 15 de agosto de 1869.

4 “E SE ACHÃO NAS CIRCUNSTÂNCIAS DE SEREM DADAS A SOLDADA.”

“Se essas crianças não têm família, nem casa e estão sozinhas, podemos dizer que também estão em ruínas, não é?”¹⁴¹

Esse capítulo vem tratar de discorrer as histórias de crianças órfãs que foram submetidas aos processos de contrato de soldada na segunda metade do século XIX. Processo que facilitou a tutela e tinha como objetivo ensinar um ofício às crianças pobres. O Contrato que destinava a tutela de órfãos intermediado pelo poder judiciário através de um leilão em praça pública, por meio de um discurso de “cuidar” da criança ensinando um ofício urgentemente.

Todavia, percebe-se que o contrato de soldada bem como as tutelas, apontam para mais uma das metodologias utilizadas para a assistência de “desvalidos”, visto que a orfandade e o abandono vinham a se constituir um problema a ser resolvido pelo poder judiciário. Assim como um mecanismo utilizado pela classe senhorial para a manutenção da criadagem sob um discurso paternalista e assistencialista de cuidados.

O cenário presente na segunda metade do século XIX na região do Cariri baseava-se no mundo rural, escravista e paternalista, onde o trabalho era visto como forma de distanciar o pobre de sua tendência marginal e ociosa, visto que essa índole já estava intrínseca naturalmente.

As crianças se encontravam dentro desses discursos, entretanto dentro de uma visão ambígua de proteção e cautela e outrora, sujeitos que deveriam ser inseridos no mundo do trabalho urgentemente. Quando eram órfãs destinavam-se a elas a tutela e/ou o contrato de soldada, processo que permitia o leilão sob a justificativa que seriam tuteladas por terceiros para aprender um ofício que viria a lhe servir na idade adulta.

4.1. Ordenações Filipinas: “a soldada na forma da ley”

¹⁴¹ **A Cruzada das Crianças** de Bertold Brecht é um poema narrativo de 1948, que conta a história de crianças órfãs que fugiam das mazelas da Segunda Guerra Mundial, lutando contra a fome, a miséria e o frio da Polônia no inferno, à procura de paz.

As Ordenações Filipinas, ou Código Filipino, foram compilações de diretrizes organizadas e editadas pela Coroa Portuguesa, em 1603, frutos de uma reforma do antigo Código Jurídico. As primeiras Ordenações do Reino foram promulgadas em 1446, denominadas de Ordenações Afonsinas, posteriormente substituídas pelas Ordenações Manuelinas em 1521. Da perspectiva formal, a composição das diretrizes era a mesma e se dividiam em 5 livros intitulados: (I) Direito Administrativo e Organização Judiciária; (II) Direito dos Eclesiásticos, do Rei, dos Fidalgos e dos Estrangeiros; (III) Processo Civil; (IV) Direito Civil e Direito Comercial; (V) Direito Penal e Processo Penal, embora:

O seu conteúdo apresentasse pontos divergentes. Como diz Jayme Altavila, elas ‘não poderiam deixar de ser a espelhação das fases evolutivas de sua excitante existência’. Afinal, a consequência natural e lógica era o aperfeiçoamento do processo de codificação das leis portuguesas, ainda que, das primeiras para as outras duas Ordenações, não houvesse operado uma diferença muito acentuada.¹⁴²

Resumidamente, as Ordenações Afonsinas resultaram da “consolidação das leis promulgadas desde Afonso II”¹⁴³ até as concordatas de D. João, sob influência do direito canônico e Lei das *Siete Partidas*¹⁴⁴, dos usos e costumes. Já as Ordenações Manuelinas desenvolveram-se a partir de leis promulgadas até o momento e do Código Afonsino. Por fim, as Ordenações Filipinas compuseram-se das reformas legislativas e do Código Manuelino, juntamente com leis extravagantes em vigência; em suma essas Ordenações foram as mais importantes para o Brasil, sendo aplicadas até a publicação do Código Civil Nacional, em 1916.

No mais, as Ordenações, apesar de constituírem um conjunto de leis, não se tratavam de “um corpo de normas sistematicamente organizadas e expressamente elaboradas”¹⁴⁵, e sim um corpo de diretrizes jurídicas que atuaram na formulação da base do direito brasileiro. Concebemos aqui que o direito “não é resultado da vontade nacional e sim daqueles que

¹⁴² NASCIMENTO, Walter Vieira do. **Lições de história do direito**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2008, p. 193

¹⁴³ Idem. P. 193

¹⁴⁴ É um manuscrito composto de normas redigido no Reino de Castela ao longo do reinado de Afonso X, que tinha como objetivo obter uniformidade Jurídica para o Reino.

¹⁴⁵ BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições da filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995, p. 64.

dominam materialmente e ideologicamente nossa sociedade. ”¹⁴⁶ E ainda dentro da perspectiva do Thompson:

[...] constatei que o Direito não se mantinha polidamente num "nível", mas estava em cada nível: estava imbricado no modo de produção e nas próprias relações de produção (como direitos de propriedade, definições da prática agrária), e estava simultaneamente presente na filosofia de Locke; intrometia-se bruscamente em categorias estranhas, reaparecendo emperucado e togado num disfarce de ideologia; dançava uma quadrilha com a religião, moralizando sobre o teatro de Tyburn; era um braço da política e a política era um de seus braços; era uma disciplina acadêmica, sujeita ao rigor de sua própria lógica autônoma; contribuía para as definições da identidade tanto de governantes como de governados; acima de tudo, fornecia uma arena para luta de classes, nas noções alternativas do Direito se digladiavam.¹⁴⁷

Ou seja, o direito atua sob a perspectiva dominante, em que as leis, normas, condutas aparecem na intenção de regulamentar, ordenar, impor a vida do pobre dentro de uma lógica burguesa de encarceramento e limitações, vestida sob uma mentalidade senhorial, que opera, principalmente, durante o século XIX no Brasil. Neste período, segundo Carvalho, a homogeneidade ideológica e o treinamento foram características marcantes da elite política portuguesa.¹⁴⁸ Elite que era responsável pelo Direito e pela instrumentalização das leis, principalmente após a independência, visto a necessidade da criação de um Estado imperial que pudesse controlar e aglutinar.

Com as mudanças advindas do processo de Independência, as Ordenações atuantes – as Filipinas – tiveram alguns dos livros retificados, mas perduraram as suas diretrizes, como, por exemplo, no ano de 1830, com a criação do Código Penal, que sobrepôs o Livro V. Não obstante, os livros I e II saem de cena, devido a Revolução do Porto¹⁴⁹ e o próprio processo de Independência. O Livro IV prevaleceu durante todo Brasil Império até 1916, demarcando os costumes jurídicos brasileiros até sua revogação.

¹⁴⁶ WOLKER, Antonio Carlos (org.). **Fundamentos da história do direito**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2012, p. 456.

¹⁴⁷ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros** – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 108.

¹⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume Dumará, 1996, p. 33.

¹⁴⁹ Revolução do Porto ocorreu em 1820, na cidade do Porto em Portugal, caracterizada pela disputa política entre Brasil e Portugal, visto que a vinda da Coroa Portuguesa em 1808 e sua administração causou descontentamento da população portuguesa. A revolta exigia a volta do rei.

O Livro IV das Ordenações Filipinas correspondia ao Direito Civil e Direito Comercial, e compõe o conjunto de fontes dessa pesquisa, visto que os Contratos de Soldada se encontram nesse montante e, como pontua Clovis Bevilacqua, mesmo “depois de nossa independência política (1822) permanecemos (ainda) sob o domínio das ordenações do Reino, já revogadas no seu país de origem...”¹⁵⁰

Primeiramente, precisamos pontuar o que são esses contratos de soldada e como eles eram institucionalizados. Conforme o dicionário Jurídico, a palavra soldada provém do termo “soldo”, sendo seu significado de “paga” ou salário devido na locação de serviços.¹⁵¹ No Livro IV das Ordenações Filipinas, os contratos de soldada apontam vários sujeitos que experimentaram os processos desses “acordos”, desde vendedores, camareiros, secretários, estribeiros, tesoureiros dos Bispos, condes, sendeiros, donzelas, amas, mulheres, moços e moças, em virtude de corresponder a uma espécie de relações de trabalho construída sobre a prestação de serviços para outrem.

Os contratos de soldada aparecem dentro das Ordenações nos títulos: (Titulo XXXI) Como se pagarão os serviços e soldadas dos criados, que não entrarão a partido certo; (Titulo XXXII) Que se não possa pedir soldada, ou serviço, passados três anos; (Titulo XXXIII) Por que maneira se provarão os pagamentos dos serviços e soldadas; e (Titulo XXXIV) Do que lança de casa o Criado que tem por soldada.

Com a finalidade de esboçar essa pesquisa dentro das análises desses contratos, assinalamos o conceito de contrato de soldada a partir de um “contrato de locação de serviços entre duas partes – menores e famílias de posses – intermediado pelo poder judiciário”.¹⁵² Desta forma, delimitamos a perspectiva desses contratos sobre as relações do mundo do trabalho infantil. Quer dizer que os contratos de soldada que serão focalizados nessa investigação correspondem à infância e estão interligados a assistência de “desvalidos”.

Perante a lei, este contrato designava a promoção de locação de órfãos pobres e livres para terceiros com a finalidade de habilitar tais crianças para que aprendessem um ofício estipulado pela classe dominante. Mediante sua força de trabalho, o órfão deveria receber de seu tutor alimentação, moradia, saúde, educação e o pagamento, que seria resgatado após os 21

¹⁵⁰ *Código Civil*, comentado por Clovis Bevilacqua.

¹⁵¹ De PLÁCIDO & SILVA, **Vocabulário jurídico conciso**. Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 1475.

¹⁵² AZEVEDO, Gislane Campos. **“De Sebastianas e Geovannis”**: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917) Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 1995, p. 56

anos de idade. De acordo com essa lei, o processo de arrematação de soldada deveria funcionar da seguinte forma:

Quando o juiz tomava conhecimento da existência de um órfão com idade superior a sete anos, ele deveria promover, o final de suas audiências, um leilão. Quem tivesse interesse em contar com essas crianças e jovens trabalhando em suas oficinas ou residência deveria apresentar ao juiz uma proposta de soldada. Aquele que oferecesse mais pelo trabalho do menor firmaria o contrato por meio de escrituras públicas.¹⁵³

Podemos observar que, por meio da institucionalização, o contrato de soldada aponta para mais uma das metodologias utilizadas para a assistência de “desvalidos”, visto que a orfandade e o abandono vinham a se constituir um problema a ser resolvido pelo poder judiciário, assim como um mecanismo utilizado pela classe senhorial para a manutenção da criadagem.

Quando a criança se tornava órfã de pai, ou então o mesmo era considerado ausente, esta era encaminhada ao Juiz de Órfãos, que nomearia um tutor. Este processo ocorria mesmo se a criança ainda tivesse mãe, visto que ela era impossibilitada juridicamente de assumir a responsabilidade sobre o menor. Sendo assim, logo que o Juiz era informado sobre a orfandade de alguma criança livre, ordenava:

Aqual que oficial de justiça que perante mim serve notifique ao sitio Bonfim e ali notifique a Cipriana de tal para no praso de quatro horas apresentar perante este Juiso o órfão João, filho dos falecidos Manoel Viana e Maria de tal para ser dada a soldada a seo serviço aquem mais der.¹⁵⁴

A arrematação acima relata um órfão de pai e mãe, que, horas após o Juiz ter sido informado, mandou avaliadores ao local para averiguar e determinar um preço para conduzi-lo ao processo de arrematação de soldada. O mesmo foi arrematado por um valor correspondente a 14 mil réis anualmente, além de vestimentas, como ceroulas e camisas, e uma rede, que deveriam ser concedidas pelo tutor.

Ademais, no período em questão, foram promulgadas algumas leis que projetavam acabar com a escravidão no Brasil. Como a *Lei Imperial 581*, que determinava a extinção do tráfico negreiro em 1850; a Lei número 2040, conhecida como “*Lei Rio Branco*” ou “*Lei do*

¹⁵³AZEVEDO, Gislane Campos. **Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX.** São Paulo: Rev. hist. do arq. do estado de São Paulo. Ed.27, 2007, p. 05

¹⁵⁴ Arrematação, Caixa I, Pasta VII, 1853, f.3. CEDOCC

Ventre Livre”, que estabelecia que, “a partir da data de promulgação, todas as crianças, filhas de mães escravas, nasceriam livres”,¹⁵⁵ também “regulava as condições para que os adultos pudessem negociar sua liberdade, sob formas de contratos de prestações de serviços ou indenizando-o através de pecúlio”.¹⁵⁶ A “*Lei do Sexagenário*” proclamava alforria aos negros maiores de 65 anos, e a *Lei Imperial n.º 3.353* instituiu o fim legal da prática da instituição servil. Todavia, novas práticas de subversão da lei foram instauradas, fortalecendo até hoje a implementação do trabalho compulsório.

Adentrar os recortes relativos à História do Brasil, precisamente ao período referente à escravidão e compreender o universo abolicionista permite a assimilação em relação ao contrato de soldada, visto que a mentalidade senhorial se encontra enraizada e imbricada dos vestígios da escravidão. No parágrafo 1º do artigo I da *Lei 2040*, percebe-se a garantia de controle da mão de obra dessas crianças.

“§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.”¹⁵⁷

A criança era colocada sob custódia dos seus senhores para ser criada até os 8 anos. Depois, seu destino era traçado de acordo com o seu senhor. Um dos pontos a ser levantado aqui é que as crianças possivelmente não conquistariam jamais a liberdade, já que as mães dificilmente poderiam arcar com os valores estabelecidos pelas indenizações. Outro ponto a considerar é o poder que o senhor detinha sobre mães e filhos, visto que teria sempre a opção de escolher entre a indenização ou os serviços das crianças até a maioridade. O que aponta que o trabalho compulsório permanecia e era institucionalizado em diversos âmbitos.

Em 1868, o então presidente da Província do Ceará, Diego Velho Cavalcante, sancionou a *Lei de número 1254* que determinava o desígnio de “150:000\$000 para emancipação de cem crianças, preferencialmente do sexo feminino, que fossem nascendo”,¹⁵⁸

¹⁵⁵ ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. **Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895**. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 18

¹⁵⁶ ALANIZ, Op. Cit., 1997, p. 18.

¹⁵⁷ http://jj.tjrs.jus.br/paginas/docs/legislacao/Lei_2040_28set1871.html

¹⁵⁸ TAVARES, Iris Mariano. **Entre a sacramentalização católica e outros arranjos parentais: a vida familiar dos escravizados no Crato-CE (1871-1884)**. João Pessoa: UFPB, p. 70.

entrando em vigor no ano seguinte. Em 1871, ano da promulgação da *Lei do Ventre Livre*, cerca de 83 crianças foram alforriadas em todo Ceará, sendo que sete eram da cidade do Crato, mediante um discurso que “a escravidão no Ceará é um facto condemnado, e o trabalho livre de difficil e demorada solução em outras províncias, uma realidade neste florescente torrão do Império”¹⁵⁹

Em meio a esse impasse, pontuado pela classe dominante, mecanismos de obtenção de mão de obra iam sendo instituídos sob a justificativa do “combate a ociosidade dos pobres, a prevenção da violência, a diminuição da criminalidade, as necessidades da lavoura, a diminuição de mão de obra escrava, a realização de obras públicas, a urgência em diminuir os problemas causados pelas secas e demais calamidades, entre outras”.¹⁶⁰ No meio de toda essa situação, encontravam-se as crianças livres e pobres, em situação de orfandade, submetidas aos contratos de soldada.

No decorrer do século XIX, foram constituídas diversas leis para a regulamentação do contrato de soldada, para que mais crianças foram assoldadas e retiradas da sua condição precária. Por exemplo, os menores de cor que foram criados longe de estabelecimentos, quando alcançassem a idade determinada, dar-se-ia a soldada. Aos menores tidos como indigentes e aos filhos de estrangeiros poderiam também ser dada a soldada. Segundo Azevedo:

Ao nível do discurso jurídico, a lei imperial número 108, de 1837, já contém uma série de cláusulas sobre o trabalho de estrangeiros. As que interessam mais de perto fazem referência às companhias de colonização (que desempenhavam fundamental papel na aliciação de estrangeiros), à regulamentação do trabalho adulto e à “locação de serviço de menores estrangeiros”. Em relação a este último tema, o artigo 2 da lei diz, inclusive, que quando os menores não tiverem pais, tutores ou curadores, terão a assistência de um curador de órfãos.¹⁶¹

Ademais, ainda é preciso sublinhar que a noção de estrangeiros aplicada não atenta apenas para os portugueses ou outros imigrantes que chegavam sem se naturalizar, mas também estava atrelada aos escravos, visto que os cidadãos brasileiros são:

Todos os nascidos em Portugal e suas possessões, que sendo já residentes no Brasil, na época em que se proclamou a Independência nas províncias, onde

¹⁵⁹ Relatório com que o Exm. Sr Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior passou a administração da província do Ceará ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Coronel Joaquim da Cunha Freire. Em 26 de abril de 1871. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1871, p. 20. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1423/000022.html>. Acesso em junho de 2020.

¹⁶⁰ REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri Cearense**: terra, trabalhos e conflitos na segunda metade do século XIX. Fortaleza: UFC, 2014, p. 173

¹⁶¹ AZEVEDO, 1995.p. 51.

habitavam, aderiram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação de sua residência;¹⁶²

Segundo a Constituição do Império, a definição apresentada de cidadãos são “os que no Brasil tiverem nascidos, quer sejam ingênuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro”.¹⁶³ Essa definição, quando tange o universo infantil, legitima a tutela, assim como a arrematação de soldada de crianças descendente de escravos, perpetuando assim o sistema de criadagem.

Essa pontuação se faz necessária para compreender como os contratos se constituíram dentro da Constituição e como moldavam-se de acordo com a conveniência da classe dominante, visto que a tutela dessas crianças era mais vantajosa, seja pelo viés econômico ou pela ação assistencialista de tutelar um órfão. Em um momento em que a escravidão começa a ser questionada, a tutela ou os contratos surgem como uma esperança para essas crianças.

Os órfãos eram, ao mesmo tempo, seres desamparados, desprotegidos e miseráveis que necessitam, portanto, da piedade e caridade pública, mas são também inúteis, sem importância ou valor, uma espécie de “peso morto” para a sociedade daquela época.¹⁶⁴

Mediante a pobreza de muitas famílias, crianças eram entregues em forma de aluguel pelos pais à terceiros, baseando-se no argumento da falta de condições materiais para cuidar das crianças. Essas práticas oportunizaram alterações na lei. Agora seria estabelecido que “o Juiz de Órfãos determina que menores indigentes sejam alugados para serviços domésticos.”¹⁶⁵ Fundamentado na lei, agora, o Juiz de Órfãos rastreava, mandava buscar e avaliar, e por fim, leiloava as crianças, eventos que aconteciam em praças públicas ou na sua própria residência.

A partir das mudanças da lei do contrato de soldada, portanto, uma parcela considerável de crianças se encontrava passível de ser arrematada, visto que a condição de orfandade não era mais um obstáculo. Ser órfão não era mais uma premissa, o mesmo bastaria ser de cor para ser assoldado, assim como ser abandonado, ou seja, o universo da arrematação de soldada estava empenhado na obtenção de crianças para serem tuteladas e submetidas ao trabalho compulsório. Não obstante, devemos levar em consideração que “nos censos e levantamentos populacionais realizados a partir do século XIX, já estava marcada a existência

¹⁶² Artigo 6, Título 2, **Constituição do Brasil Império**. Coleção de Leis do Império do Brasil, de 1824.

¹⁶³ Artigo 6, Título 2, **Constituição do Brasil Império**. Coleção de Leis do Império do Brasil, de 1824.

¹⁶⁴ SOUZA, 1999, p. 43.

¹⁶⁵ Lei de 11 de outubro de 1837.

de uma população miscigenada que se formava no Ceará, e, em particular, no Cariri”,¹⁶⁶ o que acentuava ainda mais os processos de arrematação de soldada na região.

Se faz necessário mencionar que a criança, segundo Thompson, foi parte fundamental da economia familiar e agrícola, que diversas funções que lhes eram destinadas antes da Revolução Industrial eram relativas às atividades domésticas, e que o trabalho industrial se destinava às crianças órfãs e pobres. Todavia, “a forma predominante de trabalho infantil era a doméstica ou a praticada no seio da economia familiar. As crianças que mal sabiam andar podiam ser incumbidas de apanhar e carregar coisas.”¹⁶⁷

Assim, as atividades domésticas eram variadas e não comprometiam a musculatura das crianças com trabalhos repetitivos e a interação no mundo do trabalho se dava de forma gradual, sendo respeitada a capacidade da criança. E, “acima de tudo, o trabalho era desempenhado nos limites da economia familiar, sob cuidado dos pais”.¹⁶⁸

O que não acontecia necessariamente nos casos de contratos ou tutelas, ou da própria escravização infantil. O que foi pontuado aqui é sobre a relevância em destacar o conceito de trabalho infantil que se dava no decorrer do século XIX, e que o mesmo era resultado de uma prática comum entre as famílias.

Devido a vagarosa dissolução das relações de trabalho escravistas, no decurso da segunda metade do século XIX, o suprimento e a sistematização da mão de obra livre tornaram-se preocupações para os proprietários, pois havia a necessidade de garantir a conservação das riquezas e do poder político nas mãos da elite. Os contratos de soldada apontam que, no decorrer do século XIX, existiu uma manipulação judicial que tinha como objetivo facilitar a permanência do trabalho servil, justificado pela orfandade e pela pobreza, provocando conseqüentemente um sentimento de comoção e caridade da população.

Em relação a orfandade na região do Cariri, Freire Alemão, naturalista, chefe da expedição feita no Ceará, destacou em seu diário de viagens que

“(…) uma das coisas que mais aqui nos atormenta é a quantidade de pobres, de órfãos, de aleijados, de cegos, de presos em cadeia, que nos vem pedir

¹⁶⁶ IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O cabra no Cariri cearense: a invenção de um conceito oitocentista.** Fortaleza: UFC, 2015, p. 57

¹⁶⁷ THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002, p. 203.

¹⁶⁸ THOMPSON, Op. Cit., 2002, p. 25

esmolas, de joelho e chorando. É uma miséria terrível e nós não podemos satisfazer a todos e nos achamos em grande embaraço.”¹⁶⁹

Em suas palavras, o naturalista expõe sua inquietação com esses pobres que rodeavam a cidade do Crato. Destacam-se aqui os órfãos, esses que eram vistos ambigualmente pela sociedade, sendo “que a questão da orfandade e do abandono das crianças pobres adquiriu o significado de grave problema a ser solucionado pelas intervenções dos poderes públicos.”¹⁷⁰

4.1.1. A orfandade e os Juízes de Órfãos

Ao apontar e investigar os Juízes de órfãos, enxerga-se uma necessidade de contextualizar a experiência da magistratura no Brasil no início do século XIX, apontando a figura do Juiz de Paz Imperial, sujeito proeminente no período, e o aparelho jurisdicional, que foi fortalecido com a vinda da família real para o Brasil e com a instalações das primeiras escolas de Direito.

No ano de 1731, foi regimentado o cargo de Juiz de Órfãos, proporcionando a redistribuição de responsabilidades do Poder Judiciário. Entre a diversidade de processos que transitavam, consistiam em partilhas de heranças, inventários, pedidos de emancipação e solicitação de tutela, este último sendo os mais corriqueiros.

A origem dos juízes de órfãos remonta ao tempo que o Brasil era ainda colônia. Sua figura é descrita no Livro I das Ordenações das Filipinas, código de leis compilado em 1603, considerado a espinha dorsal do direito português. Segundo o título 8, eles deveriam ser formados em Direito e escolhidos pelo rei para cuidar dos menores e de seus bens em caso de ausência ou falta do pai.¹⁷¹

Em um primeiro momento, os Juízes de Órfãos eram responsáveis por cuidar dos menores que detinham alguma posse, tendo como objetivo designar-lhes tutores que cuidariam de seus bens após a criança se encontrar em situação de orfandade. Todavia, após algumas leis abolicionistas, viu-se a necessidade de conduzi-los a uma nova aérea de atuação, que logo mais

¹⁶⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão. Crato – Rio de Janeiro, 1859-1860**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2007, p.14

¹⁷⁰ SOUZA, Op. Cit., p. 27

¹⁷¹ AZEVEDO, Op. Cit., p. 2

estamparia a linha tênue entre o trabalho compulsório e a mão de obra livre no país. Segundo Azevedo,

A criação do Juiz Privativo de Órfãos em 02 de maio 1731 parece obedecer a esta lógica de controle do poder local. Para esse cargo eram exigidos bacharelado em Direito e pelo menos um ano em prática de advogar. Nomeados pelo poder central, suas atribuições eram praticamente as mesmas de seus antecessores, os Ordinários: cuidavam de inventários, partilhas, tutelas, curatelas, emancipações, contas de tutores, venda de bens de menores.¹⁶ Nesse sentido, parece que o Juiz de Órfãos nasce não só inserido na necessidade global da Colônia de legisladores de seus problemas, como também surge para resolver questões referentes a riqueza: partilhas de bens, heranças etc.¹⁷²

Então se torna responsabilidade desses magistrados, após a década de 1840, com a ampliação de seus “poderes”, o aluguel de negros livres, assim como crianças órfãs e o encargo sobre a vida de mulheres casadas ou solteiras, que seus maridos ou pais eram considerados ausentes.

O Juizado de Órfãos, dessa forma, foi um órgão essencial para o encaminhamento de questões quanto à desagregação familiar envolvendo crianças. Preocupado com o universo infantil, o Juízo dos Órfãos mediou ações praticadas pela família, pois essa era considerada o espaço gestor dos padrões e regras de comportamento social.¹⁷³

Após a ponderação dos Juízes de Direito, os Juízes de Órfãos assumem outras funções, dentre elas: tutelas, heranças, tutelas de crianças que possuem algum tipo de posse, emancipação e pedidos de senhorios. Então:

Compete aos Juízes de Órfãos conhecer e julgar administrativamente os processos de inventários, partilhas, tutelas, curadorias, contas de tutores e curadores. Pertencelhes outro-sim: 1º as cartas de emancipação; 2º os suprimentos de idade; 3º as licenças as mulheres menores para venderem bens de raiz, consentindo os maridos; 4º dar tutores em todos os casos marcados nas leis; 5º suprir o consentimento do pai ou tutor para casamento; 6º a entrega de bens de órfãos as suas mães, avós, tios, etc; 7º a entrega de bens de ausentes a seus parentes mais chegados; 8º a entrega de bens de órfãos a seus maridos, quando casarem sem a licença dos mesmos juizes; 9º a dispensa para tutores obrigarem seus próprios bens à fiança das tutelas para que foram nomeados, ainda que os bens estejam fora dos distritos onde contraíram a obrigação; 10º conhecer e julgar contenciosamente as causas que nascem dos inventários, partilhas e conta de tutores; e bem assim as habilitações dos herdeiros do ausente, e as causas que forem dependência de todas as que ficam referidas nesse parágrafo; 11º arrecadação e administração dos bens dos ausentes; 12º a administração dos bens pertencentes aos índios.¹⁷⁴

¹⁷² AZEVEDO, Op. Cit., p. 25

¹⁷³ CARDOZO, José Carlos da Silva. **Os juízos de órfãos e a organização familiar por meio da tutela**. São Paulo: IFCH UNICAMP, 2011, p. 204

¹⁷⁴ *Idem*

Não foram só as funções jurídicas dos Juízes de Órfãos que mudaram, assim como distintos processos civis, como a tutela, por exemplo, que existia há muito tempo, e era usada basicamente para crianças ricas. Era a maneira encontrada pelo Poder Judiciário para garantir a administração do menor e de seus bens, no caso da morte do pai, ou quando este, por algum motivo, era considerado como ausente.

Portanto, a análise dos documentos de arrematação de soldada mostra que, durante a segunda metade do século XIX, por meio desses processos configurou-se uma manipulação judicial que facilitava o trabalho compulsório infantil, justificado através da orfandade dessas crianças, o que provocava um sentimento ambíguo de comoção e repulsa por parte da população e das autoridades.

Em 1827, na lei 15 de outubro do mesmo ano, os Juízes de Paz foram criados, sendo designados a cada paróquia ou freguesia assim como seus suplentes e eleitos como os vereadores, inclusive ao mesmo tempo, não havendo recusa. Suas atribuições eram:

[...] conciliar as partes antes da demanda, processar e julgar as causas cíveis cujo valor não excedesse a dezesseis mil-réis; manter a ordem nos ajuntamentos (reuniões públicas), dissolvendo-os no caso de desordem; pôr em custódia os bêbados durante a bebedice; corrigi-los por vício e turbulência e as prostitutas escandalosas, obrigando-os a assinar termo de bem viver, com a cominação de penas; fazer destruir os quilombos; fazer autos de corpo de delito; interrogar os delinqüentes, prendê-los e remetê-los ao juiz competente; ter uma relação dos criminosos para fazer prendê-los; fazer observar as posturas policiais das câmaras; informar o juiz de órfãos sobre incapazes desamparados e acautelar suas pessoas e bens, enquanto aquele não providenciasse; vigiar sobre a conservação das matas públicas e obstar nas particulares ao corte de madeiras reservadas por lei; participar ao presidente da província quaisquer descobertas úteis que se fizessem no seu distrito (minas); procurar a composição das contendas e dúvidas sobre caminhos particulares, atravessadouros e passagens de rios ou ribeiros, sobre uso das águas empregadas na agricultura ou na mineração, dos pastos, pescas e caçadas, sobre limites, tapagens e cercados das fazendas e campos, e sobre os danos feitos por familiares ou escravos; dividir o distrito em quarteirões que não contivessem mais de vinte e cinco fogos.¹⁷⁵

Os encargos dos Juízes de Órfãos eram inúmeros assim como as posturas que assumiam nos processos civis, muitas vezes não seguindo o que estava prescrito. No caso dos processos de tutela, os tutores eram escolhidos pelo juiz, quando não havia um tutor

¹⁷⁵ VIEIRA FERREIRA. **Juízes e tribunais do primeiro Império e da Regência**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional e Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1937, p. 29-30.

testamentário, ou um parente familiar tido como responsável pelo mesmo, ou seja, na maioria dos casos, o juiz escolhia com quem a criança ficaria, e esse tutor seria encarregado pela integridade física, como também pela gerência de seus bens, no caso das crianças advindas de famílias ricas.

Vale ressaltar que “embora a lei fosse uma só, a prática dos juízes demonstra a existência de dois tipos de tutelas, a do menor rico e a do menor pobre, tendo sido esta última utilizada na maior parte das vezes como forma de legalizar o trabalho infantil”.¹⁷⁶ Desta forma,

Quando alguém requeria tutela de um menor, geralmente argumentava que gostaria de mantê-lo sob seus cuidados em virtude de ele estar abandonado ou sofrendo maus-tratos em outra residência. Em geral o juiz atendia o requerente, pois, amparava-se na lei que determinava que todo menor órfão ou abandonado deveria ter tutor. Assim, o magistrado entendia estar tirando uma criança da rua ou da casa de quem não tinha condições de criá-la para colocá-la no lar de um cidadão que se comprometia a cuidar dela.¹⁷⁷

Cabia ao tutor se comprometer com a saúde, educação e moradia, visto que o menor estaria sob sua guarda após a audiência judicial. Nos documentos analisados, o perfil dos tutores variava entre coronéis, major, donos de terras e homens livres, que buscavam através do contrato de soldada uma mão de obra barata.

4.2. “Benvenuto faliceo devido presente defloração”

A história que irei contar aqui são de dois irmãos que outrora foram esquecidos pela historiografia tradicional, em que as crianças não eram incorporadas como sujeitos históricos, ainda mais crianças órfãs e pobres. É dentro dessa conjuntura que se faz necessário essa escrita, visto que “(...) os escritores não escrevem porque são pobres, mas porque estão insatisfeitos com os livros que poderiam comprar e que não lhes agradam.”¹⁷⁸

Os irmãos Vicente e Benvenuto foram um dos poucos casos dessa pesquisa que consegui observar uma parte do percurso de suas vidas. Pelos rastros que as fontes deixaram no meio dessa caminhada, consegui enxergar e então narrar aqui a tragédia da vida desses irmãos.

¹⁷⁶ AZEVEDO, Op. Cit., 1995, p. 43

¹⁷⁷ AZEVEDO, Op. Cit., 1995, p. 77

¹⁷⁸ BENJAMIN, Walter. (ed.). **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 107.

Por meio das narrativas da vida de Vicente e seu irmão Benvenuto provocarei indagações acerca da pobreza e orfandade que ambos passaram em suas vidas, assim como tantas outras crianças, que no decorrer do século XIX foram submetidas aos contratos de soldada e tiveram que se adaptar à nova forma de viver.

Essas crianças pobres cujo universo não conseguimos penetrar, assim como os órfãos dos quais não conseguimos lobrigar alguma coisa, têm a vida dura, nascem e crescem tendo o sofrimento como companheiro, são carentes de amor e carinho, sem os cuidados maternos, sendo para elas inatingível o universo das outras crianças, que são preparadas para o que aquela sociedade pode oferecer de bom, para as crianças pobres, a mesma sociedade reserva o mundo do trabalho, que se inicia em plena infância, o mundo da disciplina e da submissão, que se tornam mais onerosas porque são compassadas pela fome, pelo frio, pelas privações de toda ordem que compõem o território para elas reservado.¹⁷⁹

A violência, o abuso e o esquecimento estiveram presente na vida dessas crianças, que tinham suas histórias bordadas em pequenos retalhos pela historiografia, no qual suas existências muitas vezes eram ignoradas, contudo hoje vislumbro que os pedaços dessas “pequenas histórias dos pequenos” formam uma colcha em que é possível em cada retalho observar as múltiplas facetas da História da Infância.

Perante o censo agropecuário 587,8 mil crianças e adolescentes se encontram em situação de trabalho infantil, principalmente no Nordeste brasileiro, totalizando “cerca de dois milhões e setecentas mil crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil”¹⁸⁰ situação que se dá pela pobreza e manutenção e concentração de terras que vulnerabiliza famílias, que muitas vezes, tensionam ou obrigam seus filhos ao trabalho precoce para sustento de suas famílias.

Benvenuto e seu irmão Vicente, são duas crianças órfãs que irão protagonizar esse tópico da dissertação. Ambos fazem parte de uma trama histórica trágica durante a segunda metade do século XIX no Cariri Cearense, onde a percepção sobre infância não corresponde ao contemporâneo, por isso é de suma importância para os historiadores narrarem quantas vezes se fizer necessário a história dos excluídos, dos miseráveis.

O historiador é, por definição um investigador para quem as experiências, no sentido rigoroso do termo estão vendadas. Reproduzir uma revolução é

¹⁷⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos:** contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas: Editora da Unicamp e Editora da USP, 2008, p. 98.

¹⁸⁰ <http://reporterunesp.jor.br/2019/05/14/a-pobreza-como-base-para-a-exploracao-da-mao-de-obra-infantil-no-campo/>

impossível, não só na prática, como no princípio, para uma disciplina que estuda os fenômenos temporalmente irreversíveis enquanto tais.¹⁸¹

Trata-se de “*escovar a história a contrapelo*”¹⁸², ou seja, enxergar pela perspectiva “*dos vencidos*” visto que “enquanto os sofrimentos de um único ser humano forem esquecidos, não haverá libertação.”¹⁸³ A minha intenção aqui é narrar as histórias dos dois irmãos e tantas outras crianças que passaram pela minha análise nessa pesquisa. Para provocar um pouco mais o leitor, trago para a leitura um quadro do pintor britânico Thomas Benjamin Kennington, intitulado “Orphans”, de 1885.



184

Associar minha escrita com a arte sempre foi algo natural e nos meus estudos de História da Arte, me deparei com esse quadro do século XIX, que apesar em suas pinceladas as

¹⁸¹ GINZBURG, Carlo. **História noturna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 7/8.

¹⁸² Ver Walter Benjamin em Tese VII em as “Teses da História” - Sobre o conceito de História.

¹⁸³ LÖWY, Michael. **Alarme de Incêndio**: uma leitura das teses sobre o conceito de História. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005, p. 54

¹⁸⁴ <http://www.tate.org.uk/art/work/N01560>

crianças retratadas eram inglesas, a verossimilhança dos irmãos Vicente e Benvenuto me fez tomar a decisão da presença desse quadro. Aqui a representação de suas crianças. Dois irmãos, onde a criança mais velha se ancora na parede, ao passo que seu irmão caçula se encontra deitado em seu colo. Em seus pés, há um prato quebrado com resto de comida, um pão velho. E do lado esquerdo um pinico...

Suas vestimentas são trapos, nada de camisas novas ou ceroulas... seus olhares se encontram perdido entre a fome, solidão e frio. Seus pequenos corpos apontam que o trabalho já era atividade recorrente, e o seu lar, se é que posso chamar de lar, se apresenta como uma espécie de depósito de esperanças e sonhos. A vida dessas crianças, infelizmente não posso traçar por distintos motivos, mas posso provocar a sensibilidade e a imaginação do leitor para a vida dos irmãos que venho narrar.

Embora as realidades das crianças na pintura e dos meninos do Cariri, seus olhares e suas histórias e se entrecruzam, e vertem um caleidoscópio de sentimentos como compaixão, revolta, ansiedade e obrigação enquanto historiadora descrever suas vivências, ignorando de alguma forma as limitações das fontes.

Eis Benvenuto...

Benvenuto chorava alto enquanto os respingos da água sagrada molhavam seu rosto quando os ecos em latim brandiam nas paredes da igreja e a fumaça do incenso católico se espalhava por todo lugar e elevando-se aos céus como uma nuvem perfumada. Os óleos de catecúmenos e crisma benziam sua pequena cabeça em cruz seguindo os preceitos da sagrada liturgia ao passo que toda a ritualização do sacramento de seu bastimos acontecia.

O Círio Pascal estava aceso e seus padrinhos ofereciam ao pequeno Benvenuto com os dizeres “Recebe a benção de Cristo”. A partir de agora, ele estava protegido das feitiçarias, encantos e dos males que assombram essas terras, sendo seu delicado corpo benzido e libertado do pecado de Adão e Eva, tendo então a proteção dos anjos e a morada do espírito santo, podendo crescer e morrer em paz.

Menino pardo, pobre crescia em companhia de seu irmão mais novo Vicente que transmutando o labor do dia a dia em brincar e mesmo calejados da fome, pobreza, sol quente e enxada jornadeavam ao sul ao encontro de suas obrigações matinais: o trabalho. As horas passam.

Os dias passam.

As semanas passam.

Os anos passam e a vida continua a mesma para os dois pequenos. Seus corpos agora moldavam-se. Pequenos músculos salientavam em suas vestes, ressaltando sua musculatura juntamente com os efeitos da puberdade, e para acompanhar seu crescimento ao perder o pai.

O luto brandou na casa das crianças. A sopa era fervida enquanto os burburinhos ecoavam em todo Burity.

- Ouvi dizer que as crianças de seu Chico e Dona Rosa se encontram ao relento, sem pai...

O luto seguia e as crianças continuavam trabalhando com a enxada e a foice. Quando um homem bem aparentado bateu em sua porta, convocando-os para uma audiência que mudaria suas vidas. Ainda em lágrimas, sua mãe Rosa, teve que entregar seus filhos à Justiça, essa que prometeu cuidar e educar seus pequenos.

Confusos e assustados, as crianças são levadas e como uma saca de arroz ou farinha são expostas com preço em praça pública: eis o leilão.

- A quem maior der, assim se cumpra! Gritava o Juiz de Órfãos.

Com as pequenas mãos feridas do trabalho, eles entrelaçam as mãos e rezam para que os anjos os socorram daquela situação da qual não entendiam, contudo Deus estava ocupado e não ouvira seus clamores e dores. Os pequenos olhos esbugalhavam-se quando qualquer homem balbucia, até que num suspiro amedrontado eles são arrematados por um homem. Um completo desconhecido. Que lhes prometera diante do Juiz, testemunhas e tribunal uma nova vida.

Trajes novos.

Rede nova.

Casa nova, vida nova...

Novas ceroulas, nova vida. Parece que Deus abriu os ouvidos e escutou as preces dos pequenos amofinados. Agora teriam moedas por capinar, fazer fogo, arar a terra, moer cana, planta arroz ou quaisquer outras atividades que lhe fossem incumbidos. A pobreza de outrora, agora seria apenas uma lembrança do passado. A nova vida seria cheia de fartura e bem viver, bastaria completar seus tão desejados 21 anos.

Pouco anos os separavam da tão real liberdade. Aquele homem bondoso se responsabilizou por realizar os sonhos das crianças, de uma nova realidade. Agora a fome não fazia música em seu estômago, as doenças não afligiriam suas peles pardas, e a magia do letramento lhes seria ensinado.

Contudo, a saudade de casa, de sua mãe, apertava-lhes o peito, restando-lhes abraços, promessas e rezo aos santos de sua devoção. O labor todo dia castigavam seus corpos, queimavam suas peles e feriam suas almas. Horas árduas que pareciam um inferno. Sem brincar, apenas o trabalho. Apenas as mãos calejando e as pernas tremendo.

O bucho roncava e o sol queimava. Torrava a pele. Torrava os sonhos. Torravam castanhas. O chicote de couro tatuava suas peles. O sangue escorria e esfriava a pele quente. As lágrimas roubaram o lugar dos sorrisos de outrora. A infância foi roubada. Mas o que é ser crianças para pobres e pardos?

As noites trazem o medo. O medo é companhia. Assustado, indefeso, inocente e paralisado, sem ter caminhos para onde correr Benvenuto é pego como uma presa pelo seu predador. As unhas-garras o apertam, o sufocam, o destroem. A angústia toca seu coração, coração acelera, coração é destruído. As lágrimas escorrem em seu rosto como um rio na vala da terra. Elas têm gosto de sangue.

Ensanguentado e com as pernas tingidas de um tom bordô. Ele fraqueja. Não adianta gritar. Falar. O corpo esvanece, enquanto as memórias abrilhantam seus olhos castanhos escuros. O brilho das estrelas aos poucos vai se apagando. A lua entristecida se esconde entre as nuvens de uma noite de quarta-feira.

E o pequeno Vicente nada escuta. Nada vê. Nada sente. Talvez os deuses o protegeram de tamanha maldade. A servidão assassinou Benvenuto. Matou sua infância. Furtou seus sonhos. As palavras e promessas de uma vida melhor se transformaram numa angústia que levava até seu último suspiro. “A criança ficou órfã, faleceu seu irmão querido.”¹⁸⁵

Mas agora ele estaria livre. Sua alma estava livre da exploração, da dor, da humilhação, contudo para seu pequeno Vicente restava-lhe a solidão como companhia e talvez a proteção dos santos. Que os santos escutem os rogos da criança que partira sem viver e proteja o pobre Vicente, que na miséria perambulava sob sóis e lunações, dores e medos, saudades e aflições.

¹⁸⁵ BRECHT, Bertold **A cruzada das crianças**. São Paulo: Editora Pulo Do Gato, 2014, p. 9.

Benvenuto da Silva pardo idade de quise annos solteiro morador nesta cidade faliceo devido presente defloraçãõ em oito de janeiro de mil oito centos cincoenta quatro compençado foi sepultado no dia de quinta nesta matris de Crato de grades abaixo envolto abito branco encomendado por mim paroco abaixo assignado do que para mandei faser este assento em que assigno.¹⁸⁶

Infelizmente a violência fazia parte do cotidiano da vida das crianças, como já apresentei um pouco no primeiro capítulo dessa dissertação. A cultura do abuso com as crianças se fez presente por muito tempo, inclusive na contemporaneidade. Alguns dos vários processos criminais de defloraçãõ e estupro sãõ com crianças, que estavam à deriva, fora os incontáveis casos que não aparecem nas fontes históricas.

Diversas violências acometidas para com as crianças estão presentes nas edições do *Jornal O Araripe*¹⁸⁷ como já foi apresentado nas páginas anteriores. Todavia o objeto desse tópico é aprofundar a discussãõ acerca dos processos de contrato de soldada e a suposta proteçãõ a orfandade que fora designada por lei, mas muitas vezes não acontecia.

A história de Benvenuto foi uma das tantas histórias de crianças arrematadas e tuteladas durante o século XIX, que estavam sob um véu (a justiça) que os protegeria. Narrado poeticamente, apresentei Vicente e Benvenuto que “Aos trez de junho de mil oito cento quarenta um baptizei fiz os santos olleos ao pardo Benvenuto”¹⁸⁸. A vida dele nos sensibiliza, e apontam as vulnerabilidades desses processos, assim como eles realmente aconteciam. Ora Benvenuto ora outros órfãos trespassaram os processos de soldada que em resumo seria “contrato de locaçãõ de serviços entre duas partes - menores e famílias de posses - intermediado pelo poder judiciário.”¹⁸⁹

O termo soldada, segundo o vocabulário jurídico, vem da palavra soldo. Tem o significado de “paga” ou salário devido a locaçãõ de serviços. De acordo com as leis, os assoldados eram “criados de servir, pessoas de um ou outro sexo, que se alugarem para serviços domésticos, dentro ou fora das Cidades, Villas ou povoações. (AZEVEDO, 1995, p.47)

¹⁸⁶ Assento de óbito, Livro 11, f. 23 "Crato, Ceará, Brasil Registros," imagens, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-9TQP-TF>: June 3, 2020), imagem 1987 dos 3169; Igreja Católica. Diocese de Crato (Ceará).

¹⁸⁷ *Jornal O Araripe* foi o primeiro jornal do Cariri, fundado em 1855 por João Brígido.

¹⁸⁸ Assento de batismo Livro 4, f. 35 "Crato, Ceará, Brasil Registros," imagens, FamilySearch (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:9392-9TQ1-3P>: June 3, 2020), imagem 410 dos 3169; Igreja Católica. Diocese de Crato (Ceará).

¹⁸⁹ AZEVEDO, 1995, p. 54

Perante as Ordenações Filipinas, a soldada estabelecia a designação de locação de serviços de órfãos livres e pobres sob a justificativa de habilita-los para o trabalho, promovendo a formação para o trabalho. Dentro da lei era assegurado ao menor a promoção de educação, alimentação, moradia, saúde, e o soldo, pagamento que seria resgatado quando a criança atingisse sua maioridade. De acordo com essa lei o processo de arrematação de soldada deveria funcionar de tal forma:

Constando-me que no sítio Burity tem dois órfãos de nome Vicente e Benvenuto filhos dos falecidos Francisco José da Silva e de Rosa Maria de Jesus moradora do dito sitio e se achão nas circunstancias de serem dadas a soldada.¹⁹⁰

A orfandade era ditada quando a criança perdia o pai, ou o mesmo não assumia a responsabilidade jurídica sobre a criança, visto que as mulheres não poderiam assumir a responsabilidade sobre seus filhos. Quando era do conhecimento do Juiz de Órfãos a aparição de uma criança órfã, ele automaticamente buscava um tutor para nomear e acolher a criança. Assim como Vicente e Benvenuto que ainda tinha a sua mãe viva, porém o Juiz ordenou que

Mando a qualquer official de justiça que diante mim serve va ao sitio Burity e notifique a Rosa Maria de Jesus para apresentar em juizo perante mim seos filhos orffãos Vicente e Benvenuto vindo logo em companhia do mesmo official assim o cumpra.¹⁹¹

Os processos de arrematação de soldada, aconteciam de forma rápida e simples sendo que normalmente

Quando o juiz tomava conhecimento da existência de um órfão com idade superior a sete anos, ele deveria promover, no final de suas audiências, um leilão. Quem tivesse interesse em contar com essas crianças e jovens trabalhando em suas oficinas ou residência deveria apresentar ao juiz uma proposta de soldada. Aquele que oferecesse mais pelo trabalho do menor firmaria o contrato por meio de escrituras públicas.¹⁹²

Após ser ditado a orfandade da criança. Ela passava por uma espécie de avaliação, que tal determinaria o valor do seu soldo. Que tinha variação de acordo com seu peso, altura,

¹⁹⁰ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta 5, f. 3

¹⁹¹ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta 5, f. 5

¹⁹² AZEVEDO, Gislane Campos. **Os juizes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX**. São Paulo: Rev. hist. do arq. do estado de São Paulo. Ed.27, 2007, p. 05

musculatura, idade... O referido soldo seria resgatado quando atingisse a maioridade, ou seja, quando a criança completasse os 21 anos de idade, estando “depositado numa conta da Caixa Econômica mensal ou trimestralmente.”¹⁹³

O montante era acumulado e resgatado aos 21 anos, todavia o soldo não tinha a impressibilidade para ser pago, dado que “quem deles se serviam não era obrigado a retribuir-lhes com um soldo, mas simplesmente alimentá-los, vesti-los e dar tratamento médico, conforme previa a lei.”¹⁹⁴ Apresento a “Arrematação de soldada do órfão Manoel sem pai e mãe de que foi arrematante Joaquim Pedro Bizerra morador nesta vila, fiador Manoel da Penha Carvalho.”¹⁹⁵

“Anno de nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e cinquenta trez aos vinte e nove dias dos mes de julho do dito anno, nesta villa do Crato da Província do Ceará em audiencia pelo que fazia o Doutor Juis de Orffão José Fernandes Vieira em casa de sua residencia (danificado) vim sendo ahy presente o orffão Manoel sem pai nem mãe para ser dada a soldada na forma de ley.”¹⁹⁶

A partir dos 7 anos de idade a criança já se deparava com a possibilidade do arremate, configurando-se dentro dessa vida por anos e anos, não obstante o prazo da soldada por órfão e tutor se estabelecia num prazo de até três anos, existindo a possibilidade de haver a renovação pelo mesmo tutor ou outro, na qual seria avaliado pelo Juiz de Órfãos como aconteceu com o órfão Manoel, onde o Juiz de Órfãos ordenou que “Mando a qualquer official de justiça que perante mim notifique a Joaquim Pedro Bizerra apresentar perante mim o orffão de pai e mãe de nome Manoel que tem em sua companhia par ser dado a soldada a quem maior der na forma de ley.”¹⁹⁷

O pequeno Manoel “de treze annos”¹⁹⁸ foi avaliado na “quantia de quatorse mil reis anoalmente”¹⁹⁹. Arrematado num primeiro momento quando tinha 10 anos de idade e outra vez se encontrava na mesma situação de anos atrás. Em uma audiência, como uma mercadoria, avaliado e posto num leilão como um animal. Um pouco da história de Manoel se desenha nesses parágrafos e mais uma vez ele é arrematado.

¹⁹³ LAPA, Op. Cit., p. 114.

¹⁹⁴ AZEVEDO, Gislane Campos. **A tutela e o contrato de soldada**. LAPA. Op. Cit., 2008, p. 114

¹⁹⁵ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta II, f. 1.

¹⁹⁶ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta II, f. 1/2.

¹⁹⁷ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta II, f. 3.

¹⁹⁸ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta II, f. 5.

¹⁹⁹ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta II, f. 5.

Anno de nascimento do nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos e cincoenta e trez aos trinta dias do mes de julho do dito anno nesta villa do Crato Província do Ceara em audiencia publica que fazia o Doutor Juiz de Orffãos José Fernades Vieira em cargo de sua residencia onde eo o escrivão vim ahy sendo posta a arrematação dentro da salla das audiencias a soldada do orffão Manoel quem mais deo foi Joaquim Pedro Bizerra a quantia de quatro mil e seis centos reis por anno sendo-lhe dito orffão dado pelo tempo de trez annos, obrigando-se mais dito Joaquim Pedro Bizerra a dar ao orffão tres camisas tres siroulas annoalmente e huma reide hum lençol durante o tempo dos tres annos offerecendo de tudo por seo fiador Manoel da Penha Carvalho que foi aceito pelo Juis.²⁰⁰

O processo de Manoel nos mostra a possibilidade do mesmo tutor poder arrematar o órfão mais uma vez, podendo se repetir quantas vezes fosse aceito pelo Juiz, como foi o caso do referido processo, em que Joaquim Pedro Bizerra teve a obrigação de apresentar o órfão após o prazo de três anos da primeira soldada chegar ao fim. Sem questionamentos sobre como o órfão fora tratado, ou se recebera educação ou até o alimento.

E além do mais, para completar o pequeno fora avaliado por 14 mil réis a cada ano, o que somaria um total de 42 mil réis, mas seu tutor o arrematou no valor de 4.600 réis anualmente, o que somaria a quantia de 13.800 réis. Um valor próximo do que em teoria ele deveria receber por ano. Se esse soldo foi realmente pago, as limitações das fontes não me permitem o aprofundamento. Talvez Manoel morrera anos ou meses posteriores ou quando seu contrato acabou, fora arrematado mais uma vez. Infelizmente não tive a sorte de acompanhar a vida de Manoel como a de Tiburcio ou Benvenuto.

De antemão também trago a necessidade a partir desse processo de perceber que segundo Lapa:

Dado ao longo período da menoridade, pelo menos dos 7 aos 21 anos, portanto compreendendo uma fase da vida em que se formam a racionalidade e a capacidade produtiva, os abusos dos trabalhos infantil e adolescente eram também comuns em relação ao órfão, colocados sob tutela ou curatutela, naturalmente em benefício dos responsáveis, que, ajudados ou não pelo Estado, conseguiam compatibilizar seus deveres em relação ao órfão com o trabalho que este devia prestar-lhe, ou até mesmo burlavam a lei e apenas exploravam o trabalho.²⁰¹

Se faz necessário destacar que as relações de trabalho para com crianças estavam presentes no século XIX. E como pontua Thompson a criança foi parte fundamental da economia familiar e agrícola, sendo suas funções relativas às atividades domésticas. Todavia,

²⁰⁰ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta II, f. 5/6.

²⁰¹ LAPA. Op. Cit., 2008, p. 111.

“a forma predominante de trabalho infantil era a doméstica ou a praticada no seio da economia familiar. As crianças que mal sabiam andar podiam ser incumbidas de apanhar e carregar coisas.”²⁰²

O “trabalho de crianças era importantíssimo na economia doméstica, ainda mais quando as mães assumiam as funções provedoras”.²⁰³ Porém, corresponde à corporeidade da criança, e sendo a integração ao mundo do trabalho de forma gradual, respeitando minimamente a capacidade muscular da criança. E, “acima de tudo, o trabalho era desempenhado nos limites da economia familiar, sob cuidado dos pais”.²⁰⁴

Entretanto essa utopia não se enquadrava na vida das crianças tuteladas, escravizadas ou arrematadas nesses processos, visto que a noção de infância era praticamente inexistente, ainda mais tratando-se de crianças pardas e pobres. O que pontua aqui é a necessidade de destacar que a conceituação de trabalho infantil se diferencia em demasia da visão atual, que o trabalho infantil, muitas vezes estava introduzido nas práticas familiares e cotidianas.

Mas, dentro dos processos de soldada, a introdução ao trabalho, muitas vezes, acontecia de forma abrupta, onde a urgência da formação para o trabalho era evidente. Ressalto que “embora a lei fosse uma só, a prática dos juízes demonstra a existência de dois tipos de tutelas, a do menor rico e a do menor pobre, tendo sido esta última utilizada na maior parte das vezes como forma de legalizar o trabalho infantil”.²⁰⁵

O processo conjunto de arrematação dos irmãos Benvenuto e Vicente aponta para a problemática da vulnerabilidade da infância pobre, ademais quão melindroso a orfandade era presente na região do Cariri, tendo em vista que no transcorrer do século XIX, muitos processos de tutelas e contratos de soldada acontecem, assim como a fundação da Casa de Caridade na região. E

(...) sendo ahy em audiencia publica mandou o dito juis a (ilegivel) pelo porteiro Mathias Mendes asoldas dos orffãos Vicente e Benvenuto por João Bizerra de Carvalho foi arrematado a soldadas dos dois orffãos cada hum ofereci pela quantia de doze mil reis annoais descontando a ropa e as custas destes autos sobre afiança tudo isto de Luis Ignacio da Cunha negociante proprietário moradores nesta villa.²⁰⁶

²⁰² THOMPSON, 2002, p. 203.

²⁰³ LIMA, Ana Cristina Ferreira. **Infância e recolhimento:** a educação profissional em fortaleza na segunda metade do século XIX. Fortaleza: UFC, 2019, p. 83

²⁰⁴ THOMPSON, Op. Cit., 2002, p. 25

²⁰⁵ AZEVEDO, Op. Cit., 1995, p. 43

²⁰⁶ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta V, f. 11/12

Qualquer homem tinha a condição, digamos assim, para a tutela e arrematação dos órfãos, já que a única obrigação era o pagamento dos autos do processo, esse que poderia ser pago por terceiros, caso o tutor não tivesse como arcar com os custos do processo. Em alguns processos, há a presença de fiadores para que o arremate aconteça, que nos leva, mais uma vez, à percepção das práticas paternalistas. Como por exemplo:

Anno de nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e cincoenta tres aos treses dias do mes de agosto do dito anno, nesta villa do Crato da Província do Ceara em audiencia publica que fazia o Doutor Juis de Orffão José Fernandes Vieira na casa de sua residencia comigo escrivão aly sendo posto na arrematação do serviço do jovem Gonçalo dentro da salla da audiencia quem mais deo foi Manoel D'Araujo Barrêto por isso arrematou o sirviso do dito orffão pelo tempo de tres anno pagando-lhe a soldada de vinte mil reis annoalmente que tudo emposta na quantia de secenta mil reis, ficando mais obrigado de dar ao orffao tres camisas, tres serolas por anno, e huma reide e hum lençol durante o tempo da arrematação do que de tudo offerecêo o arrematante por seo fiador o Capitão Fellipe Telles Mendonça.

Assim como Gonçalo, o órfão Alexandre passara pelo processo de arrematação mais uma vez, sendo forçado ao trabalho compulsório e a vida subalterna como consta nas fontes que “Doutor Juis d’Orffão me foi assignado que autoou o mandato de notificação a Alexandre José da Silva a respeito do orffão Alexandre que se achava presente para se os mais termos da arrematação soldada o serviço do dito orffão”.²⁰⁷ Alexandre José fora notificado que “no prazo de vinte quatro horas depois de lhe- ser intimado apresentar no juizo o orffão Alexandre”.²⁰⁸ Por fim,

(...) ahy foi apreguado pelo Porteiro dentro da salla das audiencias serviso do orffão Alexandre avaliado em doze mil reis annoalmente, e apresentado por Alexandre José da Silva pela quantia de quinze mil reis annoalmente, pelo tempo de tres annos que tudo composto na quantia de quarenta e cinco mil reis (danificado) esta quantia sugeita ao pagamento dos custos destes autos, e o arrematante sugeito mais adar ao orffão reide, lençol e arropa de que precisar. E logo pelo arrematante apresentou seo fiador o Capitão Antonio Corrêia Lima, a qual sendo asseito pelo juis.²⁰⁹

Os órfãos Alexandre e Gonçalo foram arrematados por homens livres e pobres, como várias das outras crianças analisadas nessa pesquisa. Homens que não tinham como arcar com os autos dos processos e necessitam, muitas vezes, apresentar um fiador na audiência para que

²⁰⁷ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta XIV, f. 1/2.

²⁰⁸ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta XIV, f. 5.

²⁰⁹ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta XIV, f. 9/10.

a soldada lhe fosse garantida. O que nos mostra escancaradamente as relações paternalistas entre a classe senhorial e os homens livres e pobres.

Mas como esses homens arcariam com tudo previsto em lei para essas crianças se mal conseguiam o sustento? Eis aí que percebemos o sentido desses processos de arrematação: mão de obra. Não, não era caridade ou bondade, e sim necessidade de apropriar uma criança, cujo gastos com alimentação eram reduzidos e da qual não existia o desprendimento de dinheiro para a compra de serviços ou da posse. Bastaria se “responsabilizar” pelo menor perante ao Júri e poderia, no final da audiência, levar a criança arrematada para seus aposentos.

Em contrapartida, a classe senhorial também aparece nas fontes arrematando crianças órfãs como consta na seguinte soldada

Anno de nascimento de nosso senhor Jesus Christo de mil oito centos cincoenta tres aos doses dias do mes de julho do dito anno, nesta villa do Crato da Província do Ceará na audiencia publica que fazia o Doutor Juis d’orffãos José Fernandes Vieira, aly dentro da salla das audiencias posta em arrematação o serviso do orffão Vicente assim mencionado foi arrematado pelo Capitão João Gonçalves Pereira d’Alencar pelo tempo de tres annos a rasão de quatorse mil e cem reis annoalmente tres camisas, tres sirolas por anno, e durante o tres annos da arrematação huma reide e hum lençol. E logo pelo arrematante por apresentado o seo fiador Francisco das Chagas Moura.²¹⁰

Ou seja, por mais que as fontes apresentem homens livres e pobres na maioria dos processos de soldada, a classe senhorial também participavam dessa prática, seja como fiadores dos autos dos processos ou até mesmo como arrematantes. Assim como Vicente, órfão acima citado, “o orffão Delfino de idade de des annos”²¹¹ também fora arrematado por um dos senhores da região.

Aly sendo posto em arrematação o serviso do orffão Delfino acima mencionado foi arrematado pelo Major Miguel Xavier d’Oliveira pelo tempo de tres annos a quantia de doze mil reis annoalmente; sendo mais obrigado o mesmo arrematante a dar ao orffão o vistuario, reide lençol de que precisar o dito orffão.²¹²

O discurso que pairava em cima dos processos era sobre uma preocupação com a infância e a orfandade camuflando a real intenção que era a mão de obra barata independente da condição social, as crianças se tornaram sujeitos passíveis a exploração pelo processo de arrematação de soldada.

²¹⁰ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta 12, f. 7/8.

²¹¹ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta III, f. 4/5

²¹² BR. CEDOCC, FHP; Cv, At, Arrematação de soldada, Caixa I, Pasta III, f. 07/08

Diversas leis foram implementadas no decorrer do século XIX para regulamentar os processos de contrato de soldada, tendo em vista o alcance de mais crianças para a submissão do trabalho compulsório. Os menores indigentes dar-se-ia a soldada, assim como as crianças de cor que foram criados longe de estabelecimentos quando alcançassem os sete anos de idade, aos filhos dos estrangeiros também dar-se a soldada.

Essas modificações nos contratos de soldada, empurravam cada vez mais crianças para o arremate, visto que a orfandade não era mais uma premissa para realização do processo. Segundo Cortez, “por volta de 1850, é que a lavoura canavieira já se tornara atividade de referência do Cariri Cearense, demandando distintas formas de trabalho e trabalhadores”.²¹³ O crescimento econômico da região provocava a necessidade de mão de obra, e restava-lhes inserir as crianças no sistema de trabalho compulsório por meio das tutelas e soldadas.

Juntamente a necessidade de trabalhadores com as modificações nas leis da soldada, as crianças bastariam ser de cor que poderiam ser assoldadas, assim como ser abandonado, e historicamente sabe-se da escravização ou reescravização pela cor na região do Cariri, o que configurava mais o universo da soldada, facilitado pelo Poder Judiciário a vida de distintas crianças.

Independente, se faz necessário olhar com atenção que, “nos censos e levantamentos populacionais realizados a partir do século XIX, já estava marcada a existência de uma população miscigenada que se formava no Ceará, e, em particular, no Cariri”.²¹⁴ Em consequência, aumentavam ainda mais os processos de arrematação de soldada na região.

A lei determinava a tutoria aos órfãos menores de idade, principalmente aos pobres, passíveis da marginalidade. O que causava o direcionamento dessas crianças ao trabalho compulsório e a manutenção da criadagem, apesar que a Província vivia um surto abolicionista, “a questão da orfandade e do abandono das crianças pobres adquiriu o significado de grave problema a ser solucionado pelas intervenções dos poderes públicos”.²¹⁵

Mecanismos de obtenção de mão de obra avançavam nos cotidianos sob a justificativa do “combate a ociosidade dos pobres, a prevenção da violência, a diminuição da criminalidade, as necessidades da lavoura, a diminuição de mão de obra escrava, a realização de obras públicas,

²¹³ CORTEZ, Ana Sara Parente. **Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no cariri cearense (1850-1884)**. Fortaleza: Edições UFC, 2008, p. 51

²¹⁴ IRFFI, 2015, p. 57

²¹⁵ SOUZA, Op. Cit., p. 27

a urgência em diminuir os problemas causados pelas secas e demais calamidades, entre outras”.²¹⁶

Em meio a todo esse caos, estavam as crianças pobres, livres e órfãos que tinham suas infâncias ceifadas para o trabalho e a servidão. Segundo Lapa, órfão “é aquele que resume, em tese, os problemas da criança pobre”, esta que “sofreu um crescente processo de marginalização no Ceará”.²¹⁷ O que podemos perceber nos escritos de Freire Alemão:

(...) uma das coisas que mais aqui nos atormenta é a quantidade de pobres, de órfãos, de aleijados, de cegos, de presos em cadeia, que nos vem pedir esmolas, de joelho e chorando. É uma miséria terrível e nós não podemos satisfazer a todos e nos achamos em grande embaraço.²¹⁸

O problema com a orfandade era presente em todas as esferas da sociedades, inclusive incumbidos nesse sentimento de cuidados e inclusão social, contudo o recolhimentos dessas crianças nada mais era do que a “vontade de neutralizar os indesejáveis, mas muito maior era a sua mensagem de correção da pobreza”.²¹⁹

Os órfãos eram, ao mesmo tempo, seres desamparados, desprotegidos e miseráveis que necessitam, portanto, da piedade e caridade pública, mas são também inúteis, sem importância ou valor, uma espécie de “peso morto” para a sociedade daquela época.²²⁰

Amparar, cuidar, tutelar, dar trabalho disfarçavam a cautela e a repúdio com a pobreza, dado que “nem sempre os sentimentos de piedade e caridade foram os únicos a nortear as práticas assistenciais dirigidas a essas crianças.”²²¹ Ainda mais que na visão da classe dominante “a pobreza seria gerada a propensão à vadiagem e à ociosidade por parte dos trabalhadores.”²²²

As crianças órfãs assim como o “povo era visto como naturalmente vocacionado para a ociosidade e o trabalho aparecia como uma forma de prevenir os danos morais provocados

²¹⁶ REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri Cearense: terra, trabalhos e conflitos** na segunda metade do século XIX. Fortaleza: UFC, 2014, p. 173

²¹⁷ SOUSA, José Weyne de Freitas. **Artífices, criadas e chicos: as experiências urbanas de crianças órfãs e pobres em fortaleza (1877-1915)**. São Paulo: Pontifca Universidade Católica de São Paulo, 2004, p.68.

²¹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão. Crato – Rio de Janeiro, 1859-1860**. Fortaleza: Museu do Ceará. Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2007, p.14

²¹⁹ LIMA, 2019, p. 51

²²⁰ SOUZA, 1999, p. 43.

²²¹ SOUZA, Op. Cit., 1999, p. 27/28

²²² REIS JUNIOR, 2015, p. 18

por essa índole vagabunda”²²³ e como resposta para o problema da vadiagem infantil dar-se-ia a soldada, aplicava-se as tutelas, assim aqueles potenciais marginais. No mais

Recolher um órfão desamparado, educar-lhe o espírito e coração, dar-lhe uma profissão honesta e útil, são os mesmo tempo actos de beneficência, dignos de um paiz civilizado, e precisamos de garantias contra os perigos que a miséria e ignorância expõe entre essas tenras vergôntes da nova geração.²²⁴

O século XIX é marcado por diversas artimanhas da classe dominante para o controle da população pobre, das crianças, adultos e famílias pobres. Aos pequenos sem pai e/ou mãe davam-lhe a arrematação de soldada e as tutelas, juntamente com o trabalho. Os processos de tutelas aconteciam de uma maneira um pouco diferente, sendo que existiam três tipos de tutelas: a *testamentária*, processo já determinado pelo pai antes de falecer podendo assim escolher o tutor e gerente dos bens do menor (esse tipo de processo normalmente estava relacionado as crianças ricas); *dativa*, processo de tutela determinado pelo Juiz de Órfãos na ausência ou falta de um tutor testamentário; e *legítima*, determinada pelo Juiz de Órfãos variando a tutela.

A condição da criança tutelada implicava numa relação com o tutor que se aproximava de uma relação de exploração e paternalismo. A escravidão compunha socialmente as relações entre brancos e negros e se estendia aos lares onde havia crianças tuteladas. As meninas colocadas sob a custódia de seus tutores não eram transformadas em escravas no sentido jurídico do termo, porém na tessitura do lar elas não eram recebidas como uma filha ou filho, mas aproximavam-se da figura da criada.²²⁵

A facilitação desses processos nos mostra a forma como a classe dominante organizava para prender, explorar e matar os pobres. Subvertendo as leis para sempre atenderem a necessidade de domínio. Alguns dos processos de tutela investigados correspondem as crianças pobres e principalmente meninas, visto que em todas as fontes dos processos de contrato de soldada, nenhuma menina é mencionada. O que levanta a hipótese das tutelas como artifício para captação dessas meninas, assim como uma espécie de tutela que não passava pelas vias legais da justiça.

Ezequiel de Nóroes Maia, morador nesta cidade, querendo encarregar-se da tutoria da menor Francisca filha natural de Maria de tal, moradora na estrada nova, suburbio desta cidade, vem requerer V.S.^a se digne mandar lascavo competente termo para ser pelo supplicante assignado entregando-se-lhe dita

²²³ SOUZA, 1999, p. 37

²²⁴ (Falla com que o excellentissimo senhor barão de Ibiapaba abriu a 1.a sessão da 22.a legislatura da Assembléa Provincial do Ceará no dia 1 de julho de 1874. Fortaleza, Typographia Constitucional), 1874

²²⁵ SOUSA, 2004, p. 104.

menor, visto como sua mãe maziada como se acha, nen huma criação lhe poderá dar, antes em breve a obrigará s seguir a mão do caminho da sua má vida, pois já contando dita menor 7 annos de idade, convem que se lhe de alguma educação, ficando assim fora do perigo que ta exposta.²²⁶

As meninas se encontravam mais vulneráveis diante de diversas formas de violência, inclusive sexuais, o que culminava com esse cuidado com a “honra”. E a orfandade para meninas era algo perigoso. Tão amedrontador que a necessidade fez o Padre Ibiapina fundar a Casa de Caridade para acolher as meninas órfãs e as preparar para o casamento, ensinando-lhe bons modos e afazeres domésticos, além do mais poderia ser lá que encontraria o seu pretendente e futuro marido.

A pequena Francisca, de sete anos de idade, foi retirada de casa sob a tutela de Ezequiel que afirmava que a criança corria riscos devido a postura indecente da sua mãe, que a colocaria em risco. Contudo no ano seguinte mais uma vez a menina retorna ao tribunal para mais uma tutela

Dis Josefa Maria da Conceição, moradora no Sitio Fernando deste termo, que seu tempo de solteira foi entregue p este (ilegível) uma sua filha de nome Francisca, idade de oito há nove annos a sua madrinha Delaina mulher de Ezequiel d’ Norões de Maia, e sendo criada a supp.º com Joaquim Alves desde do anno passado, acontece que p diversas veses tem pedido a filha a referida madrinha e a seu marido e este de maneira alguma a tem queredo entregar.

Avista pais do exposto, requer a supp.º, abs.º lhe mande entregar sua dita filha, que está anciosa pela companhia de sua mãe, visto que alli vive como escrava, maltratada com açoites e bofetadas. A supp.º pede despreça de sello p ser mesiravel na phrase da lei.²²⁷

Percebemos aqui que a mãe de Francisca perdeu sua tutela por ser mãe solteira e, sob um discurso paternalista, os padrinhos ficaram com a tutela da criança; porém, após um ano, sua mãe, agora casada, pede à justiça a tutela da filha pois seus tutores utilizam da violência e da exploração com a criança, sendo concedida o retorno de Francisca para o colo de sua mãe.

A questão dos processos de tutela envolvendo as meninas do gênero feminino era uma questão delicada pois envolvia várias nuances, inclusive o interesse em abusar as mesmas, dado que muitos processos de defloração e estupros aconteciam com crianças.

²²⁶ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At. Tutela, Caixa I, Pasta IV, f. 3.

²²⁷ BR. CEDOCC, FHP; Cv, At. Tutela, Caixa I, Pasta VI, f. 3.

Aqui pudemos debater e analisar como se estruturavam os contratos de soldada e como eles se tornaram ao longo da história ferramentas para exploração da mão de obra infantil assim como as tutelas. As crianças sujeitas outrora ignoradas, agora assumiam um papel importante pois no decorrer do século XIX foram importantes ferramentas de trabalho compulsório e manutenção da criadagem, seja no Brasil ou na Inglaterra industrial, as crianças seguiram sua história a mercê, protagonizando papéis adultos e tendo a sua infância usurpada de várias formas inimagináveis.

Perceber que nos historiadores trazemos e provocamos esses questionamentos, é trazer pra hoje a discussão de fatos e acontecimentos históricos que influenciam a atualidade, e estar atento para a sensibilidade dos excluídos da história, e escrever/narrar a contrapelo a história dos vencidos.

]

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O que se busca é apreender nas entrelinhas do documento o testemunho do outro, ou seja, das massas anônimas que, apesar de marginalizadas do discurso institucional, nele se colocam de maneira sutil, mas dubitável.”²²⁸”

Primeiramente quando investigamos fontes oficiais, é necessário atenção as entrelinhas, aos detalhes, para que seja possível enxergar os discursos dos excluídos da História, principalmente tratando-se de crianças que não se inseriam na lógica adulta. Essas mesmas crianças que eram submetidas a distintos tipos de violências, silenciamentos, trabalho compulsório e perdiam sua infância.

É possível perceber através da escrita dessa dissertação, as tamanhas situações que algumas das crianças analisadas sofreram, açoites, espancamentos, estupro, morte, acusações, trabalho compulsório... são tantas situações que perpassam desde a criança escrava ou que foi submetida a escravidão mesmo que juridicamente fosse livre, a criança parda, livre e pobre e órfã. São crianças inseridas em recortes de raça, classe e gênero, que foram abrigadas na perspectiva da colona, dado que

o discurso colonial como aparato de poder se sustenta no reconhecimento e repúdio de diferenças raciais, culturais e históricas. O seu papel estratégico principal é, para o autor, criar um espaço para abrigar — povos sujeitos. Espaço este que se configura pela — produção de conhecimentos do colonizador e do colonizado que são estereotipados, mas avaliados antiteticamente.²²⁹

A criança assim como o adulto se insere nos recortes estruturais de raça e classe, porém, sempre é silenciada pelo falar do adulto. Sempre é o adulto que escreve sobre a criança, ou seja, a perspectiva que enxergamos nas fontes é o espaço do adulto, que muitas vezes é o opressor. Ou então a História tende a ser narrada por aqueles que oprimiram, pelas fontes oficiais, onde os discursos das crianças, muitas vezes, não está nem nas estrelinhas, visto que ela não era/é detentora da fala e do saber.

²²⁸ MACHADO, Maria Helena. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 22

²²⁹ BHABHA, 1998, p. 111

Enfim, nessa dissertação pude apresentar várias contradições que o contrato de soldada ou tutela tinham. Desde o pagamento do soldo, o qual não tinha obrigatoriedade de ser pago, como já foi mencionado, e como as fontes até o momento apresentaram, não foram pagos. Além da instabilidade que as crianças viviam, visto que segundo as Ordenações Filipinas, os contratos de soldada era uma forma de amparo às crianças órfãs que se encontram na fragilidade e ociosidade, dando-lhes a oportunidade de aprender um ofício, um lar, que em alguns casos, não tinham. No mais, o alimento, saúde e educação, fica bem nítido que não eram obrigações cumpridas pelos tutores, já que em sua maioria eram homens pobres e livres, que adquiriam a tutela dessas crianças para desenvolver os trabalhos, no dado momento que o Cariri sofreu um crescimento econômico.

A historiografia aponta que houve no Cariri, no decorrer dos oitocentos, principalmente a partir da década de 1850, um crescimento econômico caracterizado pela modernização do espaço, melhorias nos transportes, aumento nos índices de produção, o que refletiu no crescimento das vilas e das cidades.²³⁰

Crescimento econômico que empurrou várias crianças para os processos de tutela e contratos de soldada, buscando favorecer a utilização de mão de obra barata com aparato da justiça e sob discursos cristãos de enobrecimento pelo trabalho e caridade pela tutela. Essas crianças que utilizaram o labor como forma de brincar, já que as brincadeiras não podiam fazer parte de seu cotidiano. Que em alguns casos, como João, fugiam, em outros casos, infelizmente acabavam morrendo precocemente.

Portanto, as crianças no século XIX na região do Cariri Cearense assim como vários outros lugares, como aponta a historiografia, não tinham suas peculiaridades enquanto reconhecidas, sendo massacradas na lógica capitalista de trabalho. Transformando-se em apenas mais um mecanismo de força de trabalho, não ignorando que historicamente as crianças foram inseridas em diversas dinâmicas de trabalho, exatamente por não serem enxergadas dentro do conceito de infância atual que temos.

Porém, o trabalho da qual anteriormente eram inseridas dava-se gradualmente de acordo com a coordenação motora, não obstante, não estou defendendo o trabalho infantil, apenas pontuando que no decorrer das mudanças do século XIX, e mais tardar no século XX,

²³⁰ REIS JR, Op. Cit., 2014, p. 82

as crianças foram jogadas dentro da esfera do capital para gerar lucros nas fábricas ou oficinas, ou para substituir a mão de obra escravizada.

Contudo, apesar de quase dois séculos, e de leis de proteção à infância atualmente, um dos grandes problemas é o trabalho infantil, em que famílias direcionam seus filhos pequenos para ajudar no sustento de suas casas, dado que a miséria devido ao detrimento de riquezas de muitos, um governo genocida e a exploração em nosso país, tais fatores que direcionam várias famílias a extrema pobreza, que conseqüentemente afetam a infância de milhares de crianças no país.

E não nos encontramos insetos disso, pois sem nosso conhecimento podemos estar alimentando essa máquina de exploração infantil, como por exemplo as crianças que estão trabalhando com castanhas de caju no Nordeste e perdendo suas impressões digitais, ou o chocolate que consumimos pode ser derivado de exploração infantil. Nossas roupas, calçados, visto que o capital, mesmo com institucionalização de instituições como OIT ou UNICEF não se importa com a exploração das crianças e adolescentes.

Por trás das nossas portas, ou até dentro de nossas casas, pode ter um pouco de Benvenuto, João, Ricarte. Um pouco de histórias sem finais felizes, histórias que sequer saberíamos se não fosse a decisão de outros nos mostrarem, e é dentro desta perspectiva que esse trabalho se estrutura, é trazer a reflexão atemporal das relações de trabalho ainda existente, seja a nível regional no Cariri ou nacional e principalmente internacional.

A infância é uma fase importante de nossas vidas enquanto seres humanos, momento que nosso corpo se estrutura fisicamente, e moldamos nossa personalidade, nos tornamos quem somos pelas nossas experiências, e essas experiências na infância contribuem de forma significativa para quem somos. Então refletir sobre o trabalho, violência, exploração em crianças no século XIX é perceber que muitas práticas, como a soldada que estava prevista em lei, hoje acontece de outras formas, como por exemplo, crianças que são levadas à cidade grande para a casa de parentes ou de padrinhos ou amigos de familiares para serem criadas como “filhos” só que essa criação, muitas vezes, é apenas um novo discurso de trabalho compulsório camuflado sobre a caridade da tutela.

É perceber a teia de relações que direciona as crianças para essas situações, e notar que apesar do tempo ter passado, Ricarte e as outras crianças esquecidas, muitas outras estão por aí mendigando o alimento, gritando por socorro, sofrendo agressões e trabalhando nos sinais, fazendas, oficinas, casas. Por fim, os contratos de soldada nada mais eram que discursos de

exploração infantil que utilizava os meios legais para conduzir tutelas que não respeitavam a infância, essa que já não era compreendida. Por fim,

Se reconoce em el estudio que la violencia contra los niños afecta a todos los países y no conoce fronteras sociales, culturales, religiosas ni étnicas, siendo un fenómeno muy difundido, oculto em gran medida y com frecuencia condonado por la sociedad. Además, la violencia contra los niños tiene efectos emocionales y de la salud graves sobre los niños que duran toda da vida; socava el desarrollo y la capacidad de aprendizaje de los niños, inhibe las relaciones positivas, ocasiona traumas y depresión y com frecuencia conduce a conductas de riesgo y agresivas.²³¹

²³¹ Discurso ONU: **Ser criança é um perigo**: um breve inventário sócio-histórico-filosófico sobre a violência contra a criança.

*Em memória à Tibúrcio, Ricarte, Benvenuto e todas as
crianças que nessa pesquisa se fizeram presentes.*

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W.; LÉON, D. O. **Juventude e adolescência: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- ADORNO, S. **A gestão filantrópica da pobreza urbana**. São Paulo em perspectiva. SP, v. 4, n. 2, p. 9-17, 1990.
- ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. **Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895**. Campinas: UNICAMP, 1997.
- ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão: Crato – Rio de Janeiro, 1859-1860**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2007.
- ALVIM, Rosilene. **Trabalho infantil: diversidade e exploração**. Encontro nacional de estudos do trabalho 4. Rio de Janeiro: ABET, 1997. p. 299-30.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski Dos. **Infância e modernidade no século XIX: o olhar de Charles Baudelaire**. Rev. dimensões v. 30, 2013, p. 289-314, 2013.
- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene E PILOTTI, Francisco (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**, 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARIÉS, Phelippe. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- AZEVEDO, Gislane Campos. **“De Sebastianas e Geovannis”**: o universo do menor nos processos dos juizes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917) Dissertação (Mestrado em História) Pontifca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 1995.
- AZEVEDO, Gislane Campos. **A tutela e o contrato da soldada: a reinvenção do trabalho compulsório infantil**. São Paulo: IFCH. UNICAMP, 1996.
- AZEVEDO, Gislane Campos. **Os juizes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX**. São Paulo: Rev. hist. do arq. do estado de São Paulo. Ed.27, 2007.
- BARROS, L. O. C. **Juazeiro do Padre Cícero: A terra da mãe de Deus**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2008.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador**. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986
- BENJAMIN, Walter. (ed.). **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. Trad. Sérgio P. Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História** In: obras escolhidas I. São Paulo: Braziliense, 2012.

BEZERRA, O. L. **Trabalho, pobreza e caridade:** as ações do Padre Ibiapina nos sertões do Nordeste Tese (Doutorado em Ciências Sociais) UFRN: Natal, 2010.

BRECHT, Bertold **A cruzada das crianças.** São Paulo: Editora Pulo Do Gato, 2014.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico:** lições da filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.

CARDOZO, José Carlos da Silva. **O Juízo dos Órfãos e a organização da família por meio da tutela.** São Paulo: IFCH UNICAMP, 2011.

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal.** Tradução Ricardo de Rodrigues Gama. 1 ed., São Paulo: Russel, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, RelumeDumará, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERQUEIRA, Alan Costa. **Assistência, pobreza e institucionalização infantil:** usos estratégicos da Roda dos Expostos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, século XIX) Dialnet Unirioja.es v. 6, n. 2, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982

CORDEIRO, Sandro da Silva; COELHO, Maria das Graças Pinto. **Descortinando o conceito de infância na história:** do passado à contemporaneidade. 2007, p. 884.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, caboclos, negros e mulatos:** a família escrava no Cariri Cearense (1850 – 1884). Fortaleza: UFC, 2008.

CUSTÓDIO, Crislei de Oliveira. **A infância no espelho da pedagogia:** mundo infantil, regimes de temporalidade e individualização no discurso pedagógico Tese (Doutorado em Educação) USP: São Paulo, 2016.

DEL PRIORE, Mary.(org.) **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1998.

FRANCISCO, Ana Cristina Borges López Monteiro; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A infância no banco dos réus:** crianças desvalidas no rio de janeiro oitocentista. Rio de Janeiro, 2015.

FILHO, José de Figueiredo. PINHEIRO, Irineu. **Cidade do Crato.** Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FILHO, J. de Figueredo. **Folgedos infantis caririenses.** Fortaleza: Edições UFC, 2010.

GEREMIAS, Patrícia R. **Processos de tutela e contratos de soldada:** fontes para uma História Social do trabalho doméstico infantil. Curitiba: 2015.

GINZBURG, Carlo. **História noturna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRUNSPUN, Haim. **O trabalho das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTr, 2000.

HOBBSAWN, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

IRFFI, Ana Sara Ribeiro Parente Cortez. **O cabra no Cariri cearense: a invenção de um conceito oitocentista**. Fortaleza: UFC, 2015.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos estud. CEBRAP, n.86 São Paulo, 2010.

KULLER, Jeane da Ap^a. B. **Infância: discutindo o termo pelo viés da História**. Pinheiro, PR, 2009.

LAJOLO, Marisa. **Infância de papel e tinta**. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas: Editora da Unicamp e Editora da USP, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Miriam Moreira. **A infância no século XIX segundo memórias dos livros de viagem**. in: FREITAS, Marcos Cezar de. História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

LIMA, Ana Cristina Ferreira. **Infância e recolhimento: a educação profissional em Fortaleza na segunda metade do século XIX**. Fortaleza: UFC, 2019.

LÖWY, Michael. **Alarme de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MACHADO, Maria Helena. **Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas 1830-1888**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

MARTINS, Eduardo. **A invenção da vadiagem: os termos de bem viver e a sociedade disciplinar no Império do Brasil**. Curitiba: CRV, 2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2009

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **O filho da escrava**. In: PRIORE, Mary Del (org.). História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I - O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 1973.

MOTT, Maria Lúcia Barros. **Ser mãe**: a escrava em face do aborto e do infanticídio. Revista de História, São Paulo, n. 120, p.85-96, 1989.

NASCIMENTO, Cláudia Terra de. BRANCHER, Vantoir Roberto. OLIVEIRA, Valeska Fontes de. **A construção social do conceito de infância**: uma tentativa de reconstrução historiográfica. SC: linha v.9, n.1, p. 4, 2008.

NASCIMENTO, Walter Vieira do. **Lições de história do direito**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2008

NASCIMENTO, Nilson de Oliveira. **Manual do trabalho do menor**. São Paulo: LTR, 2003.

NEVES, Frederico de Castro. **Currais de bárbaros**: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). Revista Brasileira de História v. 15, n. 29, 1995.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. **Desventuras de Hypolita**: luta contra a escravidão ilegal no sertão (Crato e Exu, século XIX). Natal: EDUFRN, 2013.

PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais da legislação da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Amais, 1995.

PIERANGELLI, José Henrique. **Códigos penais do Brasil**: evolução histórica. 1 Ed. São Paulo: Jalovi, 1980.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

REIS JR, Darlan de Oliveira. **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense**: terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX. Fortaleza: UFC, 2014.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. **Uma história rural**: riqueza, pobreza e injustiça social nos sertões do Ceará (segunda metade do século XIX). Seminário Nacional de História, 2015

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILVA, M. A. B. da. **Jovens adolescentes e a inserção ao mundo do trabalho**: influências e percepções. Osasco: Centro Universitário FIEO, 2009.

SILVA, Oscar Joseph de Plácido e. **Vocabulário jurídico conciso**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SOUSA, José Weyne de Freitas. **Artificios, criadas e chicos**: as experiências urbanas de crianças órfãs e pobres em fortaleza (1877-1915). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

SOUZA, Josinete Lopes de. **Da infância “desvalida” à infância “delinquente”**: Fortaleza (1865-1928) Dissertação (Mestrado em História Social) São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Infância**: sol do mundo a primeira conferência nacional de educação e a construção da infância brasileira. Curitiba, 1927. Curitiba: UFP, 1997.

STEARNS, Peter N. **A infância**. Tradução: Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.

TAVARES, Iris Mariano. **Entre a sacramentalização católica e outros arranjos parentais**: a vida familiar dos escravizados no Crato-CE (1871-1884). João Pessoa: UFPB, 2013.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa 1**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa II**: a maldição de Adão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002

VASCONCELOS, Rejane Batista. **A política de assistência à criança e ao adolescente promovida pela Fundação do bem estar do menor no Ceará**: passaporte para a cidadania ou dispositivo disciplinar? Fortaleza: UECE, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas: Papyrus, 1999.

VIEIRA FERREIRA. **Juízes e tribunais do primeiro Império e da Regência**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional e Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1937.

WOLKER, Antonio Carlos (org.). **Fundamentos da História do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2012.

APÊNDICE A – FONTES

Centro de Documentação do Cariri, Universidade Regional do Cariri (CEDOCC)

Coleção Digital – Periódicos: O Araripe (1855-1864), A Voz da Religião (1868-1870).

Processos Cíveis:

Subsérie Arrematação, Arrematação de soldada. Cód.de Ref BR. CEDOCC, FHP; Cv.

Subsérie Autoamento de Contas. Cód.de Ref. BR. CEDOCC, FHP; Cv, Ac.

Subsérie Autoamentos, Tutelas, Caixa I, Cód. de Ref. BR. CEDOCC, FHP; Cv,

Processos criminais:

Subsérie Homicídio, Homicídio de Henrique Alves de Oliveira, Caixa III, Pasta 26. Cód.de Ref. BR. CEDOCC, FHP

FONTES DA INTERNET

Leis das Ordenações Filipinas

<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/14ind.htm>

Relatórios Presidente da Província do Estado do Ceará

<https://www.crl.edu/>

Assentos de batismo e óbito

<https://www.familysearch.org/search/collection/2175764>>

OBRAS DE REFERÊNCIA

ALEMÃO, Francisco Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão. Crato - Rio de Janeiro, 1859-1860.** Fortaleza: Museu do Ceará. Secretária da Cultura do Estado do Ceará, 2007.

FILHO, José de Figueiredo, PINHEIRO, Irineu. **Cidade do Crato.** Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FILHO, J. de Figueredo. **Folguedos Infantis Caririenses.** Fortaleza: Edições UFC, 2010